

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Mestrado Profissional em Educação e Docência

Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori

**Antropologia e Educação em Direitos Humanos: estratégias pedagógicas a partir de
etnografia com famílias refugiadas venezuelanas**

Belo Horizonte

2025

Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori

**Antropologia e Educação em Direitos Humanos: estratégias pedagógicas a partir de
etnografia com famílias refugiadas venezuelanas**

Versão Final

Dissertação apresentada ao PROMESTRE – Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência – da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Docência.

Linha de Pesquisa: Educação, Ensino e Humanidades

Orientadora: Prof. Dr^a. Grazielle Ramos Schweig

Belo Horizonte

2025

S129a
T

Sagnori, Lilian Cordeiro Bernardes, 1981-
Antropologia e educação em direitos humanos [manuscrito] : estratégias pedagógicas a partir de etnografia com famílias refugiadas venezuelanas / Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori. -- Belo Horizonte, 2025.
119, [23] p. : il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

[Acompanhado de produto educacional com o título: Minha Vida em Refúgio [jogo]: jogo de tabuleiro / Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori. -- Belo Horizonte : UFMG / FaE, 2025.].

Orientadora: Grazielle Ramos Schweig.

Bibliografia: f. 99-108.

Apêndices: f. 109-119.

1. Educação. 2. Antropologia educacional. 3. Crianças -- Venezuela -- Direito à educação. 4. Estudantes estrangeiros -- Venezuela. 5. Imigrantes -- Venezuelanos -- Brasil. 6. Direitos humanos. 7. Crianças -- Refugiados políticos -- Venezuela. 8. Imigrantes -- Direito à educação. 9. Educação intercultural.

I. Título. II. Schweig, Grazielle Ramos, 1984-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 325

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE - COLEGIADO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA LILIAN CORDEIRO BERNARDES SAGNORI

Realizou-se, no dia 16 de maio de 2025, às 14h, Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 595ª defesa de dissertação, intitulada "Antropologia e Educação em Direitos Humanos: estratégias pedagógicas a partir de etnografia com famílias refugiadas venezuelanas", apresentada por LILIAN CORDEIRO BERNARDES SAGNORI, número de registro 2023659269, graduada no curso de GESTÃO PÚBLICA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof^o(a) Grazielle Ramos Schweig - Orientador(a) (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof^o(a) Ana Beatriz Vianna Mendes (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof^o(a) Carolina Moulin Aguiar (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof^o(a) Conceição Clarete Xavier Travalha (Universidade Federal de Minas Gerais).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada.

Reprovada.

Título do Recurso Educacional:

Jogo de Tabuleiro "Minha Vida em Refúgio"

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2025.

Prof^o(a) Grazielle Ramos Schweig (Doutora)
(Titular)

Prof^o(a) Ana Beatriz Vianna Mendes (Doutora)
(Titular)

Prof^o(a) Carolina Moulin Aguiar (Doutora)
(Titular)

Prof^o(a) Conceição Clarete Xavier Travalha (Doutora)
(Titular)



Documento assinado eletronicamente por **Grazielle Ramos Schweig, Professora do Magistério Superior**, em 26/05/2025, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Moulin Aguiar, Professora do Magistério Superior**, em 26/05/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Viana Mendes, Professora do Magistério Superior**, em 26/05/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Conceição Clarete Xavier Travalha, Professora do Magistério Superior**, em 05/06/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4189178 e o código CRC 2E5BE8F2.

Dedico este trabalho às pessoas que confiaram a mim suas trajetórias, transformando meu modo de ver quem se encontra em trânsito, especialmente, em refúgio. Dedico, ainda, às muitas vozes que li e ouvi durante minha experiência profissional e como acolhedora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo, Vângellis, por me encorajar a concorrer a uma vaga no mestrado, mesmo grávida de 8 meses do nosso 4º filho. Por cuidar do nosso bebê Ian, em sala de aula, para que eu pudesse amamentá-lo. Por cuidar das nossas filhas durante minha ausência por me dedicar à esta pesquisa.

Agradeço à minha mãe por ter ouvido minhas inúmeras leituras, pacientemente, por ter me dado força e ânimo sempre que eu pensava que não conseguiria continuar e por ter cuidado de tudo e de todos nós, possibilitando assim que eu me dedicasse aos estudos.

Agradeço ao meu filho Ian e minhas filhas Meiling, Linda e Lis, pela compreensão durante minhas ausências, meus colapsos e minha exaustão.

Agradeço à Prof. Dr^a. Grazielle Schweig, por me apresentar a Antropologia, por aceitar me orientar, por acreditar que eu conseguiria me tornar mestra e me dar a oportunidade de aprender tanto com sua orientação. Por sua generosidade, humanidade e flexibilidade. Pela sua amizade. Por me conduzir a novos horizontes.

Agradeço às Prof.s Dr^{as} Ana Beatriz Vianna, Conceição Clarete Xavier e Carolina Moulin, pelas preciosas contribuições na banca de qualificação e de defesa.

Agradeço às almas amigas refugiadas, que dão corpo e sentido a essa pesquisa – Maribel, Juana, Carmem e Jeferson - por me confiarem suas histórias e amizade.

Resumo

A presente dissertação investiga de que modo a compreensão antropológica/etnográfica das trajetórias de famílias refugiadas venezuelanas pode subsidiar uma Educação em Direitos Humanos na escola básica. A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa, etnográfica e autoetnográfica, valendo-se de observação participante, entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental, bibliográfica, diário de campo e relatos de memória. Ancorada em autoras como Uriarte, Veena Das, Esther Pineda e Gloria Anzaldúa, a pesquisa tensiona práticas de acolhimento, visibiliza microviolências, propõe o rompimento com perspectivas assimilacionistas e traz o marco legal sobre refúgio e migração. Os resultados evidenciam que a escuta atenta às experiências de dor, resistência e reinvenção dos sujeitos refugiados permite repensar os processos educativos como espaços de diálogo, interculturalidade e construção de solidariedade. Como produto educacional, apresenta-se um quadro com sugestões de habilidades articuladas às competências da BNCC, voltadas à temática do refúgio e um jogo de tabuleiro “Minha Vida em Refúgio”, inspirado nas narrativas etnográficas desta pesquisa. O jogo convida estudantes do Ensino Médio a vivenciarem os desafios enfrentados por pessoas em situação de refúgio e migração a fim de fomentar empatia, reflexão e diálogo em sala de aula, constituindo-se como uma potente ferramenta pedagógica para a Educação em Direitos Humanos.

Palavras-chave: Refúgio; Educação em Direitos Humanos; Antropologia; Narrativas etnográficas; Interculturalidade.

Abstract

This dissertation investigates how an anthropological/ethnographic understanding of the trajectories of Venezuelan refugee families can support Human Rights Education in primary schools. The research proposes a qualitative, ethnographic and autoethnographic approach, using participant observation, semi-structured interviews, documentary and bibliographic research, field diaries and memory accounts. Based on authors such as Uriarte, Veena Das, Esther Pineda and Gloria Anzaldúa, the research examines practices of reception, makes visible micro-violences, proposes a break with assimilationist perspectives and presents the legal framework on refuge and migration. The results show that attentive listening to the experiences of pain, resistance and reinvention of refugee subjects allows us to rethink educational processes as spaces for dialogue, interculturality and the construction of solidarity. As an educational product, we present a table with suggested skills linked to the BNCC competencies, focused on the theme of refuge, and a board game “My Life in Refuge”, inspired by the ethnographic narratives of this research. The game invites high school students to experience the challenges faced by people in refugee and migration situations in order to foster empathy, reflection and dialogue in the classroom, constituting a powerful pedagogical tool for Human Rights Education.

Keywords: Refuge; Human Rights Education; Anthropology; Ethnographic Narratives; Interculturality.

Resumen

Esta tesis investiga cómo una comprensión antropológica/etnográfica de las trayectorias de las familias refugiadas venezolanas puede contribuir a la Educación en Derechos Humanos en escuelas primarias. La investigación propone un enfoque cualitativo, etnográfico y autoetnográfico, mediante observación participante, entrevistas semiestructuradas, investigación documental y bibliográfica, diarios de campo y relatos de memoria. Basada en autores como Uriarte, Veena Das, Esther Pineda y Gloria Anzaldúa, la investigación examina las prácticas de recepción, visibiliza microviolencias, propone una ruptura con las perspectivas asimilacionistas y presenta el marco legal sobre refugio y migración. Los resultados muestran que la escucha atenta de las experiencias de dolor, resistencia y reinención de las personas refugiadas nos permite repensar los procesos educativos como espacios de diálogo, interculturalidad y construcción de solidaridad. Como producto educativo, presentamos una tabla con sugerencias de habilidades vinculadas a las competencias de la BNCC, centradas en el tema del refugio, y un juego de mesa «Mi vida en el refugio», inspirado en las narrativas etnográficas de esta investigación. El juego invita a estudiantes de secundaria a experimentar los desafíos que enfrentan las personas en situación de refugio y migración para fomentar la empatía, la reflexión y el diálogo en el aula, constituyendo una poderosa herramienta pedagógica para la Educación en Derechos Humanos.

Palabras clave: Refugio; Educación en Derechos Humanos; Antropología; Narrativas etnográficas; Interculturalidad.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Principais Agências da ONU atuantes no Brasil e suas atribuições.....	21
Quadro 2 - Definições de termos - Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.....	23
Quadro 3 - Implicações Práticas: Solicitante de Refúgio.....	25
Quadro 4 - Implicações Práticas: Residência Temporária.....	26
Quadro 5 - Implicações Práticas: Reconhecimento da condição de Refugiado pela GGVDH.....	27
Fluxograma 1 - Composição da Operação Acolhida.....	34
Fluxograma 2 - Estratégia de Interiorização da Operação Acolhida.....	35
Gráfico 1 - População venezuelana refugiada abrigadas em Boa Vista e Pacaraima no mês de junho 2025.....	38
Infográfico 1 - População venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Boa Vista-RR - mar 2025.....	39
Infográfico 2 - População venezuelana interiorizada até o mês de julho 2024.....	42
Quadro 6. Proposta de habilidades com foco em refúgio e migração que podem ser trabalhadas em sala de aula em conformidade com as Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio da BNCC.....	84

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBI	Cash Based Intervention
CNIG	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiado
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
DHS	Departamento de Segurança Interna
DPU	Defensoria Pública da União
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GGVDH	Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MPF	Ministério Público Federal
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDI	Pessoa em Deslocamento Interno
PI	Portaria Interministerial
PITRIG	Posto de Interiorização e Triagem
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRA	Posto de Recepção e Apoio
RN	Resolução Normativa
RPG	Role-Playing Game
SISMIGRA	Sistema Nacional de Registro Imigratório
STI	Sistema de Tráfego Internacional

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUFAI	Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VES	Vaga de Emprego Sinalizada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS	20
1.1 Marco legal do refúgio e da migração no Brasil	20
1.2 Considerações sobre a Venezuela	28
1.3 Resposta do Governo Federal à Crise Humanitária: Operação Acolhida	34
1.4 Desnaturalizando concepções unilaterais e assimilacionistas	43
1.5 A (re)construção teórico-metodológica a partir do encontro com a Antropologia	47
CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DO REFÚGIO	54
2.1 ¿Se animó porque iba a encontrar agua? ¿Comida? ¿Refugio? ¿Un lugar para descansar sus pies cansados? La madre estaba descalza.	57
2.2 “Mi mayor sueño es traer a mi madre y a mi padre a Brasil.”	59
2.3 “Estaba tan inmerso en la lucha por sobrevivir, que dejé de pensar estratégicamente en cómo salir de aquel lugar.”	64
2.4 “muchas veces, mi papá prefería no comer para que a mi hermana y a mí no nos faltara nada. Por eso, terminó desnutrido.”	68
2.5 “La historia de Venezuela es una crónica dolorosa de opresión y tragedia, una narrativa marcada por la dictadura y la devastación.” – Parte 1	70
2.5.1 “¿Será que este país me acogerá? ¿Seré capaz de expresarme en otro idioma? ¿Tendré una vida normal? ¿O moriré en el intento?” – Parte 2	73
2.6 Considerações Analíticas: Narrativas do Refúgio.....	75
CAPÍTULO 3 - A ANTROPOLOGIA COMO SUBSÍDIO À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	78
3.1 Perspectivas sobre os Direitos Humanos	78
3.1.1 A perspectiva antropológica sobre os Direitos Humanos	80
3.2 A Antropologia na educação básica e na Educação em Direitos Humanos.....	81
CAPÍTULO 4 – MINHA VIDA EM REFÚGIO: JOGO DE TABULEIRO	88
4.1 O jogo como estratégia pedagógica para a Educação em Direitos Humanos	88
4.2 Considerações Teóricas.....	90
4.3 Construção do Jogo “Minha Vida em Refúgio” como Ferramenta Educativa	91
4.3.1 Dinâmica e Funcionamento do Jogo Minha Vida em Refúgio	93
4.4 <i>Playtest</i> do Jogo Minha Vida em Refúgio	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE	109

INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com famílias refugiadas venezuelanas se deu no início da pandemia do Covid-19, em 2020, após conhecer uma Organização Não Governamental (ONG), nas redes sociais, e me tornar voluntária acolhedora em Belo Horizonte (BH). Juntamente com minha mãe, esposo, filhas e um grupo de amigas(os), nos mobilizamos para acolher famílias refugiadas que se encontravam em abrigos nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima (RR), tendo essa ONG como intermediária.

Vivemos uma experiência única, tanto íntima e familiarmente, quanto no âmbito social, uma vez que a (con)vivência com o grupo acolhedor e com as famílias refugiadas nos possibilitou discutir e refletir sobre temáticas importantes como vulnerabilidade, direitos, violações de direitos, direitos humanos, corresponsabilidade social, refúgio e migração, dentre outras. Até aquele momento eu não fazia ideia do que estava acontecendo no norte do Brasil, não sabia que pessoas venezuelanas estavam fugindo do seu país e entrando no Brasil pela fronteira. Foi a minha trajetória de acolhimento de crianças brasileiras sob medida protetiva que me despertou o interesse em acolher famílias refugiadas, mesmo sem saber nada sobre o assunto.

Foi na modalidade de “interiorização por pessoa física¹”, que eu, minha família e um grupo de amigos, nos tornamos acolhedores de famílias refugiadas. As principais ações realizadas durante o processo de acolhimento, de acordo com a metodologia da ONG, foram: 1) assinar o termo de compromisso com a ONG; 2) informar um perfil de família para a ONG realizar uma busca no banco de dados das famílias cadastradas na Operação Acolhida; 3) criar um grupo de acolhimento para captação de recursos, doações de móveis e distribuição das ações a serem realizadas em prol da família; 4) antes da chegada da família escolhida, locar um imóvel, mobiliá-lo, abastecê-lo de alimento, roupas e de tudo que é necessário e essencial para uma família recomeçar, com recursos do grupo acolhedor; 5) após a chegada da família, auxiliar na busca por emprego, por acesso à educação, saúde pública, auxiliar financeiramente por um período de até seis meses, apoiar no processo de adaptação e de independência da família acolhida.

¹ Essa modalidade de acolhimento foi criada pela ONG a fim de convidar pessoas a ajudar famílias venezuelanas. Dentro do fluxo operacional e burocrático de interiorização, o “acolhimento pessoa física” era cadastrado na modalidade “reunião social” no Sistema Acolhedor. O Sistema Acolhedor foi instituído pela Resolução nº 10, de 1º de novembro de 2019, do Comitê Federal de Assistência Emergencial, como cadastro oficial da Operação Acolhida e base de dados normativa para os procedimentos de interiorização em 3 modalidades: 1) trabalho, 2) reunificação familiar e 3) reunião social, sendo essa última, onde nós, acolhedores, éramos incluídos no cadastro de receptores.

Entre os anos de 2020 e 2023, realizamos este trabalho voluntário com o grupo de acolhimento que intitulei “Vamos Voar”. O grupo começou com minha família e amigos, mas atingiu um público de quase 60 voluntários, à medida que buscávamos mais ajuda para as famílias que foram sendo acolhidas por nós. No total viabilizamos o acolhimento² de 15 famílias em Belo Horizonte, alguns deles bem desafiadores, outros, com gratas surpresas.

Durante a realização deste trabalho voluntário, fui convidada pela ONG, no mesmo ano, a me tornar embaixadora e assim tive a oportunidade de me envolver mais com as redes que se formaram. O objetivo era, além de continuar acolhendo as famílias, buscar pessoas, empresas e organizações que pudessem, de alguma forma, contribuir com a reinserção socioeconômica dessas pessoas. Naquele momento, a educação passou a ter grande importância nas minhas buscas por parceiros e oportunidades para a pessoa refugiada.

Nesse contexto, a ONG abriu um processo seletivo no final de 2020 e, em início de 2021, fui selecionada para o cargo de Coordenador(a) Regional de Interiorização, cujas principais funções convergiam com meu campo de interesse. A partir da minha atuação de maneira profissional, pude ampliar as ações voltadas para a garantia dos direitos da pessoa refugiada e migrante, principalmente no campo educacional e no acesso a políticas públicas como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS). Estructurei, implementei e coordenei um programa nacional de bolsas em instituições de ensino superior da ONG, a fim de institucionalizar e profissionalizar o trabalho de concessão de bolsa que, até então, ocorria de maneira orgânica.

É notório que a experiência profissional me possibilitou perceber os grandes desafios em relação à questão migratória. A minha percepção, nesse transcurso profissional, é de que se faz necessário avançar no campo das políticas públicas nas esferas federal, estaduais e municipais, aprofundando as formas de assegurar a independência das pessoas refugiadas e migrantes, a fim de garantir mecanismos de proteção e promoção de direitos dessa população. Parcerias com empresas e instituições precisam ser ampliadas para oportunizar melhores colocações profissionais, valorizando a qualificação e experiência destas pessoas e não destinando cargos incompatíveis com seus perfis. A xenofobia, o racismo estrutural e as discriminações de gênero e de classe, são entraves para que essa população exerça plenamente seus direitos.

² Trabalho viabilizado pela atuação de uma rede de apoio formada por atores da sociedade civil, instituições privadas e órgãos públicos, que colaboraram com doações, recursos financeiros, e oportunidades de estudo e trabalho. Destacam-se a Universidade Arnaldo, pela concessão de bolsas de ensino superior, e a multinacional Offerwise, pela oferta de vagas de emprego destinadas a falantes de espanhol, promovendo a reinserção socioeconômica das famílias acolhidas.

Nessa trajetória, percebi também que as ONG's podem se beneficiar muito do diálogo com o campo acadêmico, pois é necessário ter uma compreensão mais crítica sobre os direitos humanos, a fim de não reproduzir violações de direito. Além disso, mostra-se importante terem em suas equipes, tanto a estratégica quanto a operacional, pessoas refugiadas e migrantes.

Com o ingresso no Mestrado Profissional em 2023, passei a ter contato com a literatura sobre refúgio e migração e pude ampliar minha visão de acolhedora e trabalhadora humanitária para uma perspectiva, também, de pesquisadora. Esse lugar de pesquisadora na temática de refúgio, migração e educação é novo para mim e tem transformado fortemente minha visão, enquanto profissional e acolhedora, especialmente após o contato com a abordagem da Antropologia³.

Assim, a partir dessas reflexões, das vivências com o público refugiado e migrante e da exigência de elaboração de um recurso educacional como um produto integrado a essa dissertação, escolhi pesquisar sobre os caminhos e trajetórias que as famílias refugiadas percorrem, até alcançarem a independência no território brasileiro, numa perspectiva antropológica, com foco na Educação em Direitos Humanos. Dessa forma, o problema que se aspira entender é: de que modo a compreensão antropológica/etnográfica da trajetória da população refugiada venezuelana no Brasil pode subsidiar uma Educação em Direitos Humanos?

Assim, o Objetivo Geral desta dissertação é investigar de que modo a compreensão antropológica/etnográfica da trajetória da população refugiada venezuelana no Brasil pode subsidiar uma Educação em Direitos Humanos. Os Objetivos Específicos são: a) investigar as relações entre ensino de Antropologia e Educação em Direitos Humanos; b) narrar as jornadas de sujeitos refugiados desde sua chegada no Brasil até a sua busca por um recomeço; c) elaborar um recurso educacional que dê a conhecer as jornadas vivenciadas pela população refugiada, sensibilizando para a Educação em Direitos Humanos.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em referenciais etnográficos e autoetnográficos, conforme discutido por Malinowski (1984), Uriarte (2012) e Fonseca (1994). Para a produção de dados, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante com registro em diário de

³ O contato se iniciou pela disciplina cursada no primeiro semestre do mestrado “Antropologia e Sensibilidades Etnográficas”, ministrada pela minha orientadora: Prof. Dr^a. Grazielle Ramos Schweig.

campo. Também foram incorporadas minhas memórias e experiências profissionais, mobilizadas na perspectiva autoetnográfica (Santos, 2017).

Além disso, a metodologia incluiu a criação de um produto educacional: o jogo de tabuleiro “Minha Vida em Refúgio”, concebido como ferramenta pedagógica de sensibilização para a Educação em Direitos Humanos. As narrativas construídas a partir dos interlocutores foram protegidas mediante recursos ficcionais, conforme orientações de Carvalho Júnior (2024), com apoio nas reflexões de Foucault (1997), Geertz (2009) e Clifford (1998), buscando resguardar a identidade e a dignidade dos participantes.

Esta dissertação foi escrita buscando a atenção das professoras e dos professores da educação básica, considerando que essa etapa da escolarização é fundamental para a formação crítica e cidadã dos estudantes, conforme enfatizado por Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (1996). Para Freire (1996), a prática educativa deve ser fundada na ética, no respeito à dignidade e à autonomia do educando, princípios basilares dos direitos humanos. O autor defende que a educação básica deve articular a aprendizagem dos conteúdos com a formação ética, política e cultural dos alunos, promovendo a reflexão crítica sobre a realidade, o combate às discriminações e o fortalecimento da consciência de direitos.

Além disso, a própria escrita de Freire busca dialogar com as necessidades e práticas dos docentes da educação básica, reforçando a importância de que a produção acadêmica também se apresente de forma acessível e significativa para esses profissionais. Diante disso, almeja-se que esta pesquisa contribua diretamente com a atuação dos professores da educação básica na promoção de uma educação emancipadora e comprometida com os direitos humanos.

Dessa forma, acredita-se que dar luz às muitas jornadas e trajetórias de famílias refugiadas e migrantes no Brasil é uma maneira de sensibilizar a comunidade escolar e fazê-la compreender as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos ao migrar. Através do conhecimento dessas histórias, acredito ser possível promover a empatia, solidariedade e respeito, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

Além disso, espero que as experiências compartilhadas possam contribuir com o combate à xenofobia, ao racismo e a outras formas de preconceito. Considerando que no âmbito escolar, a presença de estudantes refugiados e migrantes em salas de aula é um desafio para professoras(es) e alunas(os), é fundamental promover a diversidade e a inclusão neste ambiente, com foco na integração bidirecional (Phillimore, 2020).

Pensando nisso, o recurso educacional que me propus a criar busca levar para um jogo de tabuleiro histórias contadas nesta dissertação. Espera-se que a experiência vivenciada no Jogo “Minha Vida em Refúgio”, possa contribuir não só para melhorar a experiência de ensino e aprendizagem em sala de aula, mas, principalmente, destacar as demandas específicas dos sujeitos refugiados e migrantes, para que se possa implementar estratégias que atendam às suas necessidades linguísticas, culturais e emocionais.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos principais. No Capítulo 1, são apresentadas as contextualizações necessárias sobre a temática, abordando o marco legal do refúgio e da migração no Brasil, a crise humanitária na Venezuela, a resposta do governo brasileiro por meio da Operação Acolhida, além da reconstrução teórico-metodológica da pesquisa a partir do meu encontro com a Antropologia. O Capítulo 2 é dedicado à construção etnográfica e autoetnográfica das narrativas das pessoas refugiadas, trazendo à tona suas jornadas e os desafios enfrentados na busca por autonomia e reinserção socioeconômica. No Capítulo 3, são discutidas as intersecções entre a Antropologia e a Educação em Direitos Humanos, com ênfase na temática do refúgio e da migração na educação básica. É proposto um quadro que articula as competências da BNCC às temáticas do refúgio e migração. O Capítulo 4 detalha a concepção, desenvolvimento e aplicação do jogo de tabuleiro "Minha Vida em Refúgio", apresentando seus fundamentos pedagógicos, estrutura e potencial como instrumento de promoção dos direitos humanos nas escolas. No Apêndice, encontra-se o jogo pronto para impressão, além do manual de regras e de um guia de orientações didático-pedagógicas destinado a professores.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS

1.1 Marco legal do refúgio e da migração no Brasil

O conceito de “refugiado” é um importante marco internacional para a proteção dos direitos humanos. A palavra foi definida na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951⁴, principal instrumento normativo internacional sobre o tema, e seu Protocolo de 1967⁵. A Convenção de 1951 define como refugiada a pessoa que,

[...] devido a fundado temor de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, se encontra fora do país de sua nacionalidade e não pode ou, por causa desse temor, não quer retornar a esse país (Convenção de 1951, Art. 1º).

Contudo, no contexto latino-americano, essa concepção foi ampliada pela Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984⁶, que propôs uma abordagem mais sensível às realidades regionais, como os regimes autoritários, os conflitos armados internos e os colapsos institucionais. Cartagena inclui entre os critérios de reconhecimento da condição de refugiado as pessoas que fugiram de seus países devido a

[...] violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984, parágrafo III.3).

Dessa forma, enquanto a Convenção de 1951 se concentra na perseguição pessoal e política, Cartagena avança ao reconhecer a condição de refúgio como resposta também a situações de colapso coletivo e de violação sistêmica de direitos. Essa ampliação tem sido fundamental na proteção de populações deslocadas na América Latina, especialmente diante das crises vividas por países como a Venezuela, cuja população figura entre as principais beneficiárias da aplicação do conceito ampliado de refugiado.

⁴ Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, Nº 2545, Vol. 189, p. 137.

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

⁵ Convocado pela Resolução 1186 (XLI) de 18 de novembro de 1966 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e pela Resolução 2198 (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1966. Na mesma Resolução, a Assembleia Geral pediu ao Secretário-geral que transmitisse o texto do Protocolo aos Estados mencionados no artigo 5, para poderem aderir a ele. Entrou em vigor em 4 de outubro de 1967, conforme o artigo 8. Série Tratados da ONU Nº8791, Vol. 606, p. 267.

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

⁶ Declaração de Cartagena:

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf

É importante contextualizar que a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, visando preservar as futuras gerações dos flagelos da guerra, promovendo a paz, os direitos humanos e a cooperação internacional. De acordo com Celso Lafer (1995), embora a ONU represente um avanço significativo ao articular a ética e a política no âmbito global, sua atuação é condicionada pelos interesses dos Estados-membros e pelos desequilíbrios de poder no sistema internacional.

Ainda assim, o autor reconhece que a promoção dos direitos humanos consolidou-se como eixo estruturante de suas ações, especialmente na proteção de populações deslocadas por perseguições, conflitos ou violações sistemáticas de direitos. No Brasil, diversas agências da ONU atuam diretamente no apoio a pessoas refugiadas, migrantes e grupos em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o fortalecimento das políticas de acolhimento e inclusão social. A seguir, apresenta-se um quadro com as principais agências da ONU atuantes no país e suas respectivas atribuições.

Quadro 1 – Principais Agências da ONU atuantes no Brasil e suas atribuições

AGÊNCIA	FUNÇÃO PRINCIPAL
ACNUR (Agência da ONU para Refugiados)	Proteção e assistência a refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas.
OIM (Organização Internacional para as Migrações)	Promoção da migração segura, ordenada e digna.
ONU Mulheres	Promoção da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas.
PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)	Erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento sustentável.
UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)	Proteção dos direitos de crianças e adolescentes.
ACNUDH (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos)	Promoção e proteção dos direitos humanos no âmbito internacional.

Elaborado pela autora. Fonte: ONU. Entidades das Nações Unidas no Brasil.

Segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o Brasil sempre teve um papel pioneiro e de liderança na proteção internacional de pessoas refugiadas e foi o primeiro

país do Cone Sul a ratificar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, no ano de 1960.

A compilação da legislação migratória feita por Pereira e Theodoro (2021) reúne diversas portarias e resoluções sobre o tema migratório, sendo uma das mais importantes a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que define os critérios para o reconhecimento da condição de refugiado no país; regulamenta o procedimento de solicitação de refúgio, e detalha os direitos e garantias legais assegurados a essa população. Inspirada na Convenção de Genebra (1951) e na Declaração de Cartagena (1984), essa legislação reafirma o compromisso do Brasil com os tratados internacionais de direitos humanos e garante, entre outros aspectos, o princípio da não devolução (*non-refoulement*), o direito à documentação, ao trabalho, à educação, à livre circulação e à reunião familiar.

Já a Lei nº 13.445/2017, conhecida como Lei de Migração, estabelece o marco geral para o tratamento da mobilidade humana, assegurando direitos e princípios fundamentais às pessoas em deslocamento internacional. Essa legislação revogou o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) e representa um avanço ao adotar uma abordagem baseada nos direitos humanos, reconhecendo o migrante como sujeito de direitos. A Lei regula a entrada e a permanência de pessoas no território nacional, define princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas à mobilidade humana, tanto para imigrantes quanto para emigrantes, e distingue conceitos importantes como imigrante, emigrante, residente fronteiriço, visitante, apátrida e refugiado (Pereira e Theodoro, 2021).

Vale destacar que o termo migrante, conforme utilizado na Lei de Migração, funciona como um conceito abrangente, que inclui todas as pessoas em situação de deslocamento internacional, independentemente das causas, da condição documental ou da nacionalidade. Dessa forma, a legislação reconhece como migrantes tanto os imigrantes, quanto os emigrantes, além de refugiados, apátridas, visitantes e residentes fronteiriços. Abaixo segue um quadro com as definições de termos contidos na Lei nº 13.445.

Quadro 2 - Definições de termos - Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017

TERMO	DEFINIÇÃO LEGAL (RESUMO)
Imigrante	Pessoa que entra no Brasil para nele residir temporária ou definitivamente.
Emigrante	Pessoa que deixa o Brasil para residir em outro país.
Residente Fronteiriço	Nacional de país vizinho que vive em região de fronteira e cruza regularmente a fronteira para atividades cotidianas, como trabalho, estudo ou compras.
Visitante	Pessoa que entra no Brasil sem intenção de residência, geralmente com visto de curta duração (turismo, negócios, etc.).
Apátrida	Pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado, conforme sua legislação.
Refugiado	Pessoa reconhecida como tal nos termos da Lei nº 9.474/1997 (temor de perseguição ou risco à vida, segurança ou liberdade por motivos como raça, religião, nacionalidade, grupo social, opinião política, ou em razão de grave e generalizada violação de direitos humanos).
Pessoas Deslocadas Internamente (PDI)	São pessoas refugiadas, forçadas a fugir de suas casas em decorrência de conflitos, violência ou desastres e que não cruzaram uma fronteira nacional reconhecida internacionalmente. <i>Esse termo não consta na Lei brasileira 13.445/2017, mas é de extrema importância sua compreensão, pois significa dizer que as PDI são refugiadas deslocadas no próprio país, estando ainda sob violações de direitos.</i>

Elaborado pela autora. Fonte: BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e Princípios orientadores do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) sobre deslocamento interno (1998).

Diferenciar tais conceitos é essencial, a fim de garantir que pessoas refugiadas tenham acesso às proteções internacionais a que têm direito. A ONU alerta que o uso inadequado do termo "migrante" para descrever pessoas refugiadas pode enfraquecer a resposta legal e humanitária oferecida a elas, uma vez que dilui a especificidade de suas necessidades e pode levar à negação de seus direitos fundamentais. Na mesma perspectiva, enquanto pessoas refugiadas são protegidas por normas internacionais específicas (como a Convenção de 1951), pessoas deslocadas internamente permanecem sob a jurisdição do Estado de origem, mesmo em situações de insegurança e ausência de proteção efetiva. Estima-se que globalmente 60% das pessoas deslocadas à força nunca cruzam fronteiras, evidenciando a centralidade dos

deslocamentos internos no debate migratório contemporâneo (ACNUR, 2025b).

No Brasil, a análise dos pedidos de refúgio é de responsabilidade do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com regimento interno aprovado por portaria. O CONARE também assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa, inclusive com a possibilidade de recurso em caso de indeferimento da solicitação. Além dessas leis, diversas portarias interministeriais e resoluções normativas do CONARE e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) complementam o marco regulatório, detalhando procedimentos e hipóteses específicas de regularização (Pereira e Theodoro 2021).

Entre elas, destaca-se a Portaria Interministerial MJ/MESP nº 3/2018, que regula a emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) e os documentos exigidos em situações de refúgio, apatridia e asilo. Outras portarias (como as de nº 4, 5 e 10 de 2019; 13/2020; 19/2021 e 24/2021) tratam da autorização de residência por razões humanitárias a migrantes de países como Cuba, Haiti, Afeganistão, Senegal e República Dominicana, muitas vezes condicionando essa autorização à desistência formal ou tácita do pedido de refúgio. A Portaria MJSP nº 197/2019 regula o acolhimento de crianças e adolescentes migrantes desacompanhados ou separados, enquanto a Portaria CONARE nº 2/2020 estabeleceu a suspensão de prazos e atendimentos presenciais durante a pandemia de COVID-19 (Pereira e Theodoro, 2021).

Já as resoluções do CNIg (como as nº 41/2019, nº 42/2020 e nº 06/2017) abordam modalidades específicas de autorização de residência para trabalho, inclusive em contextos que também impactam solicitantes de refúgio. Por fim, Pereira e Theodoro (2021) ressaltam a Lei nº 13.684/2018, resultado da conversão da Medida Provisória nº 820/2018, que estabelece medidas emergenciais para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxos migratórios causados por crises humanitárias, reforçando o caráter solidário e protetivo da política migratória brasileira.

Nessa perspectiva legal, Martino e Moreira (2020) fazem uma análise em que afirmam que os venezuelanos que buscaram acolhimento no Brasil, passaram por diferentes "rótulos" migratórios e tiveram implicações práticas e contextos distintos, moldados pelas orientações de política interna e externa do Estado brasileiro. De acordo com as autoras, a política migratória brasileira, especialmente no período de 2017 a 2019, atribuiu "rótulos" como "solicitante de refúgio", "residente temporário" e "refugiado", permitindo gerenciar o

fluxo migratório em meio ao agravamento da crise político-econômica na Venezuela. Abaixo segue um quadro que apresenta as implicações práticas e contextuais dos diferentes “rótulos”:

Quadro 3 - Implicações Práticas: Solicitante de Refúgio

SOLICITANTE DE REFÚGIO 2015 – 2016 (GRANDE <i>BACKLOG</i>)	
CONTEXTO	Diante da instabilidade na Venezuela, muitos venezuelanos, juntamente com instituições locais de apoio, mobilizaram as solicitações de refúgio como uma estratégia de regularização provisória, especialmente nas cidades fronteiriças de Boa Vista e Pacaraima, onde o fluxo se intensificou a partir de 2015. A lei brasileira de refúgio (Lei nº 9.474/97) permite o reconhecimento com base em "fundados temores de perseguição" ou "grave e generalizada violação de direitos humanos".
APLICAÇÕES PRÁTICAS	Este processo era gratuito e não exigia a apresentação de documentos do país de origem. A formalização do pedido resultava na obtenção de um documento de identificação provisório, conhecido como protocolo de solicitação de refúgio, que garantia aos portadores uma situação regular no país enquanto aguardavam a análise do pedido. Com esse protocolo, os migrantes tinham o direito de acessar serviços públicos essenciais, como saúde, educação e assistência social, e também podiam exercer atividade remunerada.
DESAFIOS	Apesar dos benefícios, o processo de análise resultou em um grande <i>backlog</i> (quantidade de solicitações pendentes). Entre 2015 e 2016, das mais de 4 mil solicitações de venezuelanos, apenas 18 foram deferidas, indicando a ausência de um consenso governamental sobre como esses pedidos seriam avaliados.

Elaborado pela autora. Fonte: Martino e Moreira (2020) e OBMigra (2023).

Quadro 4 - Implicações Práticas: Residência Temporária

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA TEMPORÁRIA Resolução Normativa (RN) N° 126/ 2017 e Portaria Interministerial (PI) N° 9/ 2018	
CONTEXTO	O Estado brasileiro, por meio do CNIg, publicou a RN n° 126 em março de 2017 para gerenciar o fluxo migratório venezuelano, buscando uma alternativa à via do refúgio, que não se concretizou inicialmente. Esta medida refletiu a intenção de ofertar uma via para migrantes em "situação irregular" ou "a quem não se aplicam os critérios da Lei de Refúgio".
APLICAÇÕES PRÁTICAS	<p>RN n° 126 (2017): embora destinada aos venezuelanos, a resolução não os mencionava explicitamente. Impunha a entrada por via terrestre (Pacaraima ou Boa Vista) como condição obrigatória, o que gerava sobrecarga na estrutura burocrática dessas cidades. Inicialmente, previa a cobrança de taxas para a obtenção da residência temporária (revogadas em julho do mesmo ano). Exigia documentação do país de origem, o que era um obstáculo para migrantes mais vulneráveis e povos indígenas. A residência temporária era concedida por apenas dois anos, sem previsão clara para renovação. Além disso, a RN determinava que o migrante deveria optar por qual política migratória desejava se regularizar (residência provisória ou refúgio), o que pode ser interpretado como uma tentativa de dificultar o acesso ao refúgio.</p> <p>Portaria Interministerial (PI) n° 9 (2018): substituiu a RN n° 126, representou um aprimoramento significativo. Eliminou a exigência de entrada por via terrestre, modificou as exigências de documentação (especialmente para indígenas), e manteve a gratuidade para aqueles que comprovassem hipossuficiência econômica. Mais importante, a residência temporária poderia ser transformada em indeterminada após os dois primeiros anos.</p>
DESAFIOS	Apesar das melhorias, muitos venezuelanos continuaram a buscar a regularização via solicitação de refúgio, em parte devido à isenção de documentação na solicitação de refúgio e à facilidade do protocolo provisório. A PI n° 2 de 2019, que alterou a PI n° 9, passou a determinar que a obtenção da autorização de residência temporária implicaria na desistência da solicitação de refúgio.

Elaborado pela autora. Fonte: Martino e Moreira (2020) e OBMigra (2023).

Quadro 5 - Implicações Práticas: Reconhecimento da condição de Refugiado pela GGVDH

RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO POR GRAVE E GENERALIZADA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS (GGVDH)	
CONTEXTO	Em junho de 2019, a coordenação do CONARE produziu uma nota técnica que defendia o reconhecimento da situação na Venezuela como de grave e generalizada violação de direitos humanos (GGVDH), um critério previsto na lei brasileira de refúgio. Essa decisão foi vista por alguns como politicamente conveniente para o governo Bolsonaro, que buscava se opor ao regime venezuelano.
APLICAÇÕES PRÁTICAS	Como refugiados, os venezuelanos passaram a usufruir de um sistema de proteção e integração social mais abrangente, facilitando o acesso à regularização, assistência e equipamentos públicos. Também lhes garantia o direito à reunificação familiar e a proteção pelo princípio de <i>non-refoulement</i> (não serem devolvidos a um território onde sua vida ou liberdade estivessem ameaçadas), algo não previsto em nenhuma outra modalidade migratória.
	Procedimento Simplificado (<i>Prima Facie</i>): Em dezembro de 2019, o CONARE publicou um aditamento à nota técnica, anunciando a adoção do reconhecimento <i>prima facie</i> para a determinação do refúgio dos venezuelanos. Esse procedimento levou ao reconhecimento em massa de dezenas de milhares de venezuelanos em um curto período: mais de 21 mil em 6 de dezembro de 2019, e posteriormente outros 17 mil e 7,7 mil em 31 de janeiro e agosto de 2020, respectivamente.
DESAFIOS	O status de refugiado exige autorização para viagens ao país de origem, o que poderia ser um obstáculo para a pendularidade característica do fluxo venezuelano. Além disso, o status de refugiado se mantém apenas enquanto existirem as circunstâncias que provocaram a necessidade de proteção, podendo ser cessado caso as condições no país de origem se alterem. A falta de transparência sobre os critérios de seleção dos grupos reconhecidos <i>prima facie</i> e possíveis cessações levanta questões sobre ambiguidades.

Elaborado pela autora. Fonte: Martino e Moreira (2020) e OBMigra (2023).

Em síntese, os venezuelanos transitaram por diferentes categorizações burocráticas no Brasil, cada uma com um conjunto distinto de direitos e desafios práticos. A hierarquia entre esses "rótulos" e as prioridades dadas a eles pelas instituições governamentais refletiram tanto a complexidade da gestão migratória quanto as orientações políticas e de política externa do Estado brasileiro. A decisão pelo refúgio, embora tardia e possivelmente motivada por conveniência política, resultou em uma proteção mais abrangente e duradoura para um grande número de venezuelanos (Martino e Moreira, 2020).

É importante destacar que a política de refúgio no Brasil, até então, mantinha um perfil normativo consistente, mas pouco ativado em termos operacionais. O Relatório Anual

OBMigra (2023) apresenta dados que mostram que a presença de pessoas imigrantes e refugiadas no Brasil cresceu exponencialmente durante o período de 2013 a 2022, marcado pela chegada dos novos fluxos migratórios ao país, provenientes de diferentes regiões do Sul Global. A chegada massiva de pessoas provenientes da Venezuela, a partir de 2016, desafiou os marcos existentes e impulsionou a formulação de respostas institucionais inéditas. De acordo com o OBMigra (2023), no período 2013–2022, o Brasil recebeu 345.257 solicitações de refúgio, sendo a maioria destas solicitações (86,2%), registradas entre os anos de 2017 e 2022, com destaque para o ano de 2019, quando foram registradas 82.552 solicitações (23,5%), justificadas pelas mudanças na gestão migratória abordadas do Quadro 3.

Dessa forma, nota-se que o aparato brasileiro de acolhimento passou por uma transformação significativa, caracterizando-se por uma inovação institucional de governança migratória, conforme afirmam Sanjurjo (2023) e Zapata et al. (2024). A criação da Operação Acolhida, em 2018, simboliza essa virada, pois estrutura uma resposta federalizada e multissetorial, coordenada entre governo, Forças Armadas, agências da ONU e sociedade civil. Essa mudança marca um novo momento na política migratória brasileira, que passa a combinar os princípios normativos da Lei de Refúgio e da Lei de Migração com mecanismos de gestão em larga escala, articulados em torno dos pilares de recepção, acolhimento e interiorização. Antes de compreender o funcionamento da Operação Acolhida e os desafios práticos, seguimos com uma breve contextualização sobre a Venezuela.

1.2 Considerações sobre a Venezuela

Nas últimas décadas, o mundo testemunhou um crescimento sem precedentes no número de pessoas deslocadas à força em decorrência de conflitos armados, crises humanitárias, colapsos institucionais e desastres ambientais (ACNUR, 2025a). De acordo com o relatório da ACNUR (2025b), *Tendências Globais: deslocamento forçado em 2024*, no final de abril de 2025 havia 122,1 milhões de pessoas deslocadas à força no mundo. Em dezembro de 2024, 42,7 milhões de pessoas haviam cruzado fronteiras internacionais e se encontravam sob a proteção legal do regime de refúgio, enquanto cerca de 73,5 milhões permaneceram dentro dos limites de seus próprios países, como pessoas deslocadas internas⁷.

⁷ Países como Sudão, Síria, Afeganistão e Ucrânia concentram números expressivos de refugiados e deslocados internos, impactando tanto os sistemas de proteção internacional quanto os contextos regionais e nacionais de acolhimento. Nas Américas, a crise de deslocamento afeta mais de 21,9 milhões de pessoas, sendo que, além dos

O Sudão ultrapassou a Síria no final de 2024, com 14,3 milhões de refugiadas(os) e deslocados internos, tornando-se o país com o maior número de pessoas deslocadas à força no mundo. A Síria, em guerra civil desde 2011, tem 13,5 milhões de deslocados, sendo mais de 7,4 milhões, deslocados internamente. Em seguida vêm o Afeganistão (com 10,3 milhões) e a Ucrânia (com 8,8 milhões) de pessoas refugiadas (ACNUR, 2025a).

O aumento dos deslocamentos forçados evidencia não somente a intensificação dos conflitos e crises humanitárias, mas também a complexidade das dinâmicas geopolíticas que impulsionam esses fluxos migratórios. No Brasil, os últimos dez anos testemunharam uma transformação profunda no cenário do refúgio, diretamente influenciada pelo contexto regional latino-americano. Conforme Junger da Silva (2021), as dinâmicas migratórias venezuelanas emergiram como um elemento central desse processo, assumindo papel de destaque a partir de meados da última década. Este fenômeno reflete as interações complexas entre as crises políticas e econômicas na Venezuela e as políticas de refúgio e imigração adotadas pelo Brasil, delineando um novo panorama no acolhimento de pessoas refugiadas no país.

A República Bolivariana da Venezuela, que fora considerada um dos países mais ricos da América Latina e um grande receptor de migrantes nas décadas anteriores (Santos; Sousa, 2019), viveu uma forte transformação a partir de 2001 com a intensificação do fenômeno migratório oriundo da própria Venezuela, particularmente em direção a países situados no hemisfério setentrional. Esse fluxo ganhou ainda mais proeminência durante a década de 2010, como resultado de um cenário político marcado por significativa instabilidade democrática. Os acentuados declínios nos preços internacionais do petróleo geraram hiperinflação e escassez de bens essenciais no país. Essa crise econômica, social e política, portanto, fez com que os indicadores de bem-estar venezuelanos se deteriorassem notoriamente e, em conjunto, criou um fluxo migratório sem precedentes (Sanjurjo, 2023).

Weisbrot e Sachs (2019) argumentam que, embora a primeira ordem executiva norte-americana relacionada à Venezuela tenha sido emitida em 2015, declarando o país uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, foi a partir de agosto de 2017 que sanções econômicas mais severas foram efetivamente impostas. Essas sanções proibiram o governo

fluxos transfronteiriços oriundos da Venezuela, Haiti e outras nações, a violência interna também tem impulsionado o crescimento dos deslocamentos dentro dos próprios países, como observado na Colômbia e no Haiti. Considerar essas distinções e complexidades é essencial para não reduzir o fenômeno migratório a categorias estanques, nem invisibilizar os deslocamentos internos, que muitas vezes representam formas igualmente graves de violação de direitos e ruptura de vínculos sociais e territoriais. Essa realidade reforça a importância de se considerar múltiplas formas de deslocamento no planejamento de políticas públicas e na formulação de estratégias de acolhimento e integração (ACNUR, 2025b).

venezuelano de acessar os mercados financeiros dos EUA, impedindo a reestruturação da dívida externa e dificultando o financiamento necessário para manter a produção de petróleo, principal fonte de receita do país. Além disso, bloquearam a repatriação dos lucros da CITGO, uma refinaria de petróleo venezuelana nos Estados Unidos. Segundo os autores, essas medidas agravaram a crise econômica e social da Venezuela, afetando diretamente a população civil, com queda no acesso a alimentos, medicamentos e serviços básicos, contribuindo para o aumento da migração e da mortalidade.

A esse conjunto de sanções, somaram-se, em janeiro de 2019⁸ novas medidas ainda mais duras impostas pelo governo Trump. Uma ordem executiva congelou ativos venezuelanos no exterior, incluindo reservas de ouro e bens da CITGO, além de cortar o acesso da Venezuela ao seu principal mercado de petróleo: os Estados Unidos. A administração Trump também pressionou outros países a não comprar petróleo venezuelano. A Venezuela foi praticamente excluída do sistema financeiro internacional, tendo negado o acesso a bancos correspondentes, fundos do FMI e contas em instituições estrangeiras. Isso dificultou a importação de medicamentos, alimentos e outros bens essenciais, agravando ainda mais a situação da população civil (Weisbrot e Sachs, 2019).

Desde o início de 2025, a nova gestão do presidente Donald Trump voltou a adotar uma postura rígida em relação à Venezuela, com repercussões significativas tanto no campo econômico quanto migratório. Segundo informações publicadas no site oficial da Casa Branca, no dia 24 de março de 2025, Trump anunciou a imposição de uma tarifa de 25% sobre produtos importados de países que adquirirem petróleo ou gás venezuelano, mesmo por meio de terceiros. A medida, classificada como “tarifa secundária”, tem o objetivo de intensificar a pressão econômica sobre o governo de Nicolás Maduro, desestimulando o comércio internacional de recursos energéticos venezuelanos (White House, 2025).

Conforme sistematizado na dissertação de Silva (2018), intitulada *Vulnerabilidade dos países exportadores de petróleo à própria riqueza: o caso dos países-membros da OPEP*, a literatura sobre a chamada “maldição dos recursos naturais”⁹ argumenta que a riqueza

⁸ Em 2019, os Estados Unidos e parte da comunidade internacional passaram a reconhecer Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, sob o argumento de que a eleição de Nicolás Maduro havia sido ilegítima. Embora esse reconhecimento tenha sido simbólico e tenha motivado a imposição de novas sanções financeiras e comerciais, Guaidó nunca exerceu de fato o poder no país, e o governo de Maduro permaneceu no controle do Estado venezuelano. Em 2022, a própria oposição dissolveu o chamado “governo interino”, e Guaidó vive atualmente no exílio.

⁹ De acordo com Silva (2018), o termo “maldição dos recursos naturais” (ou *resource curse*) foi utilizado pela primeira vez em 1993 por Auty (1993). Desde então, uma vasta literatura sobre questões associadas a esse conceito tem se expandido significativamente. A dissertação de Filipe de Pádua Fernandes Silva explora essa teoria, também conhecida como o paradoxo da abundância (*paradox of plenty*), que sugere que a dependência

petrolífera pode produzir, paradoxalmente, maior desigualdade e fragilidade institucional. O autor sistematiza as ideias de Karl (1997) e Sarraf e Jiwanji (2001) de que países ricos em petróleo tendem a apresentar piores resultados na erradicação da pobreza, uma vez que a distribuição das rendas advindas desses recursos é frequentemente capturada por elites governamentais e empresariais. Stevens (2015), também citado por Silva, complementa que, por ser um setor intensivo em capital e dependente de mão de obra altamente qualificada, muitas vezes estrangeira, o petróleo contribui pouco para a inclusão produtiva de populações locais vulneráveis, ampliando a desigualdade e a exclusão.

No mesmo estudo, Silva (2018) também destaca que a abundância de recursos naturais, especialmente petróleo, está associada à perpetuação de regimes autoritários e à fragilização das instituições democráticas. Referindo-se a autores como Auty (2001), Beblawi (1990) e Lal (1995), o autor argumenta que as elites rentistas utilizam a renda do petróleo para consolidar redes de clientelismo e silenciar a oposição, dificultando processos de transição democrática. Esse cenário se reproduz especialmente em países dependentes da exportação de “recursos pontuais”, como o petróleo, em que a concentração de poder político e econômico tende a ser mais acentuada.

Completando essa análise, com base na dissertação de Silva (2018), é possível compreender que os impactos ecológicos do petróleo constituem uma das principais dimensões da vulnerabilidade dos países exportadores, articulando tanto aspectos intrínsecos, relacionados à lógica extrativista e seus efeitos socioambientais locais, quanto extrínsecos, vinculados às pressões globais por uma transição energética de baixo carbono (Silva, 2018, p. 83). O autor ressalta que a chamada “maldição dos recursos naturais” não apenas se expressa em desastres ambientais recorrentes e na dificuldade de alinhar o modelo extrativista às metas de desenvolvimento sustentável, mas também se agrava diante das políticas climáticas internacionais que buscam reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Diante desse colapso multicausal, econômico, político, social e ambiental, a migração passou a se configurar como uma estratégia de sobrevivência para amplas parcelas da população venezuelana. Nesse sentido, Paez e Penalver (2017) categorizam a migração venezuelana em três fases ao longo do tempo, nas quais são apontadas mudanças nas características das populações da diáspora, tais como o grau de escolaridade, a situação econômica e a escolha pelos destinos.

excessiva de países às receitas de exportação de recursos naturais impede o desenvolvimento socioeconômico a longo prazo.

De acordo com os autores, a primeira fase ocorreu de 2000 a 2012 e foi identificada como a primeira onda de migração venezuelana, denominada por Paez e Penalver (2017) como “Buscando Novas Oportunidades”. Eram estudantes, empreendedores e profissionais com renda média, que levaram investimentos, empreendedorismo e habilidades especializadas para os Estados Unidos, Espanha e Portugal.

No período de 2012 a 2015, início do declínio democrático na Venezuela, começa a segunda onda de migrantes venezuelanos, denominado por Paez e Penalver (2017) de “Desesperança Crescente”. De acordo com os autores, este grupo era composto por pessoas que tinham renda média e baixa, que passaram a fugir da Venezuela devido à insegurança, repressão política e início da escassez de alimentos e medicamentos. Embora muitos ainda tenham fugido para os EUA e Europa, a maioria buscou os países vizinhos, como Colômbia, Panamá, República Dominicana e no Cone Sul.

A partir de 2015 começa a terceira onda de migração, denominada pelos autores de “Migração de Desespero”, iniciada em resposta à crescente crise humanitária, caracterizada por escassez aguda de alimentos e remédios, inflação crescente e o aumento da violência e da repressão. Este grupo de refugiados(as) são mais pobres e menos qualificados profissionalmente, são “estudantes que vivem nas ruas de Madri, balseros¹⁰ que se aventuram nas ilhas vizinhas do Caribe e mulheres que se juntam a redes de prostituição na Colômbia e no Panamá” (Paez; Penalver, 2017, p. 5 – tradução da pesquisadora).

Inspirada pela lógica de categorização de Paez e Penalver, considero o período de 2020 a 2024 como uma “quarta onda”, a qual denominarei como: “Chegaremos Vivas?” remetendo ao crescente número de mulheres, mães solo e crianças fugindo da Venezuela e chegando no Brasil desnutridas, após viajarem com muitas dificuldades por falta de condições econômicas para arcar com os custos da viagem. Dados do OBMigra (2023), apontam que, em 2022, 70,2% das mulheres que solicitaram refúgio no Brasil eram venezuelanas, e entre as crianças de até 15 anos, 82,5% dos solicitantes de refúgio também eram da Venezuela (ONU Mulheres, 2023). Esse novo padrão migratório evidencia o aumento da chegada de mulheres e crianças, o que demanda políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades desses grupos.

Na contramão do Brasil, em 2025, o presidente Donald Trump, adotou medidas mais rígidas em relação à imigração nos EUA, incluindo a revogação do programa de parole humanitário, anteriormente implementado pelo governo Biden (BBC, 2025). Esse programa

¹⁰ Jangadas para passagem marítima de imigrantes.

permitia que venezuelanos, haitianos, cubanos e nicaraguenses em situação de vulnerabilidade ingressassem legalmente nos Estados Unidos, com autorização de trabalho e proteção contra deportações. A revogação, anunciada em março de 2025, estabeleceu que os beneficiários deixassem o país até o dia 24 de abril de 2025, sob risco de detenção e deportação. Segundo o Departamento de Segurança Interna (DHS), cerca de 530 mil pessoas serão afetadas. A justificativa oficial para a revogação incluiu a alegação de que o programa não teria reduzido significativamente a migração irregular e teria sobrecarregado os recursos públicos e o sistema judiciário migratório, especialmente nas comunidades locais (CNN Brasil, 2025; CiberCuba, 2025).

Dados divulgados em 2024 pela Plataforma R4V indicam que a Colômbia segue sendo o principal destino da população venezuelana em situação de deslocamento, abrigando mais de 2,8 milhões de pessoas. O Peru aparece em segundo lugar, com mais de 1,6 milhão de venezuelanos em seu território, seguido pelo Brasil, que ocupa a terceira posição, mesmo com a barreira linguística. De acordo com o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes (SUFAI), das mais de 1 milhão de pessoas de origem venezuelana que entraram no Brasil até março de 2024, aproximadamente 568 mil permaneceram no país, sendo 51% homens e 49% mulheres (SUFAI, 2024).

Cabe destacar os recordes de ingresso registrados em 2023. Apenas nos três primeiros meses do ano, o Brasil contabilizou a entrada de 51.838 pessoas solicitantes da condição de refugiada ou de residência temporária, número que representa 32% de todo o volume registrado em 2022. Em março daquele ano, 17.471 venezuelanos cruzaram a fronteira em direção ao território brasileiro, configurando um dos maiores picos mensais de entradas desde o início da crise migratória.

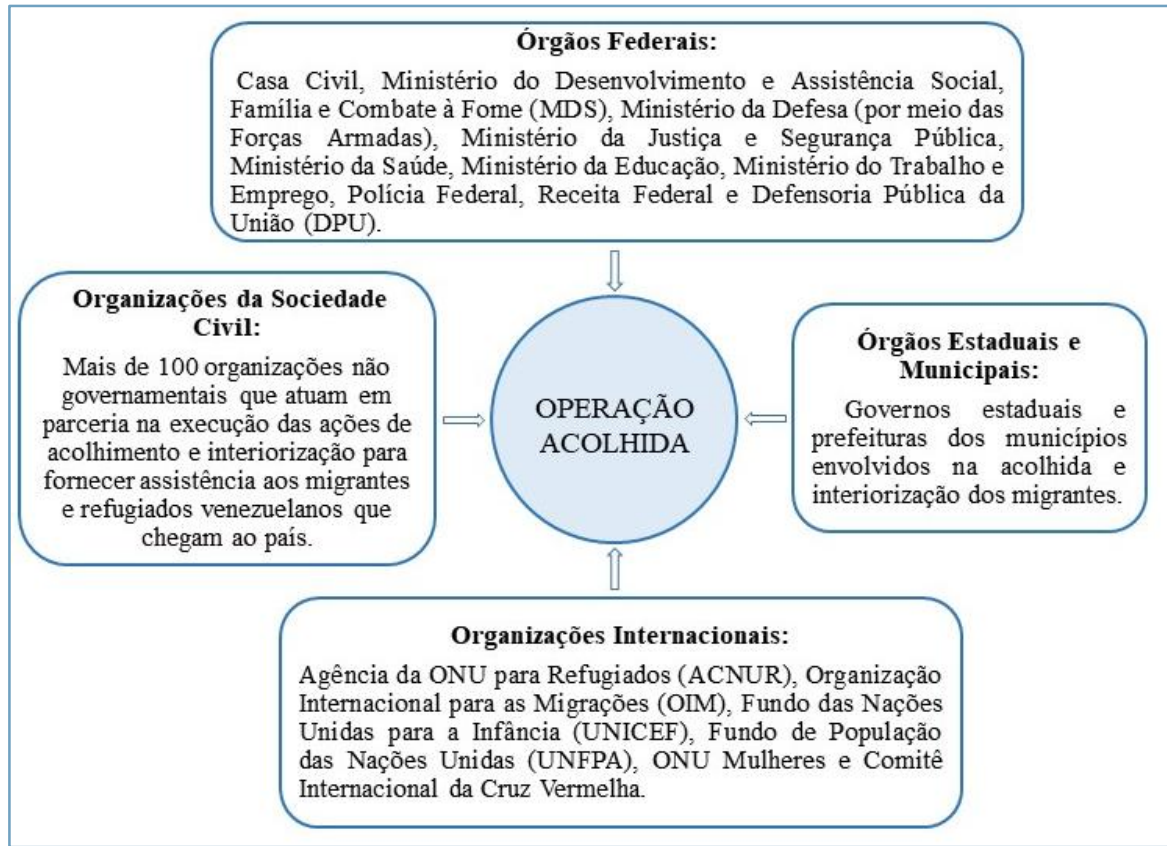
O intenso fluxo de refugiadas(os) e migrantes venezuelanos no Brasil, a partir de 2017, levou ao decreto federal n.º 9.285, de fevereiro de 2018, que reconheceu a situação como sendo uma crise humanitária. Em resposta, o governo criou a Operação Acolhida (Medida Provisória n.º 820/2018), convertida pelo Congresso Nacional na Lei n.º 13.684/2018, que trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, e instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial, regulado pelo Decreto n.º 9.970 de 2019 (Brasil, 2018).

1.3 Resposta do Governo Federal à Crise Humanitária: Operação Acolhida

Ao chegarem na fronteira com o Brasil, muitas vezes caminhando ou por meio de algum transporte automotor, pessoas venezuelanas refugiadas e migrantes encontram uma grande estrutura montada em Pacaraima–RR, a 50 metros da fronteira com a cidade venezuelana, Santa Elena de Uairén, no Estado Bolívar. Trata-se da Operação Acolhida, criada pelo governo federal, após forte pressão social (Vasconcelos, 2021), em resposta ao intenso fluxo migratório de venezuelanas(os) na fronteira entre os dois países.

A Operação Acolhida foi criada para coordenar a recepção e o acolhimento destas pessoas que chegam ao país em situação de vulnerabilidade. Oficialmente denominada Força-Tarefa Logística Humanitária, a operação é interministerial e envolve órgãos federais, estaduais, municipais, Forças Armadas, agências da ONU e organizações da sociedade civil. Sua atuação se concentra principalmente em três eixos: ordenamento da fronteira, acolhimento em abrigos temporários e interiorização, ou seja, o deslocamento voluntário dos migrantes para outras cidades do Brasil, com o objetivo de reduzir a pressão sobre Roraima, estado que concentra a maior parte das chegadas. Abaixo, o Fluxograma 1 detalha a composição da Operação Acolhida:

Fluxograma 1 - Composição da Operação Acolhida

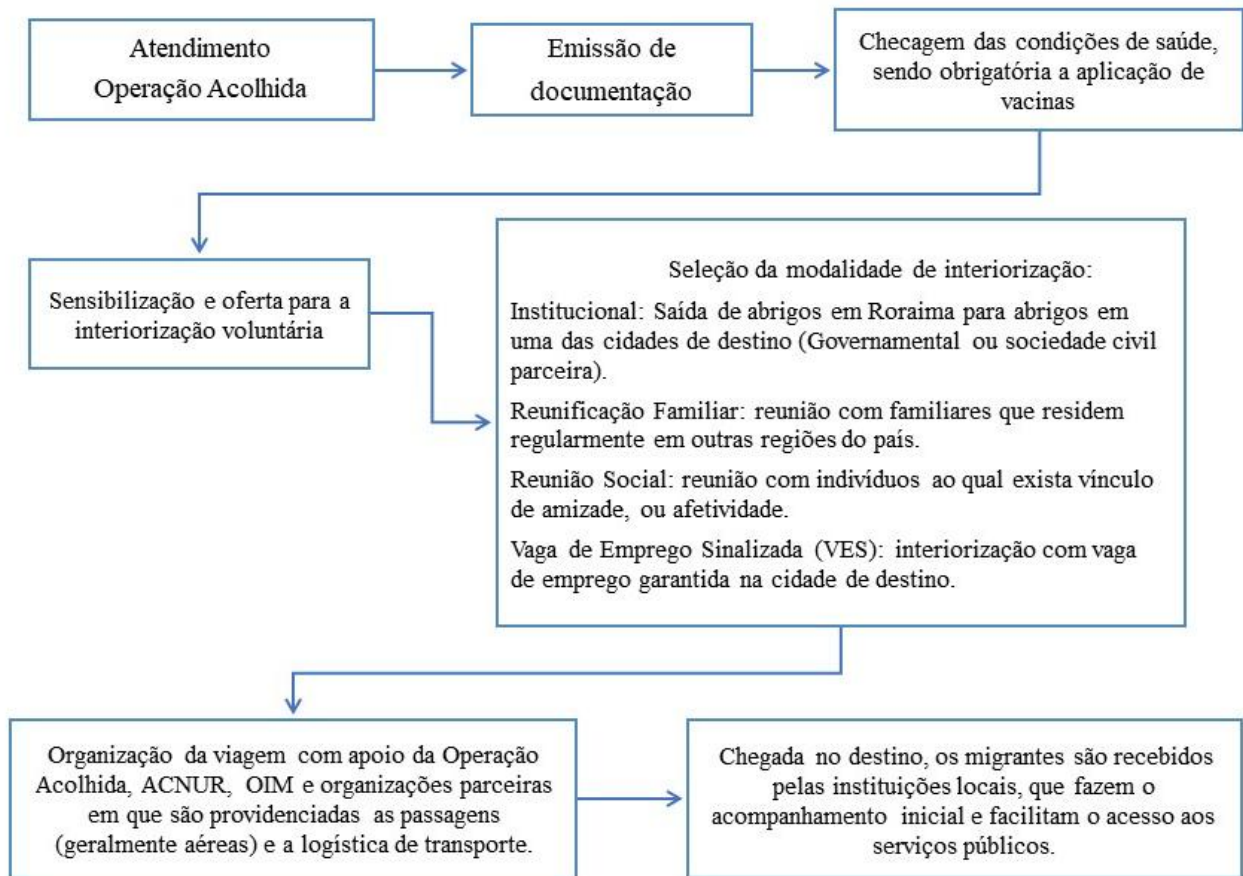


Elaborado pela autora. Fonte: Brasil (2018).

Ao chegar no atendimento da Operação Acolhida, as pessoas passam pela Polícia Federal, que é a responsável pela emissão de documentos essenciais para a regularização migratória: a) Protocolo de Solicitação de Refúgio: Documento provisório fornecido aos solicitantes de refúgio, permitindo que permaneçam legalmente no país enquanto aguardam a decisão sobre seu pedido; b) Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM): Documento de identificação oficial para estrangeiros residentes no Brasil, emitido após a aprovação da autorização de residência ou reconhecimento da condição de refugiado. Esses documentos são fundamentais para que migrantes e refugiados possam exercer seus direitos e acessar serviços públicos no Brasil, como saúde, educação e assistência social (OIM; MDS, 2023).

A Operação Acolhida busca acelerar a “Estratégia de Interiorização”, ou seja, o deslocamento planejado das pessoas refugiadas que se encontram em Roraima, para outros estados brasileiros. O Fluxo de interiorização segue da seguinte forma:

Fluxograma 2 - Estratégia de Interiorização da Operação Acolhida



Elaborado pela autora. Fonte: Brasil, (2018).

Para participar da interiorização, os participantes devem ter documentação regular, estar vacinados, possuir CPF e passar por uma entrevista socioeconômica. A prioridade é dada a quem se encontra em abrigos, mas há também modalidades que incluem famílias em situação de rua ou em casas de passagem. As vagas são ofertadas com base em parcerias com empresas, prefeituras e grupos da sociedade civil. De acordo com a Operação Acolhida, esta realocação visa permitir que as pessoas beneficiadas tenham melhores oportunidades de integração social, econômica e cultural, bem como reduzir a pressão sobre os serviços públicos de Roraima (Brasil, 2018).

Os abrigos da Operação Acolhida são geridos por meio de uma articulação interinstitucional que reúne diversos atores governamentais, internacionais e da sociedade civil. Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização articula as ações de assistência aos migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2018). A atuação se dá em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

(ACNUR) e conta com o apoio logístico das Forças Armadas Brasileiras, responsáveis por parte da infraestrutura e operação dos abrigos. No âmbito da sociedade civil, destacam-se organizações como a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI Brasil), a Fraternidade sem Fronteiras e a Cáritas Brasileira, que colaboram diretamente na administração de centros de acolhimento, oferecendo apoio humanitário e promovendo ações voltadas à dignidade e à integração das pessoas acolhidas (Brasil, 2018).

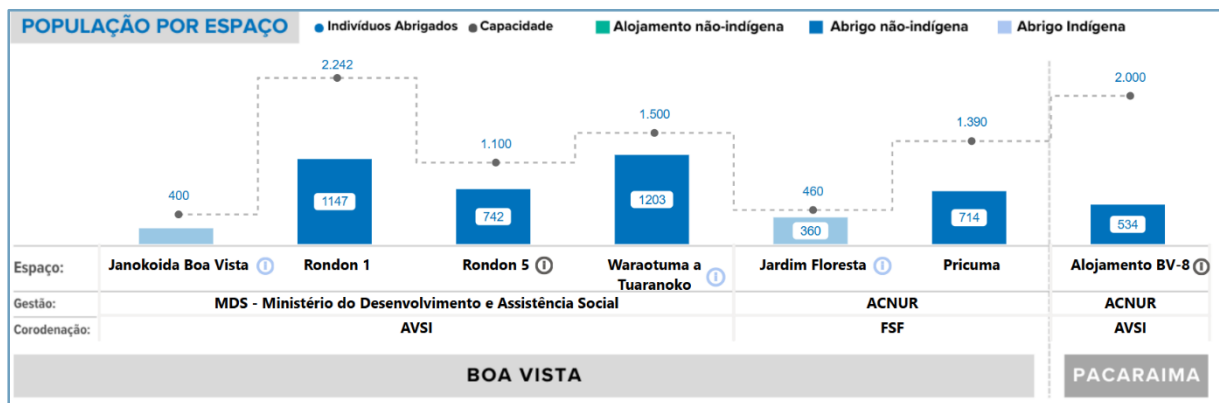
Dados do relatório *Autonomia e integração local de refugiados e migrantes venezuelanos acolhidos nos abrigos em Boa Vista (RR)*, publicado pela ACNUR, em parceria com a AVSI Brasil, apontam que em 2020 a predominância nos abrigos brasileiros na cidade de Boa Vista era de refugiados(as) e migrantes com baixa escolaridade – 44,6% com ensino fundamental, 39,2% com ensino médio completo e apenas 6% com formação superior. O relatório aponta, ainda, que 64,2% dos abrigados relataram ter experiência em mais de uma área de atuação, 29,8% disseram ter experiência em apenas uma área e 6% não têm nenhuma experiência prática. Esses dados refletem a vulnerabilidade da população presente nos abrigos.

Em março de 2024, já haviam entrado 568.058 pessoas venezuelanas no Brasil, conforme dados divulgados pela Plataforma R4V. Só no primeiro trimestre deste ano, foram reportados 48.210 entradas de refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil, um aumento de 5,4% em comparação com o último trimestre de 2023, conforme dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI), do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. De janeiro de 2017 a março de 2024, foram registrados 479.751 venezuelanos com autorização de residência, de acordo com dados do Sistema Nacional de Registro Imigratório (SISMIGRA).

Nas duas cidades são ofertadas vagas para abrigamento nos centros de acolhimento temporário, na qual o critério para ter acesso é o grau de vulnerabilidade, na qual gestantes, mulher com crianças e adolescentes, pessoas doentes e com deficiência física, têm prioridade. Os abrigos de Boa Vista em funcionamento em setembro de 2024, eram: Rondon 1, Rondon 5, Pricumã, Jardim Floresta, Waraotuma e Tuaranoko, Alojamento Rondon 2. Já em Pacaraima, havia dois abrigos em funcionamento: Janokoida e o BV-8. No entanto, em novembro de 2024, o abrigo Janokoida foi fechado devido a laudos que indicavam risco de desmoronamento. Em janeiro de 2025, órgãos federais entraram com ação judicial para pedir indenização e a criação de um protocolo intercultural para a realocação de abrigos com migrantes indígenas. Segundo notícia publicada pelo Ministério Público Federal (2025), a

Defensoria Pública da União e o MPF ajuizaram ação civil pública contra órgãos federais e estaduais devido à desativação abrupta do abrigo Janokoida. Com o fechamento imediato, 310 pessoas, incluindo crianças matriculadas na rede escolar local, não tiveram tempo para se reorganizarem. Como resultado, muitas famílias acabaram em situação de rua e enfrentaram insegurança alimentar e desestruturação familiar. O gráfico abaixo apresenta a capacidade de cada abrigo e as vagas disponíveis, no mês de junho de 2025.

Gráfico 1 - População venezuelana refugiada abrigadas em Boa Vista e Pacaraima no mês de junho 2025

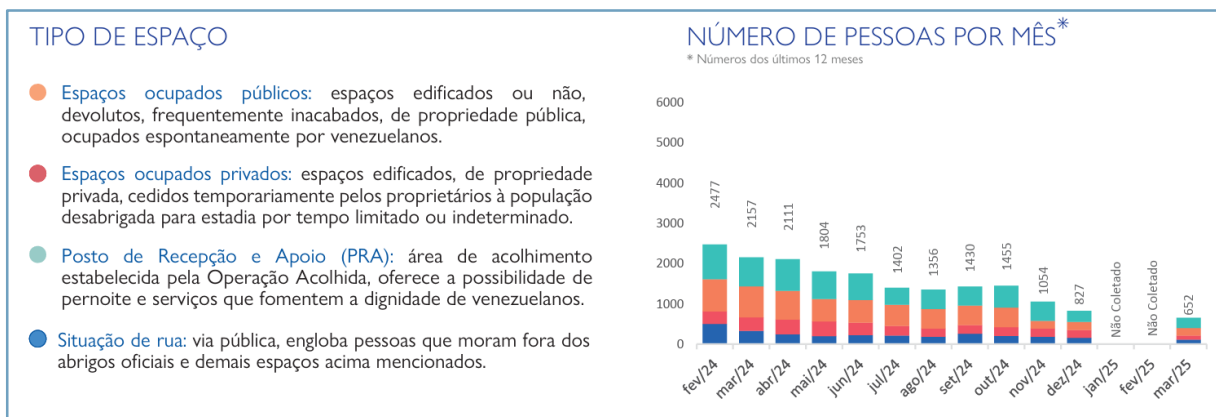


Os dados apresentados no Gráfico 2 evidenciam um cenário de subutilização significativa da capacidade de acolhimento em diversos abrigos da Operação Acolhida. Em junho de 2025, o abrigo Rondon 1, com capacidade para 2.242 pessoas, encontrava-se com pouco mais de 50% de sua ocupação; situação semelhante foi observada em unidades como o Pricuma e o BV-8, este último localizado em Pacaraima e com taxa de ocupação inferior a 30%. A disparidade entre a infraestrutura disponível e a real demanda ocupacional indica a existência de barreiras que transcendem o aspecto logístico.

Essa demanda por abrigamento é confirmada no Infográfico 1 abaixo, que indica um alto número de pessoas venezuelanas vivendo nas ruas. De acordo com a OIM (2025), 652 pessoas venezuelanas estavam fora dos abrigos em março de 2025. Deste total, 220 pessoas pernoveram no Posto de Recepção e Apoio (PRA), localizado na Rodoviária de Boa Vista (consiste em um espaço com barracas espalhadas pelo chão disponibilizadas para os refugiados que estão fora do abrigo somente para pernoite), deste total, 49 pessoas eram menores de 18 anos. Em situação de rua havia 140 pessoas venezuelanas, sendo 30 delas, menores de 18 anos.

Embora dados da OIM (2025) mostrem que a população venezuelana fora dos abrigos em Boa Vista diminuiu 21% no período entre dezembro de 2024 a março de 2025, a pergunta que se faz é: porque mesmo com vagas disponíveis, pessoas estão preferindo viver em ocupações espontâneas, nas ruas ou pernoitar em barracas coletivas na rodoviária?

Infográfico 1 - População venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Boa Vista-RR - mar 2025



Fonte: OIM (2025)

Apesar da estrutura montada para abrigamento, a escuta das famílias que participaram desta pesquisa revelou que a experiência nos abrigos da Operação Acolhida não é, muitas vezes, percebida positivamente. Durante a convivência e os relatos compartilhados em campo, percebi haver certo incômodo ao se falar sobre os abrigos. As críticas nem sempre eram explícitas, mas estavam presentes nos silêncios, nos olhares desviados, nos comentários curtos, nas frases interrompidas. Em alguns momentos, me causou estranhamento ver pessoas optarem por permanecer na rua ou em barracas improvisadas ao invés de aceitar a vaga no abrigo. A impressão que ficou foi a de que, para algumas dessas pessoas, o abrigo não representava acolhimento, mas sim uma forma de controle, de vigilância, de desconforto emocional.

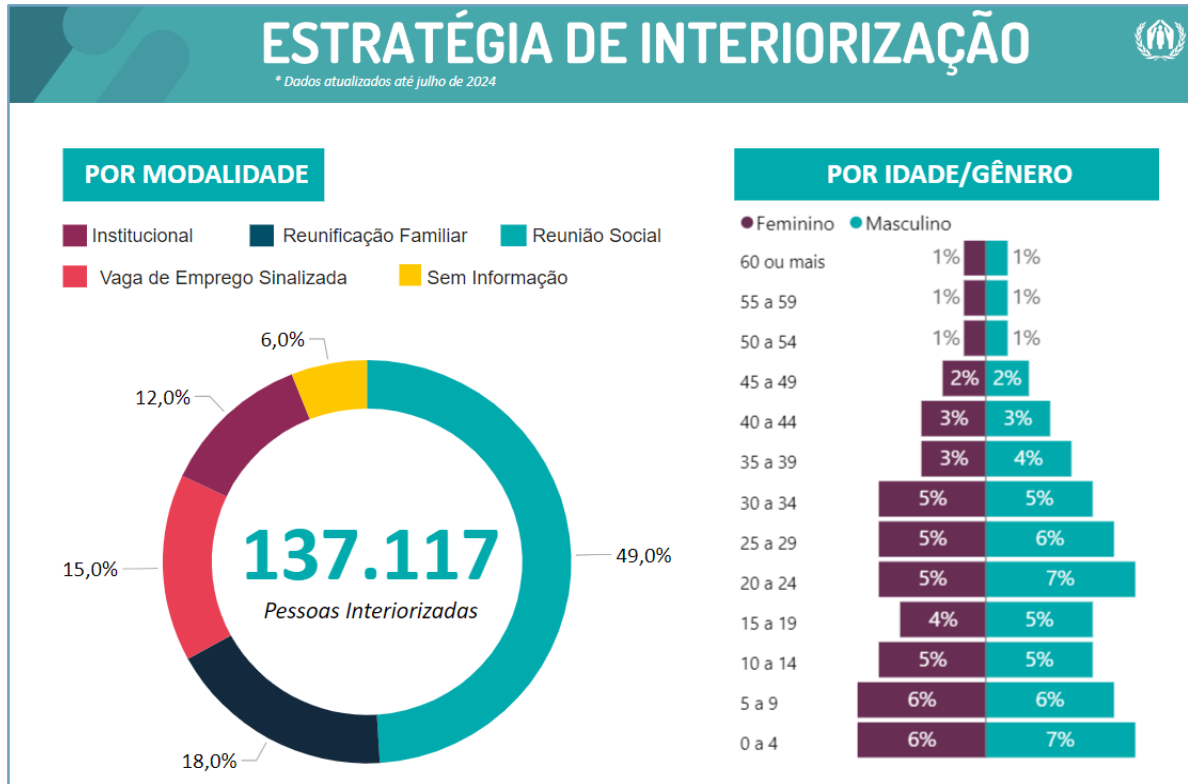
Essa percepção vai ao encontro da análise desenvolvida por Vasconcelos e Machado (2021), no artigo *Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-RR*. Os autores destacam que, embora a Operação Acolhida se apresente como uma resposta humanitária, sua estrutura revela uma lógica fortemente militarizada. Os abrigos em Roraima, em especial os localizados em Boa Vista, são geridos, na maioria, pelas Forças Armadas, introduzindo uma dinâmica de hierarquia, controle e vigilância que colide com a ideia de acolhimento

humanitário. A presença constante do Exército, as rondas e revistas aleatórias, as normas sobre vestuário, o impedimento de permanecer nas portas dos abrigos e a centralização de decisões, geraram, segundo o estudo, uma vivência considerada por muitos abrigados como “asfixiante”.

A crítica à militarização do acolhimento também foi vocalizada por entidades da sociedade civil, que apontam para um modelo de “tutela” sobre os refugiados, reforçando a vulnerabilidade em vez de promover autonomia (Vasconcelos; Machado, 2021). Essa percepção se reflete na baixa taxa de interesse pela interiorização relatada em levantamentos recentes, como o da OIM (2025), que aponta que apenas 9% da população refugiada fora dos abrigos demonstrou interesse em aderir ao processo, o que também pode estar relacionado à falta de confiança no sistema formal de acolhimento.

Roraima apresenta uma taxa de pobreza de 45,1%, superior à média nacional de 31,6%, de acordo com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD/IBGE), além de ser um dos menores estados do Brasil, com uma população de cerca de 636.707 habitantes, em 2022 (IBGE, 2022). Após a chegada em grande escala de pessoas venezuelanas, a proporção da população venezuelana em Roraima aumentou, tornando urgente a interiorização voluntária para outros municípios brasileiros, para a reinserção socioeconômica e integração local.

Infográfico 2 - População venezuelana interiorizada até o mês de julho 2024



Fonte: Ministério Desenvolvimento Social. <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

O infográfico elaborado pelo MDS (2024) mostra que até julho de 2024 já haviam sido interiorizadas 137.117 pessoas venezuelanas sendo a maioria, 49%, na modalidade de Reunião Social, seguida de 18% por Reunificação Familiar, 15% com vaga de emprego garantida e 12% via abrigo em Boa Vista para outro abrigo. Do total de pessoas interiorizadas, 47% são mulheres, sendo 17% meninas de 0 a 14 anos; 14% tinham entre 15 e 29 anos; 11% tinham entre 30 e 44 anos e 5% tinham acima de 45 anos. Esses dados evidenciam a presença expressiva de crianças e adolescentes entre os grupos interiorizados, o que reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis à infância, ao gênero e à condição migratória, garantindo o direito ao acolhimento digno, à proteção integral e à continuidade escolar desses sujeitos nos territórios de destino.

Apesar dos esforços institucionais em garantir acolhimento emergencial e interiorização, os desafios à mobilidade e integração da população venezuelana no Brasil permanecem marcados por desigualdades estruturais. A pesquisa conduzida por Zapata et al. (2024), realizada por meio de parceria entre ONU Mulheres, ACNUR, UNFPA e universidades brasileiras, evidencia que, embora mais de 132 mil pessoas tenham sido

interiorizadas entre 2018 e 2024, esse processo ocorre de maneira desigual entre homens e mulheres. A baixa participação feminina na modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (VES), por exemplo, revela barreiras de gênero no acesso às formas mais estruturadas de mobilidade e inserção laboral — apenas 30% dos beneficiários dessa modalidade eram mulheres. As demais permanecem majoritariamente nas categorias de reunificação familiar e institucional, o que revela desigualdades no direito à mobilidade autônoma. A mesma pesquisa aponta que o acesso precário à documentação legal por parte de solicitantes de refúgio e residência temporária afeta diretamente suas possibilidades de integração, restringindo o acesso ao trabalho formal e a serviços básicos essenciais.

Outro dado relevante, conforme apontado pela pesquisa conduzida por Zapata et al. (2024), diz respeito ao caráter desigual da política migratória brasileira no que tange à territorialização dos direitos. Embora a Operação Acolhida atue em articulação com mais de mil municípios, os deslocamentos assistidos concentram-se majoritariamente nos estados de Santa Catarina (22%), Paraná (18,4%), Rio Grande do Sul (16%) e São Paulo (11%), regiões cuja capacidade de acolhimento nem sempre está estruturada para atender adequadamente às especificidades culturais, linguísticas e de gênero da população venezuelana. A pesquisa também destaca a ausência de uma política migratória coordenada e efetivamente implementada, apesar da previsão da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida na Lei nº 13.445/2017.

Essa lacuna institucional contribui para a fragmentação das ações e dificulta a continuidade da proteção e da integração após a interiorização. Além disso, Zapata et al. (2024) observam que a dispersão territorial dos interiorizados compromete o monitoramento e o acompanhamento das trajetórias migratórias, o que agrava as desigualdades no acesso a direitos e evidencia a necessidade de políticas públicas interseccionais e responsivas ao gênero, à raça e à condição migratória.

Nesse contexto, é importante perceber que a resposta à crise humanitária passa não só pela regularização, vacinação e abrigo, mas, principalmente pela reinserção socioeconômica da população venezuelana, através da interiorização, já que há uma incapacidade do estado de Roraima de atender o contingente, crescente, de migrantes no estado. Durante as entrevistas e convivência em campo, em Belo Horizonte e Boa Vista, observei e escutei relatos que reforçam o cenário de precariedade apontado pelas estatísticas. Interlocutores compartilhavam, com desalento, que em Roraima “tudo é difícil”, sobretudo o acesso ao trabalho. As oportunidades, segundo eles, se concentram em diárias (termo

conhecido como “bico”, que significa trabalho informal) extremamente mal remuneradas, a ponto de se pagar R\$ 15,00 por tarefas extenuantes, como descarregar caminhões de cimento. Além disso, pessoas refugiadas que tentam empreender de forma autônoma, vendendo alimentos típicos venezuelanos, muitas vezes enfrentam olhares de desconfiança, rejeição e xenofobia. Essas vivências revelam não apenas a ausência de oportunidades econômicas, mas também um ambiente social hostil, que torna ainda mais evidente a urgência de políticas públicas de integração que considerem as desigualdades estruturais e os efeitos da exclusão.

Apesar dos dados expressivos e da importância estratégica da interiorização como política de redistribuição demográfica e promoção da reinserção socioeconômica, é preciso atentar para os limites dessa política pública. Observações empíricas, anotações de campo e relatos de famílias venezuelanas acolhidas apontam que a interiorização, em muitos casos, ocorre sem o devido acompanhamento posterior por parte da Operação Acolhida ou de outras instituições. Essa ausência de monitoramento pode gerar situações de vulnerabilidade, desproteção e novas formas de exclusão, especialmente quando o deslocamento é feito para regiões com pouca estrutura de acolhimento ou sensibilidade intercultural.

Nesse cenário, ressalta-se a importância de experiências como a da ONG em que atuei, que realiza um monitoramento mensal das famílias interiorizadas por ela. Por um período de até seis meses após o deslocamento, a ONG entra em contato com a família interiorizada e com a empresa acolhedora ou grupo acolhedor para acompanhar e monitorar aspectos essenciais da integração local, como o acesso à escola, saúde, emprego, mobilidade, vínculos religiosos e socioculturais. Essa prática mostra que é possível promover um acolhimento mais cuidadoso e comprometido com os princípios da dignidade humana e da inclusão.

Esses aspectos, muitas vezes invisibilizados nos discursos oficiais, serão problematizados no próximo tópico, a partir de um olhar etnográfico, construído no campo e tensionado pelo referencial antropológico que atravessa esta pesquisa.

1.4 Desnaturalizando concepções unilaterais e assimilacionistas

É importante ressaltar que durante meu contato com a literatura, com foco em refúgio e migração, tanto para a escrita do projeto, quanto para a escrita da dissertação, após o ingresso no programa de mestrado, fui desnaturalizando algumas categorias com as quais eu trabalhava no dia a dia. Percebi que estudar, refletir e discutir nas organizações humanitárias,

sobre as questões que se encontram em debate no âmbito acadêmico, contribui para a melhoria do atendimento às pessoas refugiadas e migrantes e com o entendimento do contexto social e político que permeiam cenários de crise humanitária.

Um exemplo dessa desnaturalização de categorias aconteceu durante a minha participação na *34ª Reunião Brasileira de Antropologia*, em julho de 2024, onde apresentei sobre o andamento da minha pesquisa e, durante os comentários, ocorreu a problematização da palavra “interiorização”, que estava sendo assumida por mim de maneira naturalizada. Pesquisadoras(es) do tema me sugeriram pesquisar autores que fazem uma crítica à atuação da Operação Acolhida. Saí da Reunião pensando o quanto nós, trabalhadoras(es) humanitárias(os), muitas vezes estamos alheios a essas discussões e problematizações, fazendo nosso trabalho exaustivo, tanto para a saúde mental, quanto em relação à precariedade e sobrecarga de trabalho, sem refletir sobre questões tão importantes e centrais para quem está atuando com refúgio e migração.

Como abordado anteriormente, a militarização da resposta humanitária é questionável, conforme afirma a antropóloga Iana Vasconcelos, em sua tese de doutorado *‘Desejáveis’ e ‘indesejáveis’: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas*. Segundo a autora, a gestão militarizada consolidada pela Operação Acolhida e legitimada pelos protocolos das agências internacionais “produz ambiguidades entre políticas de cuidados, controle e repressão praticadas no acolhimento” (Vasconcelos, 2021, p. 24). Ela chama de “dádiva-abrigo”, a ideia disseminada de que “nada do que for oferecido no serviço de abrigo pode ser pior do que a situação enfrentada no país de origem” (Vasconcelos, 2020, p. 27) e, por esse motivo, espera-se em troca do abrigo, manifestações de gratidão incondicional por parte dos abrigados.

Aliada a essa perspectiva, soma-se o desafio da integração local e a falta de capacidade da Operação Acolhida para monitorar como essas pessoas estão sendo realocadas em todo o Brasil. A aceleração das interiorizações da Operação Acolhida, reduz sua capacidade de controle e supervisão, causando riscos de proteção para essa população (Soares, Farret, 2023, p. 13). Esses apontamentos ampliaram minha visão sobre a atuação das ONGs e, também, enquanto acolhedora de famílias refugiadas venezuelanas em Belo Horizonte, me fazendo perceber, inclusive, pequenas violências reproduzidas por nós mesmos.

Acredito ser importante que as ONGs que atuam com a população refugiada e migrante ofereçam para sua equipe formações sobre a temática, com vistas a uma atuação mais crítica e sensível, promovendo a compreensão dos principais conceitos, desafios e

debates acadêmicos que envolvem essas temáticas em contextos globais e locais. Eu pude perceber que reflexões importantes são totalmente ausentes em espaços que estive e que estão lidando diretamente com a população refugiada. Observa-se que, muitas vezes, são reproduzidas, individualmente e/ou institucionalmente, violências e microviolências (Das, 2020) contra quem deveriam acolher e promover seus direitos humanos.

Charles Taylor, em sua obra *Multiculturalisme. Différence et démocratie*, centraliza sua discussão na questão de como reconhecer as identidades distintas dos membros de uma sociedade pluralista (Taylor, 1994). Para Taylor, a resposta a essa pergunta reside fundamentalmente no diálogo entre as culturas. Ele enfatiza que esse diálogo requer uma postura de abertura ao outro, caracterizada pelo respeito pelas suas opiniões, pelo reconhecimento do seu valor inerente como ser humano e pela sua dignidade. Taylor (1994) argumenta que a identidade humana se cria em um relacionamento dialógico com os outros, e que a diferença, longe de ser um obstáculo, pode enriquecer a sociedade. Para o autor, o reconhecimento das identidades distintas em sociedades plurais não é uma tarefa simples, mas um processo contínuo que exige diálogo intercultural, respeito mútuo e uma educação que valorize a diversidade.

A partir da abordagem de Moreira (2015), de que o acolhimento de refugiados no Brasil passa pela integração local, conceito ainda muito debatido entre os pesquisadores, entende-se que acolher implica no reconhecimento de particularidades relacionadas a gênero, raça e etnia, sexualidades e a questão geracional (Paiva, Dias Moulin, 2018, p. 9). De acordo com Moreira (2015, p. 85), a integração local necessita que a comunidade local também possa se ajustar para receber quem se refugia, e não só o recém-chegado se adaptar:

A integração local merece ser pensada como processo intersubjetivo, que diz respeito às vivências particulares dos sujeitos em sua interação com a sociedade receptora. Entende-se, dessa forma, que assume um caráter dialético, de via dupla: não apenas o refugiado recém-chegado deve se adaptar à comunidade local, como também esta deve se ajustar, abrindo espaço para recebê-lo. Isso implica tolerância e aceitação em relação ao outro, que pode portar em sua bagagem um repertório cultural, linguístico, religioso e carregar em si traços físicos distintos dos da comunidade local. Esta visão traz uma alternativa, em termos teóricos e práticos, frente à perspectiva assimilacionista, direcionada para a aculturação e adaptação unilateral do refugiado à sociedade receptora. Dessa forma, seria possível manter laços identitários ligados à terra natal e, ao mesmo tempo, desenvolver relações com a comunidade no local de destino (Castels et al, 2002; Atfield; Brahmhatt; O'Toole, 2007 ; Strang; Ager, 2010, apud Moreira, 2015, p. 85)

No entanto, a comunidade local de destino, mencionada por Moreira (2015), nem sempre se encontra aberta para esta integração por via de mão dupla, tornando-se muitas vezes

violenta. Um exemplo dessa violência partiu de mim, enquanto acolhedora e que eu só consegui perceber após ter contato com os escritos de Glória Anzaldúa, que conheci nas aulas de metodologia, no mestrado.

Glória Anzaldúa, uma norte-americana que se autodeclara mestiça, nascida no Texas, filha de imigrantes mexicanos, relata em seu artigo intitulado *Como domar uma língua Selvagem* (Anzaldúa, 2009), uma trajetória de “aprendizagem” violenta, de uma língua que lhe foi imposta, desde a sua infância. Segundo a autora, o tempo todo a língua local é imposta como forma de integração/adequação dos “outros” ao inglês americano, sob o jugo de estar fadado ao fracasso, caso sua “Língua Selvagem” não fosse domada.

Essa leitura me atravessou de maneira muito acentuada, pois me lembro de inúmeros momentos em que eu e meus pares, na convivência com as famílias refugiadas acolhidas pelo nosso grupo, enfatizamos a “importância” de dar foco na “nova vida” no Brasil, ou seja, focar em aprender a língua portuguesa, em se acostumar a comer arroz e feijão¹¹, em entender e se adaptar à nossa cultura.

A resposta a essa atitude, minha e do grupo de acolhedores, não vinha oralmente, com argumentos que buscassem me convencer sobre a importância da cultura, das vivências, das memórias e dos saberes daquele povo. A resposta à minha visão, assimilacionista e unilateral, não vinha pela tentativa de me fazer ver que eles tinham muito a compartilhar e ensinar. A resposta vinha através da resistência. Resistiam em aprender o português, resistiam a comer feijão, a tentar conversar em português, a seguir as regras do condomínio, ouvindo o volume da música alegre e vibrante venezuelana em alto e bom som! Eles respondiam resistindo ao que, irrefletidamente, nós impúnhamos.

Dessa forma, na presente pesquisa, dentre outros objetivos, busco problematizar perspectivas assimilacionistas, por meio da proposta de fazer uma etnografia sobre as jornadas e trajetórias das pessoas refugiadas, visando compreender, a partir de seus pontos de vista, suas vivências, quais os desafios que elas enfrentam no processo de reinserção socioeconômica no novo local de moradia. Para tanto, seguimos a linha trazida por Uriarte (2012) na qual ela aponta que “a teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria” (Uriarte, 2012, p.2). Para a autora é imprescindível entender as virtudes e vicissitudes da etnografia, conhecendo como ela se desenvolveu dentro da Antropologia, na qual ela afirma que:

¹¹ Uma das principais comidas típicas da Venezuela é a arepa, feita a partir da farinha de milho, consumida no café da manhã e, também, como acompanhamento para pratos de almoço e jantar – arroz e o feijão eram, muitas vezes, rejeitados.

Antropologia é o lugar [...] para pensar a diferença e o antropólogo é aquele que se interessa pelo Outro: um sujeito bastante raro, é verdade, porque em lugar de querer defender uma identidade, queremos ser atingidos pelo Outro, em vez que nos enraizarmos num território de certezas, buscamos o desenraizamento crônico que nos leva à busca pelo Outro. Somos como os Tupinambás descritos por Eduardo Viveiros de Castro (2002b): de uma “radical incompletude” que nos deixa absolutamente atraídos pela alteridade, com um “impulso centrífugo” que nos faz enxergar a alteridade não como problema, mas como solução [...] (Uriarte, 2012, p.6)

Nessa etapa da trajetória me é possível ouvir a voz dialógica que Uriarte (2012) diz ser onde está o cerne do método etnográfico, ou seja, trabalhar com pessoas, dialogando pacientemente com elas. Desse modo, a aproximação com a perspectiva Antropológica, a ser narrada a seguir, foi ajudando a fundamentar essa perspectiva crítica e reflexiva sobre meu próprio trabalho, sobre as ações humanitárias de maneira geral e sobre a Educação em Direitos Humanos.

1.5 A (re)construção teórico-metodológica a partir do encontro com a Antropologia

É interessante como cheguei neste programa de mestrado e, conseqüentemente, nesta escrita que é, também, autoetnográfica. Eu não tinha pretensão de trabalhar com refúgio e migração, a intenção sempre foi acolher. No entanto, quando a oportunidade profissional na ONG surgiu em 2021, me senti chamada a me envolver mais profundamente com essa temática e essa experiência ampliou minha visão, dando luz aos muitos desafios que precisam ser vencidos ao se tratar da garantia dos direitos dessa população.

Em 2022, grávida do meu quarto filho, trabalhando 40 horas semanais na ONG, e em paralelo, continuando a acolher famílias junto ao nosso grupo acolhedor em BH, chegou o período de inscrição para a seleção do mestrado. Já havia tentado o mestrado 3 vezes em outros dois programas: Programa de Pós-graduação em Ciência Política (FAFICH - UFMG), na qual nenhuma das duas vezes tive a chance de ter meu projeto lido, pois a primeira etapa era eliminatória e consistia na aprovação do exame de proficiência em inglês – que eu nunca alcançava a nota mínima; e uma tentativa no Programa de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (Medicina - UFMG), na qual fiquei como primeira excedente, mas ninguém desistiu de realizar a matrícula. Em todas as tentativas, meu projeto era sobre o direito da criança e do(a) adolescente sob medida protetiva à convivência familiar e comunitária, através do Serviço Família Acolhedora (no qual eu participo desde 2017).

Eu fiquei observando os dias da inscrição correrem, minha barriga crescendo e eu sentindo que estava deixando o meu sonho de realizar o mestrado passar. Faltando poucos

dias para encerrar as inscrições do Promestre (FaE – UFMG), conversei com meu esposo sobre minhas angústias e desejos e ele disse que me apoiaria, levaria o bebê para amamentar nas aulas e ficaria com as outras crianças para que eu pudesse dividir meu tempo entre o trabalho e o estudo, já que ele só dava aulas 2 dias à noite. E foi com essa dose de ânimo e da consciência do meu esposo sobre paternidade e parceria, que eu escrevi, em tempo recorde, meu projeto. E dessa vez, a temática que me senti chamada a pesquisar era a de refúgio e migração. Eu estava com muito medo da banca considerar que eu não daria conta de concluir minha pesquisa, mas descobri que a seleção seria virtual, então me enchi de João Guimarães Rosa, e me inscrevi, pois “[...] o correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (Rosa, 1956, p. 293).

Ao escrever o projeto de pesquisa para concorrer ao ingresso no programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência da UFMG, elaborei um projeto intitulado: *Acesso, integração e permanência da pessoa refugiada na universidade pública*. No entanto, após o início das aulas da disciplina “Antropologia e Sensibilidades Etnográficas”, que cursei no primeiro semestre do curso e que foi ministrada pela minha atual orientadora, Grazielle Ramos Schweig, pude conhecer um pouco sobre o fazer etnográfico e fiquei curiosa por entender melhor como se dava este processo.

Esse foi o meu primeiro contato com a Antropologia e com a etnografia, e os textos me atravessaram profundamente. A cada aula com a professora, eu perdia a certeza dos caminhos que eu tinha traçado para a minha pesquisa. A visão de Uriarte (2012) sobre o fazer etnográfico, na qual ela destaca que o campo sempre surpreende o(a) pesquisador(a) e que a teoria e a prática andam juntas, sendo a teoria o guia do nosso “olhar” e “escutar” no campo, me fizeram repensar como eu havia me proposto a fazer a minha pesquisa.

Ao ler o texto do Márcio Goldman (2003), *Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos - Etnografia, antropologia e política em Ilhéus*, no qual ele deixa de lado qualquer preocupação normativa e faz uma reflexão sobre ser ou não possível assumir um olhar distanciado em relação a algo que seja central para o observador, eu comecei a pensar que seria interessante a minha pesquisa ter uma abordagem etnográfica. Goldman discute sobre quais procedimentos de pesquisa são mais adequados para este tipo de observação. Ao ler o texto, senti um despertar sobre o modo prazeroso de escrever, característico da etnografia e que Goldman faz de forma muito envolvente. O fato do autor observar e analisar um grupo de pessoas religiosas, sendo ele cético, é muito interessante e ele faz um questionamento se

existe alguma diferença entre estudar um grupo de "crentes" (no candomblé, no caso) sendo "cético" e um grupo de "céticos" (na política, no caso) sendo "crente", e como isso afetaria os procedimentos da pesquisa.

Neste contexto, aumentava a ideia da possibilidade de alterar radicalmente meu projeto, e estes pensamentos tomaram força com o avanço da disciplina, com as novas leituras indicadas na bibliografia e as discussões em sala de aula. A coleta de dados e o diálogo teórico, pensado inicialmente, foram perdendo o sentido ao entender a diferença entre observar e objetificar, na visão de Ingold e Almeida (2018), na qual a observação se torna uma maneira de participar atentamente, sendo um modo de aprender. Eu fui entendendo que o que eu desejava, a partir das aulas de Antropologia, era praticá-la com as pessoas e não produzir estudos sobre elas. Dessa forma, o que passou a fazer sentido para mim foi a observação participante, não como uma coleta de dados ou apenas um método, mas como um modo de aprender (Ingold e Almeida, 2018).

Percebi que as minhas vivências passadas, as atuais e as que ainda estavam por vir, poderiam contribuir com minha pesquisa ao realizar uma atividade da disciplina, na qual elaboramos um diário de campo. Eu experimentei meu primeiro ensaio na escrita etnográfica, dentro da temática da minha pesquisa. Foi uma experiência prazerosa, para a qual considerei alguns apontamentos feitos por Cláudia Fonseca (1994), no seu texto *Quando cada caso, não é um caso* em que ela alerta para uma tendência de ressaltar as particularidades de cada caso para evitar os erros de teorias e tipologias massificantes, mas que ao não se observar os excessos dessas particularidades o qualitativo parece ser reduzido à dimensão de pura subjetividade, um tanto desprovido do "social". Segundo a autora, o equilíbrio está em resgatar a dimensão social e histórica da experiência individual.

Por fim, o momento crucial em que decidi de vez alterar meu projeto de pesquisa foi quando fiz a leitura do texto de Roberto Cardoso de Oliveira, *O trabalho do Antropólogo, Olhar, Ouvir, Escrever*, em que ele destaca que o diálogo com o "interlocutor", cria uma relação dialógica, cujas consequências epistemológicas são muito superiores aos procedimentos tradicionais de uma entrevista e

[...] faz com que os horizontes semânticos em confronto - o do pesquisador e o do nativo - se abram um ao outro, de maneira a transformar um tal "confronto" num verdadeiro "encontro etnográfico". Cria um espaço semântico partilhado por ambos os interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela "fusão de horizontes" (como os hermeneutas chamariam esse espaço), desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando um diálogo teoricamente de "iguais", sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso. Mesmo porque acreditar ser possível

a neutralidade idealizada pelos defensores da objetividade absoluta é apenas viver numa doce ilusão... Trocando ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guindados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisa dor/informante. O Ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação (Oliveira, 1996, p. 21).

A partir de todas as afetações que me atravessaram, decidi dar um passo atrás e, antes de compreender o acesso, permanência e integração da pessoa refugiada no ensino superior, percebi que desejava, primeiro, compreender as jornadas e trajetórias percorridas por essas pessoas no país de refúgio e como essa compreensão poderia se tornar subsídio para a Educação em Direitos Humanos nos espaços escolares.

Essa empreitada só seria possível construindo um novo projeto, baseado em uma visão antropológica, e com uma proposta de um modo de fazer etnográfico. Além disso, se fez necessário a mudança de orientação, para um melhor desenvolvimento da minha pesquisa, dessa forma procurei a professora responsável por “virar minha cabeça” com suas aulas e reflexões em sala, e pedi a ela que me aceitasse como sua orientanda nessa nova proposta de pesquisa. Fiquei imensamente feliz com o seu “sim”, pois a professora teve um papel central no meu encontro com a Antropologia e o fazer etnográfico.

Essa pesquisa me colocou diante de inúmeros desafios conscientes e, de outros que, naquele momento, eu ainda não conseguia perceber. Um dos desafios foi o fato da minha formação acadêmica não ser na Antropologia e sim na Gestão Pública. O que significa dizer que, paralelamente à pesquisa, eu precisei entender o que é Antropologia, o que é etnografia e como é o fazer etnográfico. Ou seja, nas palavras da Uriarte (2012), entender as virtudes e vicissitudes da etnografia, conhecendo como ela se desenvolveu dentro da Antropologia.

Para tanto, me matriculei em outras duas disciplinas da Antropologia nos semestres seguintes: 1ª) Estudo de Gênero (do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social), com a professora Anna Paula Vencato, em que pudemos pensar sobre a construção da categoria gênero nas últimas décadas e os conflitos inerentes ao desenvolvimento do conceito e debates atuais sobre o tema; 2ª) Ateliê de leitura e produção etnográfica a partir de Veena Das (do Programa de Pós-Graduação em Antropologia), com a professora Ana Beatriz Vianna Mendes, em que pudemos realizar leituras, diálogos e produções etnográficas a partir de inspirações propiciadas pelo livro *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, de Veena Das (2020). Essa disciplina foi muito importante para a minha escrita, pois o ateliê se tornou um espaço para reflexão e produção de etnografia, em dinâmicas de trabalho coletivo.

Um outro desafio é quanto à forma do fazer etnográfico, considerando a afirmação de Malinowski (1978) que para conhecer o "ponto de vista do nativo", é necessário passar um longo período em campo entre os "primitivos", pois só assim é possível ter a visão completa do universo nativo, apud Uriarte (2012). No caso desta pesquisa, parte da trajetória percorrida pelas pessoas refugiadas não me foi possível acompanhar de perto, como suas vidas antes da decisão de vir para o Brasil e a chegada no país. Esses momentos chegaram a mim através dos inúmeros relatos de famílias: as que acolhi e que tenho convivência, as que atendi durante minha atuação profissional e as que realizei entrevistas semiestruturadas.

Embora eu tenha vivido a experiência de conhecer a fronteira em 2022, onde acompanhei de perto muito destes momentos, esta foi minha única estadia nessa etapa da trajetória. Sendo assim, o "mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros" (Uriarte, 2012, p.5) tem algumas limitações. Por outro lado, entendo que essa pesquisa nasceu de algo que já era, que já vivia no meu eu "acolhedora" e "trabalhadora humanitária", pois o que eu fazia não era apenas acolher e buscar assistência material, moral ou legal para pessoas impactadas pelo refúgio e migração, o que eu fazia – e faço – também pode ser ressignificado a partir da abordagem etnográfica. Eu entendi que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar e os momentos dessas vivências são arbitrários por definição (Peirano, 2014, p. 379).

Diante destes desafios e do meu desejo de viver, conscientemente, esse mergulho profundo no Outro, me agarro aos ensinamentos de Peirano (2014), sobre como fazer uma boa etnografia, na qual ela afirma ser necessário compreender que o diálogo vivido em campo e, depois, revelado na escrita, deve considerar que as palavras fazem coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados e que não são o único meio de comunicação, pois os silêncios também comunicam. Além disso, a autora destaca que, para além do que foi dito pelas palavras, uma boa etnografia avalia e analisa outros sentidos como o olfato, a visão, o espaço, o tato (Peirano, 2014, p. 386). Dessa forma, minha experiência em campo passa a ser disciplinada por estes cuidados, buscando perceber e construir pontes de compreensão entre as diferentes nacionalidades e a reconhecer a diversidade das experiências humanas. Essa vivência pode me trazer subsídios para promover o diálogo intercultural e a inclusão, enriquecendo nosso entendimento do mundo e das pessoas que o habitam.

Após a reformulação do meu projeto, a metodologia utilizada passou a ter abordagem qualitativa, de caráter etnográfico e autoetnográfico, com base em autores como Malinowski

(1984), Uriarte (2012) e Fonseca (1994), uma vez que foi investigada a produção de uma determinada intervenção na realidade considerando fatores subjetivos e de natureza social e política. Para a coleta de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas qualitativas semiestruturadas e a observação participante com escrita de diário de campo.

Os participantes desta pesquisa são pessoas venezuelanas que passaram pelo processo de interiorização. As pesquisas bibliográfica e documental possibilitaram compreender em profundidade o que está estabelecido em termos das diretrizes internacionais e da legislação nacional sobre os direitos dos(as) migrantes, bem como permitiu refletir criticamente sobre os principais conceitos e análises acerca dos sujeitos que migram na condição de refugiados(as).

Em uma segunda etapa, foram realizadas entrevistas qualitativas semiestruturadas. Esse tipo de instrumento envolveu uma relação dialógica com os sujeitos, a partir de encontros presenciais. As entrevistas semiestruturadas não apresentaram um roteiro rígido de perguntas, mas partiu-se de eixos que organizaram tópicos pelos quais propus que os(as) entrevistados(as) comentassem de maneira aberta. A partir do estabelecimento desse diálogo, perguntas foram adicionadas situacionalmente para direcionar para o tópico em questão (Lazzarin, 2017, p. 23). As entrevistas iniciaram em português e em alguns momentos, os sujeitos passaram a se expressar em espanhol, principalmente quando a emoção acompanha a fala. Escolhi visibilizar esse fato, intitulado as narrativas do Capítulo 2, com as frases expressas em espanhol.

Utilizei o diário de campo como instrumento de registro, tanto no momento em que situações relevantes para a pesquisa ocorrerem, como, também, posteriormente, já que algumas situações só foram anotadas no diário de campo quando eu estava sozinha, a fim de não constranger as pessoas observadas, para posterior análise e síntese. Resgatei, também, memórias de vivências que tive em campo por motivos profissionais ou pela relação de amizade com os sujeitos participantes da pesquisa, ou seja, relatos autoetnográficos. Santos (2017) caracteriza o método autoetnográfico como o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador partindo das suas memórias, autobiografia e histórias de vida.

Adotei uma abordagem ficcional nessa pesquisa, alterando alguns aspectos da realidade dos interlocutores, com o intuito de narrar suas histórias, mesclando ficção e realidade, para resguardá-los, principalmente porque algumas narrativas trazem a dor e a violação de direitos

vividas por eles, já que poderiam ser identificados, caso mantivéssemos as narrativas na sua integridade.

Carvalho Junior (2024), defende essa abordagem se valendo dos argumentos de Foucault (1997), em que ele afirma que o próprio autor(a) de uma obra seria um elemento ficcional. Carvalho se vale, também, dos questionamentos de Geertz (2009), quando ele reflete sobre o lugar ou não lugar do antropólogo na escrita e das ideias de James Clifford (1998), sobre o desafio de se produzir uma etnografia livre das relações de poder e interesses do autor, uma vez que, para Clifford (1998), embora exista cooperação mútua entre autor e informantes, existem particularidades e diferenças entre eles que devem ser consideradas.

Faz parte da metodologia a elaboração do recurso educacional, na qual foi criado um jogo de tabuleiro denominado “Minha Vida em Refúgio”, a fim de dar luz, de forma lúdica, à jornada vivenciada pela população refugiada, sensibilizando para a Educação em Direitos Humanos.

De modo a contemplar as exigências éticas da pesquisa, foi elaborado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes. Foi garantido o anonimato dos sujeitos participantes. E foi elaborada uma carta de anuência para a ONG. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG no dia 28/11/2023, tendo número CAAE 73852323.4.0000.5149.

CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DO REFÚGIO

**“A primeira palavra que eu aprendi em português foi:
não pode ficar aqui.”**

Este é um depoimento¹² de uma mulher venezuelana, recém-chegada na cidade de Boa Vista (Roraima), acompanhada de seus sete filhos. O ano era 2019 e, ao buscar refúgio no país, a família não encontrou vaga nos abrigos nas cidades fronteiriças de Pacaraima e Boa Vista. A mãe conta que estava chovendo muito e, aflita, cobriu seus filhos com sacos de lixo preto e buscou protegê-los nas marquises dos comércios da cidade, mas foram impedidos pelos guardas locais de permanecerem ali, dessa forma ela conta que a primeira “palavra” que aprendeu em português foi “não pode ficar aqui”. Ela lembra que o único lugar que conseguiram ficar naquele dia foi às margens de um rio distante da área central.

Inúmeras histórias como essa me foram contadas durante o período de convivência que tive, e ainda tenho, como acolhedora, e também durante os anos que trabalhei na ONG, com pessoas refugiadas que buscaram o Brasil com uma esperança de recomeço. Dentre os anos de 2020 a 2023, montamos 15 lares em Belo Horizonte para as famílias que acolhemos e auxiliamos em seus recomeços na nossa cidade. Em 2021, além de voluntária acolhedora, eu comecei a trabalhar formalmente na ONG, ocupando os cargos de Coordenadora Regional, Líder de Acolhimento e Especialista de Mobilização Social e permaneci até abril de 2024, quando saí de licença adoção. Essa vivência pessoal e profissional ampliou o meu convívio com as famílias refugiadas.

Foi com uma família composta por um casal e vários filhos a nossa primeira experiência de acolhimento na cidade de Belo Horizonte. Nossa atuação foi mobilizar recursos e pessoas amigas para alugar um imóvel, garantir o pagamento do aluguel e das contas de casa por 6 meses, angariar doações de móveis, roupas, utensílios de casa, material escolar e fazer a compra de supermercado, tudo isso antes da família chegar em BH. Além dessa primeira etapa, após a chegada da família, o grupo acolhedor se divide em grupos menores para auxiliar a família na matrícula escolar dos filhos, cadastrá-los no posto de saúde local e auxiliar na busca por emprego, abertura de conta corrente, e outras demandas documentais e de reconhecimento do território, como apresentar o comércio, as opções de lazer e os serviços públicos, como hospitais, CRAS, entre outros.

¹² Consta no documentário "Entre Terras", de Amanda Schettino (2023).

Diante dessa experiência e muitas outras que vieram, este segundo capítulo é muito do que vi, ouvi, senti, observei, estranhei, refleti, aprendi em campo... e me transformei, ao observar o Outro. Escolhi narrar algumas histórias e fazer o exercício de dialogar - a partir das dores, alegrias e aprendizados que me atravessaram na convivência com essas pessoas - com autoras e autores que contribuem com essa pesquisa. O diálogo não será apenas teórico, mas principalmente uma reflexão sobre como esses encontros transformaram minha visão de mundo e impactaram minha prática enquanto mãe, acolhedora, trabalhadora humanitária e, agora, pesquisadora.

O critério de escolha das histórias trazidas aqui foi baseado na estrutura do Jogo que criei, “Minha Vida em Refúgio”. Pensando nisso, busquei escolher histórias diversas que possibilitem levar o/a leitor(a) e/ou o/a jogador(a) a experiências que proporcionem a reflexão, o conhecimento, a empatia e a possibilidade de assumir posturas com foco na diversidade, na multiculturalidade, no acolhimento e no combate à xenofobia. Essas histórias foram registradas no meu diário de campo, criado a partir das minhas memórias e da observação participante. Além dos diários, algumas delas foram registradas em entrevistas semiestruturadas. Compõem este capítulo cinco histórias. É importante ressaltar que alguns relatos etnográficos que compõem essa pesquisa têm uma abordagem ficcional, visando resguardar minhas interlocutoras e interlocutores, pois, devido à relação que se formou entre as famílias que já acolhemos, elas poderiam ser identificadas, caso mantivesse, por exemplo, os detalhes de suas composições familiares, fisionomias, idade e profissão.

Carvalho Junior (2024), em seu artigo “Antropologia da Morte: Uma ficção etnográfica que habita as fronteiras entre o real e o imaginário”, se utiliza deste recurso e argumenta que o escritor Wolfgang Iser (1996) entende que a ficção é capaz de promover duas formas de transgressão. A primeira é “irrealizar o real”, que permite não reproduzir o universo empírico em sua totalidade, abrindo espaço para a reinvenção e a reivindicação de novas ordens. A segunda é “realizar o irreal”, onde tudo é possível, permitindo que o processo de existência e a singularidade ocorram conforme as leis e determinações próprias do autor. Vale ressaltar o contexto de cada história, à medida que elas se apresentam no texto.

A primeira história se passou em maio de 2022, na fronteira entre Brasil e Venezuela. Fui escalada para trabalhar em campo, a 3 mil km de distância do meu posto, uma vez que meu cargo era home office e a ONG se localiza em Boa Vista, no estado de Roraima. Lembrome dos sentimentos que me afloraram na minha partida, pois era madrugada do domingo de Dia das Mães. Me despedi do meu esposo, da minha mãe e das minhas três filhas, e saí de

casa, levando meu quarto filho no ventre, um tanto triste pela data, um tanto com medo, pela gravidez de risco e pelo que eu imaginava encontrar nos campos de refugiados. Como a história se refere a um grupo familiar desconhecido, com o qual não estabeleci contato, não foi necessário ficcionalizar.

O relato da segunda história é o de Rus e se passou no mesmo momento em que a primeira, mas eu havia me deslocado da cidade de Boa Vista para Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela, a trabalho pela ONG. A história de Rus aconteceu como foi contada, mas sua composição familiar, sua fisionomia e o local em que ela trabalhou, e onde ela vive hoje, foram ficcionalizadas a fim de resguardar a identidade da família. Devido ao peso dessa história, ela não será utilizada integralmente no jogo de tabuleiro, mas será adaptada. Rus e sua família foram inspiração para um personagem do Jogo “Minha Vida em Refúgio”, representado por um casal com filhos. Cada personagem do jogo tem duas histórias diferentes, uma inspirada por essa descrita neste capítulo e outra inspirada em outras histórias que não foram contadas aqui.

O cenário da terceira história se passou em Belo Horizonte, em fevereiro de 2025. Maribel aceitou meu convite para participar de uma entrevista semiestruturada e assim como os outros participantes, teve sua identidade preservada. Ela inspirou a personagem que representa a mãe solteira, no Jogo “Minha Vida em Refúgio”.

Conheci a história de Martin em um encontro que aconteceu em março de 2025, por meio de um convite meu para uma entrevista semiestruturada que acabou se tornando uma observação participante, uma vez que não foi necessário guiar a conversa. A história de Martin e seu filho Yeferson foi inspiração para um personagem do Jogo “Minha Vida em Refúgio”, representando o pai solteiro.

A última narrativa traz um momento não programado com Juana, uma situação dentro do meu carro que desencadeou uma conversa sobre sua experiência como refugiada gestante no Brasil. Sua história inspirou a personagem no Jogo “Minha Vida em Refúgio” que representa uma mulher grávida.

A seguir serão narradas as cenas observadas, ditas e não ditas, construídas a partir dos encontros com cada interlocutor(a) da pesquisa. As narrativas foram elaboradas buscando-se preservar a singularidade das histórias compartilhadas por essas pessoas, estabelecendo diálogos com autoras e autores pertinentes ao tema, bem como com dados estatísticos, relatórios e pesquisas recentes sobre a temática do refúgio e migração. Em alguns momentos busquei trazer reflexões sobre questões sociais e políticas que podem impactar no percurso

dessas interlocutoras(es). Essas reflexões evidenciam não apenas o caráter individual das experiências, mas também ressaltam suas conexões com contextos estruturais e coletivos mais amplos, buscando produzir um entendimento crítico sobre os desafios enfrentados, principalmente, por mulheres em situação de refúgio no Brasil.

2.1 ¿Se animó porque iba a encontrar agua? ¿Comida? ¿Refugio? ¿Un lugar para descansar sus pies cansados? La madre estaba descalza.

Família desconhecida - 2022

Eu havia chegado em Boa Vista há pouco e estava a caminho de Pacaraima, cidade fronteiriça entre Brasil e Venezuela. Era o Dia das Mães e eu estava gestante, há quase 5 mil km de distância da minha mãe e das minhas três filhas. O ônibus levou em torno de quatro horas entre Boa Vista e Pacaraima para, enfim, estacionar próximo ao grande acampamento da Operação Acolhida. O calor era intenso, o cheiro de pneu queimado, misturado com perfumes e salgadinhos que a turma levou para lanchar, deixaram meu estômago todo revirado, não sabia se pela gravidez ou pela soma de tudo.

Assim que o ônibus parou, fui inundada pela perplexidade ao olhar pela janela e ver a quantidade de pessoas enfileiradas na entrada da fronteira. Filas enormes que pareciam andar devagar, considerando que muitas pessoas estavam sentadas no meio fio e crianças deitadas ou brincando, próximas à fila. Meu coração já estava acelerado, a respiração havia mudado, ficando mais curta e o sentimento de que eu precisava me preparar psicologicamente inundou meus pensamentos e eu busquei urgentemente por autocontrole. As vozes dos meus colegas de trabalho, que já estavam acostumados com o ambiente da fronteira, alcançaram meus ouvidos: “chegamos; o calor tá mais intenso hoje; vocês já podem ver ali a entrada da Operação Acolhida; fiquem todos juntos; não tirem fotos de dentro dos abrigos; evitem expor as pessoas...”

Ao descer do ônibus percebi o quão cansado o meu corpo já estava devido às horas de viagem de Boa Vista à Pacaraima, as costas doíam, as pernas estavam inchadas, e os pés, apertados na bota (que tem um número maior que o meu, justamente com o objetivo de não apertar), evidenciando o quão meus pés estavam inchados.

O nosso grupo se dirigiu para o alto da fronteira, que é um terreno mais elevado e por onde passa a linha imaginária que divide a cidade de Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de

Uiarén, na Venezuela. Lá receberíamos orientações dos militares. Fomos caminhando até a fronteira, aproximadamente uns 3 km. Cheguei no topo do morro quase sem ar, com o coração acelerado. Enquanto ouvia os agentes do Exército explicarem sobre o fluxo de entrada no país, observava o trânsito de poucos carros, algumas vans escolares, bicicletas e motocicletas, que transitavam livremente entre os dois países.

Não tinha uma barreira da polícia federal, como já vimos muitas vezes nas estradas brasileiras, quando estamos viajando. Lá de cima do morro avistei uma família composta por uma adolescente, uma mãe com uma criança de colo e um menino que eu não sei dizer a idade, mas que parecia ter entre 12 e 17 anos. Fui descendo o morro e observando a família caminhando. Não estava perto o suficiente para ver os detalhes, mas perto o bastante para me sentir extremamente tocada por aquela visão. Eles carregavam várias bolsas e mochilas, estavam suados e comecei a perceber que eles estavam fazendo a travessia a pé, eu sabia que isso existia, mas ver aquela cena fez minha cabeça pensar várias coisas ao mesmo tempo.

Senti uma vontade de ir lá e fazer alguma coisa, quem sabe pegar a criança no colo daquela mãe exausta. A criança dormia, o menino se mostrou curioso ao avistar o grande campo de refugiados - eu vi quando o rosto dele mudou ao ver de longe o acampamento. Se animou por que ia encontrar água? Comida? Abrigo? Um local para repousar os pés cansados? A mãe estava descalça. Não consegui olhar para aqueles pés descalços, não só pela precariedade do tênis que ela levava preso pelo cadarço junto à bolsa, mas, também, porque os pés dela certamente já não cabiam mais no calçado, tamanho inchaço. Senti meus pés agora confortáveis na minha bota, que outrora parecia apertada e, nesse momento, nem tanto.

Suas pernas e pés estavam tão machucados e sujos que eu me senti envergonhada ao lembrar como há poucas horas estava lamentando ao descer do ônibus. Nessa altura já estávamos andando quase que lado a lado, separadas apenas pela extremidade da rua, ela na direita e eu na esquerda. Eles não notavam a presença da nossa equipe, só olhavam em direção ao acampamento que, agora, estava muito perto.

Atravessei a rua, segurei meu bebê na barriga, porque eu só queria chorar, vi que estava prestes a perder o controle das minhas emoções. A verdade é que aquela mulher me fez ver o quanto o corpo humano é frágil e forte, um antagonismo atravessado pela desigualdade.

Eu não sei o seu nome, mas já conheço um pouco da sua história: uma mulher venezuelana, com cheiro de asfalto, suor e esperança, aparentando 40 anos, vestia uma calça jeans larga com pernas dobradas até os joelhos, com um lenço segurando a calça na cintura,

fazendo o papel de um cinto. Usava uma blusa de lã amarela (num calor insuportável), levava uma mochila jeans nas costas, um bebê adormecido no colo, uma bolsa grande na lateral do corpo, um tênis velho amarrado à bolsa pelos cadarços e tinha os cabelos presos em coque.

2.2 “Mi mayor sueño es traer a mi madre y a mi padre a Brasil.”

Rus - 2023

Estava muito calor em Boa Vista, embora a chuva que caía lá fora já durava toda manhã. Eu estava sentada em uma cadeira da rodoviária, aguardando minha colega de trabalho, Marta, que havia se dirigido para a área de desembarque. A rodoviária estava cheia, muitas pessoas refugiadas venezuelanas utilizavam a estrutura para se abrigar.

Amanheci com as pernas doendo naquele dia, havia saído cedo do hotel e me dirigido à rodoviária com Marta, pois tínhamos combinado de buscar uma moça, voluntária, que chegaria na cidade naquela manhã. A chuva lá fora não cessava e, embora a força da enxurrada encaminhava a enorme e fétida sujeira do entorno da rodoviária para o subterrâneo, o alagamento era um grande problema naquela região e meus pés estavam molhados e enlameados, aumentando minha insatisfação em estar ali.

Estava com o pensamento distante daquele lugar, ora nas minhas filhas em casa, ora repassando mentalmente as atividades profissionais que seriam realizadas naquele dia, quando fui abordada por uma mulher, na casa dos trinta e poucos anos, com olhar vazio, e profundamente triste, me oferecendo serviços de faxina ou babá em sua língua materna, e, após alguns segundos, reformulando a pergunta num portunhol, para se certificar de que eu entenderia o que ela tinha dito. Seus cabelos pretos e lisos estavam enrolados em um coque meio dependurado, quase se desfazendo. Ainda olhando para mim e aguardando uma resposta, ela se sentou na cadeira ao lado da minha, afastando o tronco para a lateral oposta, num gesto de quem que não queria incomodar, colocou uma marmita no colo e ficou olhando-a fixamente. Achei que ela iria fazer a refeição.

A mulher me ofereceu os serviços sem parecer crer que eu me interessaria. Me oferecia sem demonstrar ter esperança que eu, ao menos, a responderia. Eu então a respondi com uma pergunta. Perguntei se ela tinha um currículo ou desejava me dar o seu número de telefone para fazer contato, pois uma amiga havia me perguntado se eu tinha uma mulher para indicar para um trabalho de faxina.

Ela me olhou novamente, com aqueles olhos escuros, que se fizeram nublados, e depois chuvosos, como o tempo lá fora. Ela assim, tão fragilizada, me pareceu uma menina e, ao ver minha expressão facial de surpresa e de compaixão pelo choro que se aproximava, se entregou à enxurrada de lágrimas que parecia levar suas dores para o subterrâneo do seu ser.

Eu fiquei sem saber como agir, meu bebê despertou no meu ventre, como se ele pudesse ter percebido a dor e a tempestade desabar dentro daquela mulher – e de nós. Ainda chorando, ela enrolou a marmita em algumas sacolas plásticas que ela retirou de uma velha bolsa vermelha e a colocou sobre o colo. Percebi que ela não ia fazer a refeição naquele momento. A mulher então respirou fundo algumas vezes, tentando se acalmar, e me respondeu que não tinha o currículo em papel, mas que tinha no celular e se eu quisesse, poderia me enviar pelo WhatsApp, assim que chegasse em casa, pois lá tinha Wi-Fi e naquele momento, ela não tinha internet.

Eu perguntei o nome dela e disse que eu estava aguardando umas amigas. Perguntei também se ela estava chorando porque eu disse que ia falar com minha amiga sobre o trabalho ou se tinha acontecido alguma coisa. Rus era seu nome, ela voltou a segurar a marmita e disse em espanhol que chorava porque não tinha mais vontade de viver. Meu coração doeu. O do bebê também, pois ele remexeu novamente na barriga e, num impulso vindo do coração, coloquei minha mão sobre a dela e apertei, a fim de confortá-la. Eu não sabia o que dizer. Boa Vista tinha muitas mulheres venezuelana como Rus, sem vontade de viver.

O refúgio no Brasil não era uma realidade fácil, se é que se pode considerar alguma facilidade quando se está refugiada. Eu senti o cheiro de óleo de amêndoas vindos dos cabelos negros e pesados que então se desenrolaram, desfazendo o coque, no momento em que aquela mulher, ao sentir o toque da minha mão, voltou a chorar. Seu nariz, agora congestionado, virou um novo problema para ela. Buscou novamente a bolsa surrada e de lá retirou um pano. Deixei a mão dela livre e levei minha mão ao seu ombro, ela estava quente, com o corpo suado. Ela estava como o tempo em Boa Vista, calorento, ainda que chuvoso. Anotei o seu telefone e enviei um “oi”, para que ela pudesse me enviar o currículo ao ter acesso ao Wi-Fi. Perguntei se eu poderia ajudar com alguma coisa e contei que era trabalhadora humanitária em uma organização e, talvez, pudesse ajudar de alguma forma, quem sabe ir para outra cidade do Brasil, através do deslocamento planejado da Operação Acolhida. Ela já havia se recomposto do choro, liberado a respiração pelo nariz e estava refazendo seu vasto coque de cabelo, cuidando dos detalhes, com resiliência e por etapas, primeiro enrolando o rabo de cavalo e,

depois, enrolando em caracol e prendendo com alguns grampos que sumiram por debaixo do coque.

Rus não demonstrou surpresa ou animação com a minha pergunta, e ao finalizar com o cabelo, virou-se para mim e, em portunhol, explicou que seu esposo já havia viajado pela Operação Acolhida, mas que ela e a filha não puderam ir, pois a vaga de trabalho que ele aceitou era só para homens. Eles então combinaram de ele aceitar o emprego e após o primeiro salário, ele a receberia numa reunião familiar. Ele foi para a cidade de Curitiba, há 5 mil quilômetros da fronteira. Ela contou que, inicialmente, não desejavam ir para tão longe, pois seus pais se encontravam doentes na Venezuela e ela estava buscando emprego no Brasil para trazê-los.

No celular ela me mostrou a foto dos pais, eram jovens, mas estavam doentes. Ir para uma cidade distante não era uma opção, enquanto não conseguisse trazer seus pais para Boa Vista. Ela contou que passaram muitas dificuldades em Boa Vista, mas não mais do que viveram na Venezuela. Ao falar de seu país, ela respirou profundamente e balançou a cabeça, de um lado para o outro, e preferiu o silêncio nos próximos minutos, parecendo não dar conta ou não querer lembrar daquelas vivências.

Após um tempo perdida em seus pensamentos, Rus continua sua história e conta que quando surgiu a oportunidade de emprego para o marido em Curitiba, ela decidiu ir para lá, através da reunião familiar e tentar um emprego em Curitiba mesmo, já que em Boa Vista não existia vagas de trabalho, devido ao grande fluxo migratório. Ela explicou que seu esposo havia ido para Curitiba há 8 meses e que ele nunca enviou os documentos para a reunião familiar. Que, no início, ele se comunicava com ela e até chegou a enviar algum dinheiro, mas que, depois, disse que a distância esfriou o relacionamento e que ele ia seguir a vida dele sem ela, pois havia encontrado uma pessoa e ia tentar uma nova vida. Ele alegou ainda que a esposa nem queria ir para Curitiba, devido aos pais, então que ele estava fazendo uma boa escolha também para ela. Sobre a filha, o esposo não considerou nada. Simplesmente disse que sempre a amaria, mas que a vida era “assim mesmo”.

Pensei em como ajudar aquela mulher, passei os olhos pela multidão na rodoviária. Busquei a direção do desembarque e Marta ainda estava aguardando a chegada da voluntária. Pensei em compartilhar com ela meu desejo de ajudar Rus. Meus pés e pernas estavam doendo, a cadeira era dura demais, pensei no nojo que senti quando pisei na enxurrada ao chegar na rodoviária e vi que os pés da Rus estavam apertados em uma sandália plástica, tão lamacentos quanto os meus. Conferi as horas no celular e ainda faltavam alguns bons minutos para a

chegada do ônibus que estávamos aguardando. Na minha tela de proteção do celular, estavam a foto das minhas filhas e da minha mãe. Mostrei para ela e contei que minha família vivia em Belo Horizonte e que eu estava ali por alguns dias, mas que retornaria em breve para minha cidade.

Ela colocou a marmita na cadeira ao lado e foi a primeira vez que sorriu. Ao ver a foto das minhas meninas, ela sorriu, disse que uma delas era muito parecida comigo e que minha mãe era bem jovem. Foi muito bom ver o rosto dela se abrir e as nuvens se dispersarem um pouco. Ela girou levemente na cadeira, dando às costas para a comida e perguntou se eu sabia qual era o sexo do bebê e, ao contar que era menino, ela sorriu ainda mais e comemorou o fato de, após eu ter 3 meninas, estar esperando um menino. Rimos juntas.

Alertei-a sobre a possibilidade de ficar sem a marmita, pois a rodoviária era um local de abrigo para muitas pessoas refugiadas, com necessidade de se alimentarem. Foi quando seu semblante voltou ao de origem, quando trocamos o primeiro olhar. Ela recolheu a marmita no colo novamente e com o olhar fixo em um ponto qualquer, marejados de dor, me disse que não comia há dois dias. Que havia conseguido a marmita há pouco, com o antigo patrão, ainda da época que seu esposo estava com ela e a filha em Boa Vista. Ela fechou todo rosto, num gesto de dor profunda, curvou as costas e continuou contando que ela trabalhava num restaurante à beira da estrada, como serviços gerais, lavando o restaurante, os banheiros, as louças e panelas. Ela se virou para mim e, na língua materna, contou que o dono do restaurante era uma pessoa de má índole, que tratava mal os funcionários, atrasava o pagamento e a humilhava por ser refugiada.

Ela disse que este homem a perseguia, principalmente após a saída dos funcionários. Que ele a cercava e dizia que se ela se deitasse com ele, não passaria mais fome. As lágrimas voltaram para o rosto de Rus e ela as limpava com raiva, mas as lágrimas insistiam em cair, ela contou que um dia estava lavando o último banheiro no restaurante e que (no dia anterior, o marido havia embarcado com a Operação Acolhida para Curitiba e havia entregado a ela o cartão CBI¹³ que ele havia recebido para ela pagar o aluguel do mês seguinte e comprar comida, já que após um mês ele enviaria dinheiro e os documentos para iniciar a reunião familiar) o patrão a encurralou no banheiro, tentando beijá-la forçadamente e ela recusou. Ela então decidiu sair do emprego, já que tinha o dinheiro que o marido deixou, disse para o

¹³ O ACNUR Brasil apoia as pessoas refugiadas e migrantes por meio da assistência financeira denominada Cash Based Intervention (CBI), que visa cobrir necessidades básicas e beneficiar a população mais vulnerável.

assediador que nunca mais voltava naquele lugar, ao que ele respondeu que ela ainda ia implorar a ele para ficar com ela e que quando esse dia chegasse, ele estaria lá esperando-a.

Rus pegou o marmitex e repetiu que fazia 2 dias que ela não comia e que aquela comida era a janta da filha que chegava da escola à tarde, e que ela tinha comprado a marmita daquele antigo patrão, e pago com a sua dignidade. Nesse momento entendi que Rus estava trocando seu corpo pela marmita que alimentava sua filha. Vi nos seus olhos o ódio que sentia por aqueles homens que passaram na vida dela, ocupando lugares diferentes, mas a submetendo a grandes violências.

Ela contou que é muito difícil juntar o valor para pagar o quarto em que ela mora com a filha. Neste lugar elas tinham privacidade e a filha estava segura ao voltar da escola e se trancar dentro do quarto, até que a mãe chegasse. Rus fazia bicos e buscava oportunidades de trabalho, mas não conseguia um emprego. Fazia diárias de faxinas, mas o dinheiro não era suficiente para manter ela e a filha. Era comum ela ficar sem comer e era grata por a filha estar amparada pelas refeições na escola.

O ônibus em que a voluntária deveria estar, chegou, e meu tempo com Rus estava no fim. Eu estava fortemente impactada pela dor daquela mulher, não queria prometer uma alternativa, com receio de algo der errado e ela se decepcionar mais uma vez, mas sabia que se ela decidisse recomeçar sua vida em Belo Horizonte e tudo desse certo com a requisição de passagens para o deslocamento, eu poderia mobilizar nosso grupo para ajudar no processo de recomeço. Enquanto eu pensava nas possibilidades, Rus voltou para aquela ausência do nosso primeiro contato.

Vi Marta se aproximando com a voluntária e me voltei para Rus, dizendo a ela que quando chegasse ao hotel, conversaríamos sobre um pensamento que queria compartilhar com ela. Ela balançou a cabeça em sinal positivo, me agradeceu, guardou a marmita na bolsa vermelha e se foi. Após três meses deste encontro, Rus e sua filha chegaram a Belo Horizonte, com duas mochilas e muitos sonhos. Em suas palavras “Mi mayor sueño es traer a mi madre y a mi padre a Brasil.”

2.3 “Estaba tan inmerso en la lucha por sobrevivir, que dejé de pensar estratégicamente en cómo salir de aquel lugar.”

Martin - 2025

Nos encontramos em um restaurante venezuelano da cidade. Eu estava tensa, pois esse era um encontro programado para uma conversa que eu acreditava não ser fácil nem para mim, nem para ele. Nessa altura da pesquisa, eu estava sensível demais. As experiências me tocavam profundamente a ponto de não conseguir dormir, pensando no que vi ou ouvi. Convidei Martin para uma entrevista semiestruturada para minha pesquisa. Ele aceitou imediatamente e combinamos o encontro.

Pedi sua opinião para fazer o meu pedido, ele explicou os pratos venezuelanos e eu já conhecia a deliciosa Arepa e os Tequeños. A Arepa é uma espécie de pão feito à base de farinha de milho, com variados recheios, muito consumido na Venezuela como café da manhã, almoço ou jantar. Optei pelos Tequeños, que é um enrolado de massa parecida com a de pastel, com recheio de queijo. Ele escolheu a Cachapa e seus olhos brilharam ao me explicar sobre o prato: é feito de farinha de milho, recheado com carne de porco e queijo artesanal, fritos na própria banha do porco. Contou que o prato é popularmente vendido em barracas na beira de estrada e é embrulhado na folha de bananeira ao ser servido. Após esse momento em que eu pude conhecer mais sobre a culinária venezuelana, Martin se ajeitou na cadeira e me perguntou sobre o que era minha pesquisa e o que eu queria saber dele. Assim, direto ao ponto, sem demonstrar dificuldade para falar dos seus sentimentos e da sua experiência.

Conheci Martin por meio de uma grande amiga, há dois anos, mas ainda não havíamos conversado sobre sua jornada da Venezuela para o Brasil. Eles são namorados e ela havia me contado que Martin não havia conseguido validar seu diploma de engenheiro civil no Brasil. Lembrei das exigências descabidas que o governo brasileiro faz a uma pessoa refugiada: apresentar o histórico escolar apostilado, ou seja, o documento deve ser apostilado na cidade de sua emissão. Que sentido tem uma pessoa, que foi forçada a deixar seu país por graves violações de direitos, retornar para fazer o apostilamento (um carimbo) e “validar” seu histórico para o governo brasileiro aceitá-lo? Ora, quem se refugia tem como voltar ao país para carimbar um documento?

Voltando à resposta para Martin, comecei a explicar sobre minha pesquisa, mas ele estava pronto para falar, para voltar ao passado e num respiro que dei para encontrar as palavras que explicariam melhor minha pesquisa, ele iniciou sua fala. Pude perceber em seu

olhar uma enorme concentração na busca e na organização de suas memórias, para melhor selecionar os fatos que ele tentaria resumir naquele encontro. Martin é pai solteiro, tem a guarda definitiva de seu filho Yeferson desde que ele era pequeno. Em 2019, Martin percebeu que não era possível dar um bom presente e futuro para seu filho, permanecendo em seu país. Ao dizer isso, seu rosto muito branco foi se avermelhando e ele contou que com o seu salário referente a um mês de trabalho dava, somente, para comprar uma única refeição. E foi neste contexto que Martin planejou deixar a Venezuela com seu filho.

Como ele sabia que não conseguiria juntar dinheiro trabalhando, conversou com seus pais e amigos íntimos sobre a decisão de deixar o país e vender tudo que tinha. Martin buscou na memória como foi falar com seu filho de 14 anos que eles precisavam colocar em somente uma mala, o que levariam consigo, ele disse que foi difícil colocar uma vida inteira na mala. Embora a crise na Venezuela fosse muito impactante na vida de todos, a família de Martin não era pobre. Seu filho não conhecia ainda pessoas muito pobres e nem havia passado por situações de muita restrição. Mas antes mesmo de chegar no Brasil, Yeferson descobriu que ainda que seu pai tivesse dinheiro suficiente para pagar as passagens, outros fatores da crise venezuelana imporiam a eles uma viagem exaustiva.

Martin contou que para conseguir uma passagem de ônibus precisou dormir na fila, comprar a passagem ao amanhecer e aguardar na rodoviária até à noite, que era quando o ônibus partiria. No entanto, o ônibus estragou e a viagem foi cancelada, o motorista avisou que devolveria o dinheiro e que até amanhã a noite o ônibus estaria consertado. Ao lembrar desse episódio, Martin passou a mão pela cabeça, contrariado, como se estivesse revivendo aquele momento, ele teria que dormir mais uma noite na fila para comprar as passagens, esperar o dia todo e só a noite, partir. Ora falando em espanhol, ora em português, contou que disse ao motorista que não queria dinheiro de volta, queria era outro ônibus para ir ao Brasil. O motorista então disse a Martin que outro ônibus partiria naquela noite, mas que estava cheio, caso ele quisesse ir em pé com a criança, ele liberaria sua passagem.

Durante 16h Martin e seu filho viajaram em condições desumanas naquele ônibus. Ao lembrar da situação, Martin fica novamente com a face avermelhada e conta que em vários momentos, precisou carregar seu filho no colo para que ele pudesse dormir um pouco. Após uma primeira garfada na Cachapa, Martin voltou à sua história, e enfim pude ouvir que eles não só chegaram bem, embora exaustos, ao Brasil, como foram imediatamente atendidos na Operação Acolhida, onde tomaram cinco vacinas, deram entrada nos documentos brasileiros e conseguiram vaga para se abrigarem em Pacaraima.

Essa, para mim, foi uma boa notícia, fiquei ansiosa por saber como ele conseguiu colocar seu plano em ação, considerando que eu já sabia de antemão que ele estava atualmente muito bem com seu filho em MG, empregado, namorando, com casa montada, carro e que o filho está estudando Tecnologia da Informação. Martin então contou que ficou pouco tempo no abrigo em Pacaraima, uma vez que lá é uma cidade muito pequena e estava saturada, não tinha oportunidades de trabalho.

Em contato com parentes, ele contou que soube de um primo de sua irmã por parte de pai que morava em Boa Vista e o ofereceu estadia até que ele se ajeitasse. Infelizmente ele havia sido enganado, pois ao chegar no endereço do primo de sua irmã, descobriu que não havia casa, o local era um barraco de palafita, feito de tábuas, sem água, sem luz, sem banheiro, com apenas um cômodo extremamente precário, cedido por um pastor que mantinha uma igreja na parte da frente deste terreno. Nesse barraco vivia em condições insalubre, um senhor que era o tal primo, com seus dois filhos, o genro e dois netos.

Martin lembra que Yeferson nunca havia presenciado pessoas em uma situação tão horrível. Era tarde da noite, eles estavam cansados e não conheciam nada naquela cidade. O choque de Martin era tão grande, que ele disse não ter coragem de descrever o que viu naquele lugar, como aquelas crianças estavam abandonadas pelos próprios familiares, vivendo como animais. E ele ficou perplexo em saber que o próprio pastor que cedeu aquele espaço, não fazia algo em prol daquelas pessoas. O dinheiro que Martin conseguiu ao vender suas coisas na Venezuela, era considerável, no entanto, quando ele trocou pelo real, recebeu apenas R\$300,00. Durante o tempo que ficou no abrigo em Pacaraima, eles se mantiveram com este dinheiro, e após o pagamento das passagens para Boa Vista, não havia sobrado muita coisa. A essa altura, Martin havia abandonado o prato de Cachapa e estava totalmente imerso nas suas lembranças, demonstrando uma grande indignação. Logo no relato sobre o barraco, eu comecei a me sentir mal, minhas mãos começaram a suar, eu não conseguia mais comer.

Martin continuou contando que decidiu pernoitar no barraco, sem dormir, para vigiar o descanso do filho, e amanhã bem cedo partir para a cidade em busca de um lugar provisório, mais adequado para acomodar seu filho enquanto procurava por um trabalho. No entanto, o Pastor, dono do terreno, soube que chegou mais gente no barraco do primo e ficou enfurecido. Mandou Martin e Yeferson irem embora imediatamente. Já era tarde, Martin lembrou que não falava português, que entrou em pânico, pois o lugar que estavam era uma periferia que parecia perigosa e o seu filho já estava muito assustado com toda a situação, além deles estarem muito cansados.

Martin conseguiu conversar com o Pastor e convencer ele a deixá-los ficar até o amanhecer. Ele não esperava que seu filho acordaria ardendo em febre e isso os forçaria a continuar ali, até ele ir em busca de uma farmácia, comprar o remédio e este surtir efeito. Aconteceu que a febre não cedeu e Martin acredita que era de cunho emocional, uma vez que seu filho havia passado por muitas emoções e tinha vivenciado situações profundamente desconectadas da sua realidade até então.

Quando Yeferson adormeceu no barraco, Martin saiu para tentar entender onde estava, reconhecer o território e buscar um local melhor. Ele descobriu que o pouco dinheiro que sobrou não era suficiente para sair daquele barraco. Ele então foi conversar com o pastor e pedir para ficar até conseguir fazer umas diárias e juntar dinheiro para ir para outro lugar. O Pastor, que falava espanhol, decidiu que ele poderia ficar. Martin passou a trabalhar recolhendo materiais reciclados, descarregando materiais de construção, capinando e qualquer serviço que aparecesse. Todo o dinheiro do dia era suficiente, apenas, para a refeição do dia, de todas as pessoas do barraco.

O tempo passou e Martin percebeu estar vivendo pior que na Venezuela, e que os adultos do barraco não buscavam trabalho e se alimentavam do que Martin levava no fim do dia, e que ele e seu filho estavam se acostumando com aquele lugar e aquela vida totalmente insalubre. Ele conseguia em torno de R\$15,00 por dia. Nesse momento pensei em como pessoas são capazes de explorar quem está em situação de vulnerabilidade. Ele colocou as mãos na cabeça e disse o que pensou na ocasião:

“o que estou fazendo? Fiquei tão imerso na busca pela sobrevivência, que deixei de pensar estrategicamente sobre como sair daquele lugar. Quando dei por mim, o tempo havia passado e eu já tinha dividido o barraco em dois cômodos, feito um gato de luz e da água, e eu já tinha construído um banheiro, isso sem contar que eu estava alimentado a todos, durante todo o período que estive lá.”

Foi um emprego no restaurante que vendia frango assado que garantiu que Martin e Yeferson saíssem daquele lugar. Após essa mudança de casa, de ambiente, essa saída da privação de comida e de condições básicas de higiene, os dois se sentiram mais esperançosos no futuro. Martin conta que embora estivesse trabalhando, em Boa Vista não tinha oportunidade de trabalhar na área dele, nem de crescer profissionalmente, pois o estado de Roraima é muito pobre e estava saturado com a migração de venezuelanos, então ele decidiu interiorizar. Buscou o PITRIG e se inscreveu para uma reunião social, após um casal de conhecidos afirmarem que poderiam ajudá-los com estadia em Minas Gerais, até que ele conseguisse um emprego. A Viagem aconteceu, mas não tivemos tempo para continuar a conversa, pois o restaurante já estava fechando. Combinamos de continuar outro dia.

2.4 “muchas veces, mi papá prefería no comer para que a mi hermana y a mí no nos faltara nada. Por eso, terminó desnutrido.”

Juana - 2025

Estávamos eu e Juana indo a um restaurante venezuelano, eu estava dirigindo, quando ela se lembrou do pai e fez que ia chorar. Ela começou a contar sobre algumas lembranças do seu país, da saudade que sentia de seu pai e pôs-se a chorar. Eu queria abraçá-la, mas estávamos no fluxo do trânsito, então busquei sua mão a fim de consolá-la. Ela se lembrou que quando sua mãe se foi da Venezuela para tentar conseguir dinheiro na fronteira entre Brasil e Venezuela, preparar tudo para a vinda do restante da família, seu pai todos os dias encontrava uma forma de conseguir o mínimo de comida para ela e sua irmã.

Ela disse aos prantos: “muitas vezes, meu pai ficou sem comer para que não faltasse para mim e minha irmã, ele ficou desnutrido”. Juana veio para o Brasil com sua mãe e irmã caçula, após a morte de seu pai. Ela conta que quando chegaram em Pacaraima, cidade brasileira fronteiriça, logo conseguiram vaga no abrigo, mas que era muito difícil estar naquele lugar. Ela fez um silêncio que me fez lembrar outras amigas venezuelanas que também não aprovavam os abrigos. Parece que não se sentem à vontade para dizer os problemas que encontraram lá.

Após um período no abrigo, Juana conta que surgiu uma oportunidade de interiorização para mulheres jovens para trabalhar no Sul do Brasil. As vagas eram em para uma rede varejista de produtos de beleza e elas iriam ficar em outro abrigo da cidade até que elas conseguissem alugar algo com o salário que receberiam. Juana se despediu da família e se foi. A Operação Acolhida garantiu a passagem, mas acredito que ninguém contava que justamente naquele momento a COVID-19 chegaria no Brasil.

Ela lembrou que quando chegou na cidade, o distanciamento social havia acabado de ser adotado como medida para reduzir a circulação de pessoas e evitar aglomerações, durante a pandemia de COVID-19. Dessa forma as lojas ficaram fechadas e ela não conseguiu o emprego. Durante um tempo, ela ficou em um alojamento coletivo, onde dividia o mesmo teto com várias outras pessoas na mesma condição de vulnerabilidade.

O ambiente, já naturalmente tenso, tornou-se cada vez mais conflituoso, e as brigas por questões de convivência e superlotação passaram a fazer parte do cotidiano. Depois de mais uma pausa, eu perguntei se foi lá que ela conheceu o pai da filha dela. Ela riu, mas com tristeza, uma ironia, talvez. E contou que conheceu um brasileiro e que no começo teve uma

aproximação casual, que se transformou em um breve romance. Contou que passou a dormir algumas noites na casa dele, eu logo pensei que ela estava em busca de um afeto, de um lugar onde pudesse respirar e se sentir mais segura. Ela engravidou e quando contou da suspeita, o silêncio e o desaparecimento dele foram imediatos. Que raiva senti ao ouvir. Ela disse que não tinha outra alternativa a não ser ficar novamente encarcerada no abrigo coletivo. Ela ficou olhando pela janela, em silêncio. Eu dirigia, pensava nas minhas gestações e no quanto precisamos de apoio nesse momento. Lembrei que ela tinha 18 anos, na época. Fiquei triste.

Foi num tom mais contido que ela me lembrou de uma história que eu já conhecia, ocorrida em... ela falou da febre e da lesão que teve no peito. Lembrou da ida ao hospital, onde os médicos decidiram espremer a ferida para extrair o pus. Disse que gritou tanto que pensou que fosse desmaiar de dor. Ela deve ter esquecido que o amigo que a acompanhou me enviou o vídeo que ele fez dela enquanto recebia atendimento e que eu vi o quanto ela sofreu. O vídeo é horrível, e lembro que quando o vi eu chorei e me esforcei ainda mais para conseguir trazer ela para BH. Depois do episódio do hospital, Juana ligou para Maria, sua mãe, que ainda estava em um abrigo em Pacaraima, no aguardo de ser acolhida pelo nosso grupo de acolhimento em BH. Ela teve coragem de contar sobre a gravidez. A mãe, aflita com o estado de saúde da filha, após acompanhar a situação da ferida por fotos e ter recebido o vídeo da filha, entrou em contato comigo e me contou sobre a filha que estava no Sul do Brasil.

Até aquele momento eu não sabia da existência da filha mais velha. A mãe só havia mencionado que gostaria de receber o acolhimento do nosso grupo para ela e para a filha caçula. Maria me ligou e contou, com a voz embargada, sobre a febre, a dor, a ferida da menina, e que ela temia ser um câncer. Me pediu ajuda, queria que Juana se reunisse novamente com ela e a irmã caçula na casa nova que nós estávamos alugando para ela em BH. Naquele momento, como acolhedora, mãe e como mulher, me vi atravessada por aquela história. Juana só tinha 18 anos. Lembro que mobilizei o grupo de acolhimento e pedi uma pausa na movimentação que estávamos fazendo para receber Maria. Estávamos finalizando a locação do imóvel, buscando doações de móveis, alimentos, utensílios.

Toda essa logística foi suspensa para atender outra urgência: juntar recursos para comprar a passagem de avião de Juana e trazer ela do Sul do Brasil para BH, pagar um mastologista e um exame de Covid-19. Ela ia contando e eu ia também lembrando e cruzando as nossas vivências ao ouvi-la. Enquanto ela contava, eu ia lá no passado, mas não a interrompi nenhuma vez, pois estava muito interessada na perspectiva dela. Lembro que conseguimos o dinheiro e entramos em contato com Juana. Ela lembrou do dia em que recebeu meu contato

e que ela não sabia ir até o aeroporto. Rimos juntas e ela terminou sua fala, ainda triste e dizendo que o resto da história eu já conhecia.

O silêncio que seguiu até a porta do restaurante foi uma janela no tempo e eu continuei repassando as lembranças na memória... Ela não sabia ir ao aeroporto, não falava português, não estava bem de saúde e não tinha nem dinheiro, nem conta corrente pra fazermos um depósito. Buscamos então a ajuda de um rapaz, primo de alguém do grupo de acolhimento, que morava lá e ofereceu ajuda. Fizemos o depósito para ele repassar a ela, ele ainda a levou até o hotel perto do aeroporto, na noite anterior ao voo, que sairia às 5h da manhã. Lembro que ao reservar a diária no hotel, eu pedi que a recepcionista a acordasse às 3:30 da manhã e a ajudasse com a mala, pois ela estava com a saúde debilitada. Chegando em BH, fui com meu esposo buscá-la no aeroporto. Como era linda! A levamos para fazer o teste de COVID, que deu negativo e, no mesmo dia, uma amiga a levou no mastologista e descobrimos duas coisas: ela estava grávida e com um ducto mamário entupido. Não era câncer, felizmente, mas era preciso repouso, cuidado, acolhimento.

Juana ficou na casa que havíamos acabado de alugar para sua mãe e que ainda estava sendo montada. Lembro que embora tenhamos nos movimentado muito, mesmo com a COVID-19 assustando e matando muita gente, buscamos preparar o enxoval e, também, terminar a casa de Maria que logo chegaria, Juana se sentia muito sozinha, chegou a dizer que se sentia abandonada na casa e que íamos lá apenas para levar comida e buscá-la para o pré-natal. Eu imagino a solidão dela, mas ao mesmo tempo acredito que ela não tinha dimensão do quanto era difícil administrar nossas vidas e questões, acolhendo uma família e também lidando com as questões dela. Quando ela completou quatro meses de gravidez, sua mãe chegou finalmente a Belo Horizonte e demos início ao processo de acolhimento dela. Mãe e filha, agora reunidas, puderam experimentar um novo começo, não sem desafios, mas juntas.

2.5 “La historia de Venezuela es una crónica dolorosa de opresión y tragedia, una narrativa marcada por la dictadura y la devastación.” – Parte 1

Maribel - 2025

Cheguei ao apartamento de Maribel no domingo bem cedo. Ao entrar, logo fui envolvida por um aroma acolhedor de café, recebi um abraço afetuoso e uma xícara. Nos sentamos à mesa da sala e logo retirei da mochila minha dissertação parcialmente escrita e

impressa, para que ela pudesse compreender minha pesquisa. Ao me ouvir atentamente percebi seu interesse pelo que eu estava pesquisando e sua grande disposição para dialogar. Estávamos sentadas à mesa e ela disse que contaria um pouco da sua história a fim de contribuir com a minha pesquisa.

Seu rosto ganhava uma expressão mais séria, quase dolorida, à medida que as palavras começaram a fluir. A primeira frase que ela disse foi: “a história da Venezuela é uma crônica dolorosa de opressão e tragédia, uma narrativa marcada pela ditadura e pela devastação”. Eu fiquei sem respirar ao ouvi-la. Ela continuou dizendo que, da era Chávez até Maduro e sua “cúpula vermelha”, o governo havia levado o país à beira do abismo, saqueando seus recursos e lançando seu povo na pobreza e no sofrimento.

A jovem de cabelos longos e olhos grandes falava com dor, mas também transmitindo sua personalidade de luta. Contou que fazia parte do movimento estudantil e lembrou que em 2017 os comércios eram saqueados e o dinheiro perdia valor dia após dia. A luz acabava, a água era escassa e a comida era racionada. Disse que vivia em um mercado paralelo onde o preço dos produtos mudava constantemente, enriquecendo alguns enquanto mergulhava o resto na miséria. Maribel, com os olhos já marejados, lembrou que com o passar dos anos, muitas pessoas morreram de fome, outros tiraram a própria vida e alguns, como ela, decidiram fugir em busca de uma oportunidade de vida digna. Mas essa decisão não era simples, pois mesmo atravessando fronteiras, ela disse saber que o perigo espreitava a cada passo, e lembrou que muitos perderam sua vida na tentativa de migrar.

Eu mal conseguia tomar o café, pedi um copo d’água, ao que ela gritou pra mãe o pedido, sem se abalar com a minha falta de chão e sem perder o fio do raciocínio, assim completou: “a história da Venezuela é uma tragédia que ainda não terminou. Embora já tenha passado mais de 25 anos desde que esse capítulo, sombrio, começou, meu país continua lutando para encontrar uma luz no fim do túnel”.

Ela lembra que um dos momentos mais difíceis de esquecer foi o dia em que pessoas jogavam dinheiro pelas ruas porque, mais uma vez, a moeda local havia sido desvalorizada. A tristeza e a preocupação nos olhos de seus pais eram evidentes, ela era uma jovem inexperiente de 21 anos, e não sabia nem o que pensar. Se preocupava com o que seria dela em um país sem oportunidades. Ela disse não conseguir esquecer a cena de pessoas correndo desesperadas, com notas espalhadas pelas ruas, e os mercados sendo assaltados pelo seu povo, faminto e desesperado. Eu já estava chorando, de novo. Ela não.

Continuou contando que, naquele dia, sua mãe estava recém-operada, precisava de cuidados, e seu pai e ela se olharam, pois já sabiam exatamente o que teriam que fazer: correr entre a multidão e tentar conseguir alguma comida. Até que a polícia chegou. Ela começou a chorar e disse: “as garrafas quebradas no chão e eu, com meu vestido verde favorito, só podia pensar em uma coisa: correr. À minha direita, os militares nos apontavam armas, prontos para atirar balas de borracha e gás lacrimogênio. Ver o mercado vazio, sem nada para pegar, foi desesperador. Tínhamos que sair dali e ir ao próximo mercado. Enquanto corria, o mundo parecia em câmera lenta. Via pessoas chorando, sem esperança, e gritando de medo. Era esmagador. As balas de borracha passavam ao meu lado, e eu corria como um animal, tentando não ser atingida. Aquele dia, e a ditadura que o tornou possível, é uma das tantas más lembranças que sempre estarão em minha mente.”

A essa altura da narrativa, chegou sua mãe na sala com as arepas recheadas e mais café. Eu precisava ir ao banheiro, me recompor, Maribel precisava respirar. As arepas, pacientemente, conservaram seu aquecimento até nosso retorno à mesa, para doar a nós duas todo o alento que precisávamos. Comemos, saboreamos, nos consolamos com aquele alimento sagrado o qual ela e milhares de venezuelanos precisaram, um dia, lutar por ele.

Ao terminar de comer sua arepa, Maribel retomou com suas lembranças e reflexões:

“para mim, ser migrante venezuelana é um ato de resistência, uma maneira de manter viva a memória de meu país e de lutar por um futuro melhor. A cada arepa que preparo, a cada história que conto sobre minha infância, reafirmo minha identidade e meu compromisso com minha cultura. Ser migrante é carregar consigo a essência de um povo, suas raízes, sua identidade. Em cada passo que damos em terra estrangeira, levamos conosco a cultura que nos viu nascer. Desde a maneira como falamos até os costumes que mantemos vivos, somos embaixadores de nossa terra natal.”

Quanta força tinha suas palavras, eu estava muito grata por ter tido a oportunidade de ouvi-la, de ter participado um pouco da sua vida e do seu recomeço. Grata por ela compartilhar sua história e seu modo de viver e pensar.

E ela continuou: a luta do migrante não termina ao cruzar a fronteira, ela apenas começa. Devemos enfrentar preconceitos, adaptar-nos a novas culturas e reconstruir nossas vidas a partir do zero. No entanto, apesar de todas as dificuldades, somos resilientes. Cada história de superação, cada conquista, por menor que seja, é um testemunho da força e da determinação de quem se viu obrigado a deixar tudo para trás em busca de um sonho. Hoje, ao olhar para trás, vejo o quão longe cheguei. O caminho não foi fácil, mas cada passo valeu a pena. Aprendi que, embora a dor do exílio seja profunda, ela também pode ser

transformadora. Carrego comigo as cicatrizes de minha jornada, mas também o orgulho de ter sobrevivido, de ter lutado e de continuar acreditando em um futuro melhor. A nossa entrevista finalizou com minha promessa de voltar para continuar conhecendo sua história.

2.5.1 “¿Será que este país me acogerá? ¿Seré capaz de expresarme en otro idioma? ¿Tendré una vida normal? ¿O moriré en el intento?” – Parte 2

Maribel - 2025

Foi numa praça, em uma manhã fresca, que Maribel começou a me contar mais da sua história. Sentadas num banco de concreto embaixo de uma enorme árvore, ela me olhava nos olhos com firmeza, mas seus lábios, por vezes, tremiam. O barulho das crianças brincando ao fundo contrastava com o peso das lembranças. Ela retomou as memórias de quando decidiu deixar a Venezuela. Disse que, em meio ao caos familiar e à profunda crise econômica que já havia me relatado antes, sentiu-se forçada a reconsiderar a possibilidade de partir. Embora suas raízes fossem muito fortes, foi o desejo de melhorar, de seguir em frente, que lhe deu coragem para sair. Contou que a morte do avô foi o estopim. A decisão mais difícil, no entanto, foi deixar a filha com os pais. Preferia passar fome sozinha a vê-la sofrer.

Enquanto relatava, seus olhos marejaram ao lembrar do choro da menina na despedida. Ao chegar à fronteira com o Brasil, encontrou as barreiras fechadas devido à Pandemia do COVID-19. Sem poder entrar legalmente, ela se viu obrigada a buscar outros meios. Disse que pediu ajuda a pessoas para conseguir atravessar sem ser vista pela polícia, mas muitas noites ficou escondida no mato, entre desconhecidos, abrigados entre pedras, esperando uma forma de conseguir a famosa pulseira vermelha, que permitiria a entrada no Brasil. Nesta noite ela deitou a cabeça no chão e olhou para o céu, perguntando-se: “Será que este país vai me acolher? Serei capaz de me expressar em outro idioma? Terei uma vida normal? Ou vou morrer tentando?”

Maribel buscou por três dias a fila na fronteira até ser rejeitada e devolvida à Venezuela. Chorou. Sentia fome, queria ao menos um pão e um copo d’água. Em mais uma tentativa, alguém pareceu reconhecer sua insistência e a deixou passar. Quando colocaram a pulseira vermelha em seu braço, a alegria invadiu sua mente, como há muito não acontecia. Neste momento, ela me olhou sorrindo, como se revivesse o sentimento daquele dia. Eu pensei que a história se resumiria em ela ser abrigada em Boa Vista e logo receber nosso contato como

acolhedores aqui em BH, mal sabia eu o que estava por vir e tudo que ela havia passado até chegar aqui.

Ela continuou, lembrou que recebeu o número 14.336 para ser atendida pela Operação Acolhida, mas o atendimento ainda estava por volta do número 11.000. Estava sem dinheiro, sozinha, então decidiu se arriscar, soube que estavam precisando de pessoas para traficar alimentos e ela esperava anoitecer para fazer as entregas em troca de algumas moedas. Para sua sorte, não foi pega pela polícia. “Finalmente chegou o dia de trocar a pulseira vermelha pela verde”, me contou, com um certo orgulho, isso significava que ela já estava com toda documentação em dia. Sem saber o que fazer, Mirabel foi para Boa Vista, e acabou reencontrando uma pessoa de seu passado que lhe prometeu ajuda, com a condição de que ficasse ao seu lado. Lá ela trabalhou como babá e faxineira. Cuidar de outras crianças lhe fazia lembrar da filha. “Eu pensava nela o tempo todo, nas risadas, nos abraços... isso me dava forças”, disse.

Mas, como em tantas outras histórias que ouvi, a violência chegou de forma abrupta. Aquele homem que a havia acolhido revelou-se cruel: em um surto de raiva, a agrediu, jogou suas roupas, certificados, tudo que ela tinha, pela janela. Com medo, Mirabel chamou a polícia, Ela lembra que os policiais ainda a ajudaram a recolher suas coisas e a levaram à delegacia, onde ela iniciou um processo legal. Perguntaram se ela tinha onde dormir e com a negativa, decidiram encaminhá-la a um abrigo. “Tremia de medo quando cheguei. Me deram um colchão fino e me colocaram numa barraca com outras mulheres. Passei frio, fui picada por insetos, e no outro dia haviam roubado o pouco que me restava.”

Durante semanas, Maribel foi ameaçada por outras mulheres e, por segurança, foi transferida para uma barraca em frente ao posto militar. “Ali, mesmo sozinha, me senti um pouco mais segura.” Aos poucos, começou a conversar com os militares, que se interessaram por sua história e lhe ofereceram palavras de apoio. No novo abrigo, imersa em um ambiente de vulnerabilidade, começou a enxergar o outro também como fonte de força. Ela me contou sobre jovens que, como ela, haviam enfrentado perdas, fugas, doenças. “Nos reconhecíamos no sofrimento, mas também na esperança. A gente dividia sonhos e encontrava consolo juntas.”

Ela lembrou com ânimo que ao se comprometer com o abrigo, encontrou uma nova razão para permanecer. Ela buscou aprender português e passou a atuar como tradutora para os recém-chegados. Disse que no início foi difícil, mas o desejo de ajudar era maior. “Cada sorriso que eu via no rosto de alguém que ajudei me fazia sentir viva.”

Ganhou a confiança das ONGs e começou a receber os recém-chegados. “Senti que fazia parte da comunidade. Não era só mais uma.” Mesmo com tantos obstáculos, dizia acordar todos os dias com vontade de fazer a diferença. Um trabalho temporário como *bartender* num parque aquático lhe deu alguma estabilidade e respeito. “Alguns clientes eram cruéis, mas mantive minha dignidade.”

Respirou fundo antes de concluir esse trecho de sua jornada. “Cada pequena vitória, cada gesto de bondade me lembrava que ainda havia humanidade no mundo.” Enquanto ela falava, observei seus olhos fixos em um ponto distante da praça. E pensei, mais uma vez, na força das mulheres que escutei durante este trabalho. Maribel, como tantas outras, havia transformado dor em coragem, e desamparo em ação. Combinamos de termos uma última conversa sobre como soube do nosso grupo acolhedor em BH, de levarmos as crianças para um piquenique, mas não conseguimos nos encontrar novamente até o dia da conclusão da minha dissertação.

2.6 Considerações Analíticas: Narrativas do Refúgio

As narrativas etnográficas apresentadas nesta dissertação revelam camadas profundas de sofrimento, resistência e esperança que marcam a experiência de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas no Brasil. Essas experiências não devem ser lidas apenas como testemunhos isolados, mas como expressões de uma realidade social e política complexa, que envolve dinâmicas de exclusão, violência e apagamento, bem como estratégias de reinvenção subjetiva. Como pesquisadora implicada no campo, afetivamente e eticamente atravessada por essas histórias, proponho, neste momento, uma leitura analítica das narrativas à luz de autoras como Veena Das, Gloria Anzaldúa, Lilie Chouliaraki e Esther Pineda & Keymer Ávila, buscando ampliar a compreensão das experiências vividas e compartilhadas em contexto de refúgio.

Veena Das (2020), ao refletir sobre a descida da violência ao ordinário, propõe uma compreensão do sofrimento não apenas como algo espetacular ou excepcional, mas como aquilo que se infiltra no cotidiano, deixando marcas na linguagem, no corpo e nas relações sociais. A violência, segundo ela, se inscreve nos modos de vida, sendo muitas vezes silenciada, naturalizada e incorporada às rotinas (Das, 2020, p.21-22). Esse movimento pode ser identificado nas pausas e silêncios de Rus, que preferiu não falar sobre certas experiências da Venezuela, ou no corpo cansado e adoecido de Juana, marcado pela dor e pela solidão. Em

ambas, o sofrimento ganha materialidade, e os gestos cotidianos, o trabalho, o cuidado com os filhos, o silêncio, o choro, se tornam carregados de significados éticos e políticos.

Nesse ponto, Lilie Chouliaraki (2024), em seu livro *Wronged: The Weaponization of Victimhood*, argumenta que reivindicações de dor e sofrimento podem ser instrumentalizadas ou apagadas em diferentes contextos. Ela mostra como a vitimização é usada como uma “arma dos privilegiados” para reforçar desigualdades existentes de classe, gênero e raça, em vez de aliviá-las. O sofrimento das minorias sociais é frequentemente “marginalizado ou completamente apagado” (Chouliaraki, 2024, p. 14), enquanto o discurso da vitimização privilegia as vozes dos poderosos.

Nessa perspectiva, a análise contida no artigo da socióloga venezuelana Esther Pineda & Keymer Ávila (2019), intitulado *Abordagens à migração colombiano-venezuelana: desigualdade, preconceito e vulnerabilidade* aborda a migração colombo-venezuelana e os fluxos migratórios na América Latina e reforça o caráter estrutural da exclusão vivida por essas populações. Para os autores, a migração forçada não é somente fruto da pobreza, mas de um colapso institucional que envolve crise econômica, desigualdade, violência política, sexismo, xenofobia e racismo (Pineda; Ávila, 2019, p. 65). No contexto brasileiro, essas formas de violência se concretizam na exploração de trabalhadoras(es) refugiadas(os) em empregos precários, na hipersexualização das mulheres venezuelanas e no silenciamento das vozes migrantes. A narrativa de Maribel, ao relatar o assédio, a discriminação e a perseguição sofrida em território brasileiro, confirma esse cenário de múltiplas vulnerabilidades, mas também destaca as estratégias de enfrentamento, como a rede de solidariedade formada entre mulheres.

Nesse sentido, torna-se importante pensar a relação entre linguagem, corpo e identidade, conforme propõe Gloria Anzaldúa (2009) em sua obra *Como domar uma língua Selvagem*. Ao discutir o espanhol chicano e as línguas híbridas, a autora mostra que a língua não é apenas um código comunicacional, mas também um marcador identitário, um território em disputa e uma forma de resistência cultural (Anzaldúa, 2009, p.8). Nas falas das mulheres entrevistadas, percebe-se o esforço constante para se comunicar em uma língua estrangeira, o constrangimento diante da não compreensão e, ao mesmo tempo, a potência de se fazer entender por outros meios. O uso do espanhol nas entrevistas, mesmo muitas vezes sem perceber ou com barreiras, permitiu a expressão de subjetividades marcadas por experiências de exílio, ruptura e deslocamento.

Para além da violência linguística, Veena Das (2020) analisa como o corpo, especialmente o corpo feminino, se torna o espaço em que a violência é inscrita, mas também

onde há possibilidades de reinscrição da vida, do cuidado e da resistência. O sofrimento vivido não é apenas físico, mas profundamente social e simbólico, carregando marcas da exclusão, do abandono, da negligência institucional e das formas de violência de gênero. No caso de Juana, tudo isso aparece: a gravidez não acolhida, a ausência do pai da criança, a dor física tratada com descaso e a solidão. Seguindo Das, podemos pensar que isso não é "um evento", mas parte de um processo em que a violência se inscreve no ordinário, naquilo que é cotidiano. Para Pineda e Ávila, (2019, p. 70), o corpo da mulher migrante é alvo preferencial da violência estrutural e de gênero, mas também pode ser um ponto de resistência e reconfiguração de sua agência.

O que as histórias de Rus, Martin, Juana e Maribel revelam, em diálogo com essas autoras, é que as experiências de refúgio e migração não podem reduzi-las à condição de vítimas passivas ou à estatística humanitária. Elas produzem sentido, resistência e vida, ainda que em meio à dor. Como argumenta Das (2008, p.21), é no cotidiano que a vida insiste, mesmo quando marcada pela devastação. Como Pineda e Ávila sugerem, é nas fissuras do sistema que se constroem alternativas. E como nos lembra Anzaldúa, a linguagem, mesmo ferida, ainda pode ser lugar de pertencimento, de política e de reexistência.

É necessário reconhecer tanto a vulnerabilidade imposta pela violência estrutural e de gênero aos corpos das mulheres migrantes, conforme apontado por Pineda, quanto a capacidade da vida de persistir no cotidiano, mesmo em contextos de profunda devastação, como argumenta Das. As experiências das migrantes venezuelanas, marcadas pela busca por sobrevivência em meio à crise e aos riscos da migração, ilustram essa poderosa insistência da vida.

CAPÍTULO 3 - A ANTROPOLOGIA COMO SUBSÍDIO À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

3.1 Perspectivas sobre os Direitos Humanos

Segundo Giuseppe Tosi (2004), a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, representa um marco histórico fundamental na luta contra a barbárie e as violações sistemáticas de direitos que marcaram as duas grandes guerras do século XX. A formulação da Declaração teve como pano de fundo não apenas os horrores da guerra, mas também a consolidação da ONU, cuja missão primordial era evitar novos conflitos de escala mundial. Nesse contexto, a ideia de direitos humanos retomou a tradição dos direitos naturais, expressa já no primeiro artigo da Declaração, “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 1948), numa clara referência às bandeiras da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Para Tosi, essa retomada configura o “eterno retorno do direito natural” (Tosi, 2004, p. 15), promovido não por filósofos, mas por diplomatas e políticos que buscavam um antídoto à barbárie.

De acordo com Tosi (2004), o processo de afirmação e expansão dos direitos humanos ocorreu por meio de três grandes tendências: a universalização, a multiplicação e a diversificação dos direitos. A universalização se refere à crescente adesão dos Estados à Declaração, de 48 signatários em 1948 para quase a totalidade dos países atualmente. A multiplicação diz respeito ao aumento de bens e valores que passaram a ser considerados objeto de proteção, como o meio ambiente e a diversidade cultural. Já a diversificação enfatiza que os titulares dos direitos deixaram de ser vistos de maneira abstrata e passaram a ser reconhecidos em sua singularidade, mulheres, crianças, idosos, pessoas LGBTQIA+, entre outros, gerando, assim, diferentes gerações de direitos (Tosi, 2004, p.17)

As gerações de direitos humanos, em síntese, se dividem em quatro. A primeira engloba os direitos civis e políticos; a segunda, os direitos econômicos, sociais e culturais; a terceira, os direitos de solidariedade, como o direito à paz e ao desenvolvimento; e a quarta, ainda em construção, diz respeito aos direitos das gerações futuras. (Tosi, 2004). Apesar das controvérsias quanto à efetividade dos direitos das últimas gerações — especialmente pela ausência de mecanismos coercitivos de garantia — o autor defende que essa categorização reflete um movimento histórico real e não deve ser descartada.

É importante ressaltar que os direitos humanos possuem múltiplas dimensões: ética, jurídica, política, econômica, social, histórica e educativa. Afirmar que os direitos são “naturais” não significa que sua realização seja espontânea — é preciso educar para os direitos e garantir políticas públicas que os tornem efetivos. O autor alerta ainda para o risco de se transformar os direitos humanos numa nova religião laica e dogmática, e reforça a importância de compreendê-los como um sistema de dimensões interconectadas, cuja integralidade e indissociabilidade são essenciais para sua efetividade.

Embora Giuseppe Tosi (2004) destaque a Declaração Universal de 1948 como um marco histórico na institucionalização dos direitos humanos e defenda a evolução das gerações de direitos como resultado de avanços civilizatórios, Carolina Moulin (2011) apresenta uma crítica contundente a essa visão universalista. Para Moulin, o sujeito de direito pressuposto pelo discurso dos direitos humanos continua sendo, em grande parte, o cidadão nacional. Dessa forma, a promessa de universalidade contida na DUDH revela-se limitada quando confrontada com a realidade dos refugiados, migrantes, apátridas e outros grupos excluídos da lógica do Estado-nação, cujos direitos continuam dependendo do reconhecimento estatal para existirem de fato (Moulin, 2011, p.146).

Essa crítica toca em um ponto que Tosi (2004) aborda apenas marginalmente: a relação entre a positivação dos direitos e sua efetividade real. Moulin (2011) discute que a própria ideia de proteção humanitária, encampada pelo sistema internacional, frequentemente reforça estruturas de poder excludentes, uma vez que subordina o acesso aos direitos à validação por um Estado ou por instituições multilaterais. Nesse sentido, os chamados "humanos sem direitos", como os refugiados palestinos reassentados no Brasil, analisados por ela, revelam o colapso da pretensa universalidade dos direitos humanos, mostrando que a condição jurídica do indivíduo ainda é um pré-requisito para o acesso a garantias básicas.

O caso analisado por Moulin, dos refugiados palestinos que protestaram contra as condições de seu reassentamento no Brasil (2008-2009), explicita esse tensionamento. Embora amparados pelo regime internacional de proteção, esses sujeitos enfrentaram dificuldades de integração, ausência de diálogo institucional e restrições de mobilidade. Suas estratégias de protesto, intervenções não autorizadas, cartazes e ocupações, desestabilizam a imagem passiva frequentemente associada a refugiados e ilustram a atuação de uma "sociedade política", como nomeia a autora, que emerge à margem do modelo formal de cidadania e exige ser escutada. Trata-se, portanto, de uma outra dimensão da política dos direitos, em que a existência e a dignidade se afirmam pela resistência e pela insurgência (Moulin, 2011, p.147).

Assim, ao passo que Tosi (2004) analisa os direitos humanos como uma construção normativa multigeracional e multifacetada, Moulin (2011) convida a pensar os limites dessa construção, especialmente quando aplicada a sujeitos que desafiam as fronteiras tradicionais da cidadania. Para compor uma compreensão crítica dos direitos humanos, especialmente no campo da educação e do refúgio, é necessário ter uma escuta atenta das experiências de exclusão e resistência, como propõe Moulin. Essa articulação é essencial para evitar que o discurso dos direitos se torne apenas um enunciado normativo, distante das realidades concretas de quem mais precisa ser incluído nele.

3.1.1 A perspectiva antropológica sobre os Direitos Humanos

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012) representam um marco importante na consolidação de uma perspectiva educativa comprometida com a dignidade humana, a igualdade, a diversidade cultural e a justiça social. Elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, essas diretrizes orientam a incorporação transversal da Educação em Direitos Humanos em todos os níveis de ensino, defendendo a construção de uma cultura de direitos que respeite as diferenças e combata todas as formas de discriminação e violência (Brasil, 2012, p.3). Ao propor uma educação crítica e emancipatória, o documento reconhece o papel fundamental da escola na promoção da cidadania e na formação de sujeitos capazes de refletir sobre as condições históricas, sociais e culturais que moldam as experiências humanas. Essas orientações dialogam diretamente com as reflexões antropológicas sobre direitos humanos, ao enfatizar a necessidade de reconhecer a pluralidade de identidades e modos de vida no processo educativo.

No livro “Antropologia e os Direitos Humanos”, Novaes e Lima (2001) fazem uma crítica à expressão “Direitos Humanos”. Segundo os autores, ela pode conter um caráter etnocêntrico, refletindo pretensões universais e hegemônicas que, no entanto, são vinculadas a formações culturais específicas, isto é, a estados, instituições e aparatos de poder situados. Os autores reconhecem que a Antropologia está inserida nessa mesma narrativa histórica que se apresenta como universal, mas que, por outro lado, nos legou uma herança crucial: a capacidade de questionar preconceitos e reconhecer os “direitos” a partir das perspectivas de outras culturas.

Souza (2001) enfatiza que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é composta por um conjunto normativo de caráter moral, nascido em um contexto dominado por ideologias

hegemônicas ocidentais, que marginaliza outras visões culturais. Ao mesmo tempo, Souza (2001) pondera que a Carta é apropriada por grupos minoritários, como uma ferramenta contra as opressões que emergiram do mesmo sistema que criou esses direitos. Este ponto é crucial, pois reflete a capacidade de grupos marginalizados de se reapropriarem de discursos dominantes para reivindicarem direitos e resistir à opressão. O autor sugere que os princípios universais podem ser reinterpretados e expandidos por aqueles que historicamente foram excluídos, desafiando a ordem estabelecida e propondo uma visão mais inclusiva.

Nessa perspectiva, a Antropologia é destacada como um campo fundamental que pode contribuir para essa reinterpretação e aplicação dos direitos humanos de uma maneira que promova o respeito às diferenças culturais. Sobre essas diferenças, Sousa (2001) trabalha com o conceito de “direito cultural e direitos coletivos”, na qual afirma que o feminismo, o multiculturalismo e o discurso pós-colonial, têm em comum além da luta pelo direito à diferença, a busca de direitos baseados na legitimidade de manutenção da própria diferença:

A originalidade destas lutas por direitos diz respeito precisamente a este caráter coletivo do sujeito de direito – o qual não deve ser confundido com os interesses difusos de sujeitos individuais, nem com o sujeito ainda individualizado dos “direitos individuais homogêneos”, definidos como “os de origem comum”. Ao invés do indivíduo do liberalismo, trata-se agora de minorias culturais, étnicas, raciais, sociais ou de gênero, as quais reclamam direitos para seus respectivos grupos. O objeto de disputa de direitos também é peculiar: o direito a uma identidade cultural autêntica e a um processo de subjetivação autônoma, isto é, formação de identidades positivas, baseadas em critérios valorativos próprios (Sousa, 2001, p. 61).

Essas reflexões, oriundas da Antropologia, contribuem para pensar uma Educação em Direitos Humanos crítica, que reconheça a legitimidade da diferença e da diversidade como fundamentos éticos e pedagógicos. Ao mesmo tempo em que problematiza a origem dos direitos humanos, apontando suas limitações, também compreende sua importância para afirmar o valor da diversidade cultural, questionar as desigualdades sociais e defender a justiça social.

3.2 A Antropologia na educação básica e na Educação em Direitos Humanos

A presença de crianças e adolescentes refugiadas e migrantes no Brasil tem trazido grandes desafios educacionais, desde a falta de vagas de matrícula, até a dificuldade de integração. De acordo com o relatório de *Análise de Necessidades de Refugiados e Migrantes - 2023*, publicado pela Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V), em países como Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru, a

escassez de vagas escolares disponíveis é uma das principais dificuldades para o acesso à educação. O relatório traz, ainda, outros desafios que impactam na matrícula e no desempenho das crianças refugiadas e migrantes, tais como: a discriminação, a xenofobia, a violência e a barreira linguística. Para as crianças venezuelanas indígenas, esse desafio é ainda maior¹⁴.

O Censo Escolar de 2022, apontou que 72.930 crianças e jovens venezuelanos estão matriculados no sistema educacional brasileiro. Embora o acesso gratuito à educação pública no Brasil seja garantido por lei, 15% das crianças venezuelanas em idade escolar (6-17 anos) não frequentam a escola. O relatório apresenta que as taxas de crianças fora da escola variam de acordo com diferentes fatores, como idade, sexo, localização e ano de chegada ao Brasil. Segundo o relatório, 30% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão fora da escola (comparado a 6,3% dos brasileiros na mesma faixa etária), e 10% das crianças entre 6 e 14 anos (comparado a 0,3% dos brasileiros na mesma faixa etária), com uma percentagem mais elevada de meninas adolescentes fora da escola (35%) em comparação com meninos adolescentes (25%).

As taxas de abandono escolar são mais elevadas em Roraima e no Amazonas, com 25% de todas as crianças em idade escolar refugiadas e migrantes e 47% dos adolescentes com idades entre os 15 e 17 anos, sem acesso à educação. O cenário mais crítico apresentado no relatório é observado entre as crianças que vivem em abrigos fornecidos pela operação Acolhida em Boa Vista, com 63% sem estarem matriculadas em escolas, em março de 2023. O relatório também apontou que 87% dos refugiados e migrantes da Venezuela com idades entre 18 e 24 anos não frequentam o ensino superior, o que se deve, em maioria, a uma situação econômica precária e à necessidade de priorizar o trabalho em detrimento dos estudos (35%). Essa situação, aliada à ausência de políticas públicas eficazes para a validação de estudos acadêmicos e diplomas obtidos em outro país, impede a inclusão trabalhista justa de jovens profissionais venezuelanos no Brasil.

Diante deste cenário, é necessário pensar estratégias que requerem um esforço coordenado entre governo, escolas, ONGs e a comunidade, visando o enfrentamento destes desafios e buscando construir um ambiente educacional mais inclusivo e acessível para todas as crianças e adolescentes refugiadas e migrantes. Para além da urgente construção e ampliação de escolas em regiões com alta concentração de refugiados, como Roraima e Amazonas, é necessário desenvolver programas de capacitação para professores e para a comunidade escolar,

¹⁴ A escolarização dos imigrantes indígenas nômades Warão no Brasil apresenta uma série de desafios complexos, que vão desde a falta de normativas educacionais específicas até as particularidades culturais e logísticas desses grupos. Essa discussão é analisada no artigo Educação em Trânsito: Os desafios para inclusão de imigrantes indígenas na rede de ensino de Ferreira e Ribeiro (2020).

com foco na sensibilização e no desenvolvimento de habilidades que incluam orientação cultural, aulas de espanhol e português, atividades extracurriculares a fim de facilitar a integração dos estudantes refugiados no sistema educacional. Se torna necessário, ainda, criar serviços de apoio psicológico e social nas escolas visando ajudar crianças e adolescentes a lidar com traumas de deslocamento e integração em um novo ambiente. A escola pode, também, desenvolver projetos para envolver a família e a comunidade local na integração destes alunos no novo ambiente, de maneira mais acolhedora e inclusiva.

Nessa perspectiva de se pensar estratégias para o enfrentamento dos muitos desafios educacionais, tanto dos alunos, quanto dos professores e da comunidade escolar, proponho uma reflexão acerca da disciplina de Antropologia e como ela pode contribuir com a mitigação de alguns desafios apontados. Para isso, desenvolvo a ideia de que a Antropologia e a sensibilidade etnográfica podem ser caminhos para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acessível para pessoas refugiadas e migrantes.

Schweig (2019) em seu artigo *A Etnografia como modo de ensinar e aprender na escola*, afirma que a Antropologia tem se tornado mais presente na educação básica, integrando o componente curricular de Sociologia, que abrange também a Sociologia e a Ciência Política, especialmente no Ensino Médio. De acordo com a autora, a essa presença curricular, soma-se um contexto onde movimentos sociais e políticas públicas destacaram a importância da diversidade na educação, impulsionados por políticas de ações afirmativas e pela Lei n.º 11.645/2008, que incorporou o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos. Como consequência, temas tradicionalmente de interesse para a Antropologia, como relações étnico-raciais, identidade cultural, gênero e direitos humanos passaram a ser incorporados em documentos oficiais, práticas escolares e na formação de professores.

O documento intitulado *Considerações da Associação Brasileira de Antropologia para a Base Nacional Comum Curricular*, elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), destaca que a Antropologia pode contribuir para o aprendizado no ambiente educacional no que se refere a diversidade sociocultural da sociedade brasileira, bem como por meio de elaboração de conteúdos capazes de expressar a dimensão pluriétnica e multilíngue, muitas vezes suprimidas na consciência nacional por violências de diversas ordens (ABA, sem data).

Nessa perspectiva, podemos compreender que a Antropologia pode se constituir como uma importante ferramenta para promover a Educação em Direitos Humanos na escola. Em seu ensino, dentro do componente curricular Sociologia, são discutidos conceitos como

cultura, etnocentrismo e marcadores sociais da diferença. Ressalta-se que já nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 1999, a Antropologia consta como área que fornece

elementos teórico-metodológicos para se pensar as sociedades complexas, a partir de noções como experiências culturais, rede de relações, papéis sociais, que informam o processo de constituição das identidades sociais, num constante fluxo, na maioria das vezes etnocêntrico, de diferenciações, entre nós e os outros (Brasil, 1999, p.40).

É neste contexto que a temática de migração e refúgio pode ser trabalhada na ótica dos direitos humanos. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes do Ensino Médio “desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas” (Brasil, 2018, p. 548). Essa orientação possibilita ao professor provocar debates sobre aspectos importantes para a integração local de pessoas refugiadas e migrantes no ambiente escolar. Dentre esses aspectos, está a necessidade de se assumir um caráter dialético, de via dupla, em relação à adaptação tanto da pessoa refugiada e migrante, quanto à adequação da comunidade local, se ajustando e abrindo espaço para recebê-las com tolerância e com a aceitação dos seus repertórios culturais, linguísticos e religiosos, já enfatizado por Moreira (2015).

O texto da BNCC não define competências e habilidades específicas por disciplinas do Ensino Médio, mas elenca seis grandes competências que devem ser desenvolvidas pelo conjunto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (nas disciplinas de Filosofia, Sociologia, Geografia e História). Além disso, para cada uma dessas seis competências, são listadas um conjunto de habilidades, as quais têm como objetivo definir com mais precisão as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes nessa etapa de ensino (Brasil, 2018, p. 34).

A seguir, propomos um exercício pedagógico que articula as competências da BNCC às temáticas do refúgio e migração, demonstrando como a educação em direitos humanos pode ser viabilizada no cotidiano escolar. Pensando no contexto migratório, na educação em direitos humanos e na contribuição dos saberes da Antropologia, foram elaboradas, para cada uma das seis Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio da BNCC, habilidades específicas a respeito da temática do refúgio e migração.

Quadro 6 - Proposta de habilidades com foco em refúgio e migração que podem ser trabalhadas em sala de aula em conformidade com as Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio da BNCC.

COMPETÊNCIA PREVISTA NA BNCC (BRASIL, 2018, p. 570)	PROPOSTA DE HABILIDADES COM FOCO EM REFÚGIO E MIGRAÇÃO (ELABORAÇÃO PRÓPRIA)		
Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.	Compreender os conceitos de refúgio, deslocados internos e migração, destacando suas diferenças.	Identificar e utilizar fontes confiáveis para argumentação crítica sobre o tema de refúgio e migração.	Refletir sobre o papel das políticas públicas e das instituições nacionais e internacionais na gestão do refúgio e da migração.
	Analisar as causas e consequências dos fluxos migratórios e de refúgio em diferentes contextos históricos e geográficos.	Incentivar a empatia e o respeito à diversidade cultural através da escuta e das experiências de pessoas refugiadas e migrantes.	
Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.	Compreender o processo de formação de territórios e fronteiras ao longo da história e sua relação com o refúgio e a migração.	Identificar o papel geopolítico dos Estados-nações na definição e controle das fronteiras.	Desenvolver uma visão crítica sobre as consequências da formação de fronteiras rígidas para a mobilidade humana.
	Analisar o impacto das fronteiras e territórios na vida de refugiados e migrantes.	Refletir sobre as questões éticas e humanitárias associadas ao controle de fronteiras e à gestão de fluxos migratórios.	
Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.	Compreender as principais causas da crise climática.	Analisar como as mudanças climáticas influenciam os fluxos migratórios e situações de refúgio.	Propor alternativas que promovam a ética socioambiental e o consumo responsável, considerando os desafios da crise climática.
	Compreender o fenômeno dos deslocamentos populacionais causados por questões climáticas e ambientais.	Avaliar os impactos socioambientais e econômicos da crise climática em diferentes regiões.	

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.	Compreender como os fluxos migratórios e a condição de refúgio impactam as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios.	Discutir as transformações sociais, econômicas e culturais provocadas pela inserção de pessoas refugiadas e migrantes no mercado de trabalho.	Avaliar criticamente as políticas públicas e as práticas empresariais relacionadas à inclusão de pessoas refugiadas e migrantes no mercado de trabalho.
	Analisar o papel do trabalho e do capital na integração e exclusão de pessoas refugiadas e migrantes nos países de acolhimento.	Compreender as dificuldades e desafios da pessoa refugiada e migrante na busca por um emprego compatível com sua formação e experiência.	
Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.	Compreender as principais causas e consequências da xenofobia e da violência contra refugiados e migrantes.	Discutir os princípios dos direitos humanos na perspectiva antropológica, e como eles podem ser aplicados na proteção e inclusão de refugiados e migrantes.	Desenvolver propostas e ações que promovam a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas refugiadas e migrantes, combatendo a xenofobia e a violência.
	Analisar situações de injustiça enfrentadas por pessoas refugiadas e migrantes em diferentes contextos sociais e culturais.	Discutir os diferentes tratamentos e projeções da mídia mundial para pessoas refugiadas e migrantes de diferentes regiões e etnias.	
Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	Compreender os desafios enfrentados por pessoas refugiadas e migrantes em diferentes contextos sociais e políticos.	Refletir sobre o papel da cidadania e da responsabilidade social na formulação de opiniões e na tomada de decisões sobre questões de refúgio e migração.	Desenvolver propostas para as instâncias de participação como conferências, em defesa da pessoa refugiada e migrante.
	Participar de debates públicos de forma crítica e informada, respeitando diferentes opiniões e posições.	Aplicar conceitos de liberdade, autonomia e consciência crítica na construção de argumentos e na defesa de posições em debates públicos.	

Elaboração própria a partir da BNCC (Brasil, 2018, p. 570).

O objetivo deste quadro é dar visibilidade à temática do refúgio e migração, sua complexidade e multidimensionalidade, evidenciando como o seu tratamento na escola vai ao encontro dos objetivos de aprendizagem previstos para as Ciências Humanas e Sociais no

Ensino Médio e para a Educação em Direitos Humanos. Além disso, o exercício de elencar habilidades específicas visa auxiliar os(as) educadores(as) a elaborar seus planejamentos didáticos de modo a incluir a temática do refúgio e migração no cotidiano dos debates da escola.

Em consonância com esses objetivos, como resultado desta pesquisa, foi também desenvolvido um jogo de tabuleiro que tem como objetivo aproximar os estudantes do Ensino Médio das temáticas de refúgio e migração, por meio de uma proposta pedagógica que articula os saberes da Antropologia à Educação em Direitos Humanos. A escolha por essa metodologia se deu a partir da constatação de que estratégias pedagógicas participativas, sensíveis às experiências de vida dos sujeitos, podem favorecer o envolvimento dos estudantes e a construção de uma escuta ativa, essencial para o trabalho com as diferenças.

O jogo busca sensibilizar os estudantes para os desafios enfrentados por pessoas refugiadas e migrantes, com foco em suas jornadas, suas perdas e seus recomeços. A proposta se ancora na compreensão de que o ensino dos direitos humanos demanda não apenas a transmissão de conteúdos conceituais, mas também o desenvolvimento da empatia, da reflexão crítica e da capacidade de dialogar com o outro a partir de sua alteridade. Nesse sentido, o jogo atua como uma ferramenta de mediação que estimula o pensamento ético e a valorização da diversidade cultural.

Importa ressaltar que o jogo não se encerra em si mesmo. Ele é acompanhado de uma “Orientação para Educadores(as)”, que funciona como suporte pedagógico e amplia as possibilidades de uso do material em sala de aula. Essa orientação inclui um glossário com os principais termos relacionados à temática do refúgio, além de sugestões de perguntas, dinâmicas e caminhos para promover reflexões e trocas entre os estudantes. Dessa forma, reconhece-se o papel central do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem e como sujeito ativo na promoção da Educação em Direitos Humanos.

A proposta foi pensada para ser sensível à realidade das escolas públicas, com linguagem acessível, recursos de fácil impressão e adaptação, e a possibilidade de ser aplicada em diferentes contextos, respeitando o tempo e a autonomia de cada docente. Assim, o jogo se apresenta como um instrumento prático e reflexivo, capaz de contribuir com a construção de um espaço escolar mais acolhedor, plural e comprometido com a dignidade humana.

CAPÍTULO 4 – MINHA VIDA EM REFÚGIO: JOGO DE TABULEIRO

4.1 O jogo como estratégia pedagógica para a Educação em Direitos Humanos

Como um jogo de tabuleiro pode se utilizar da abordagem antropológica para ensinar sobre direitos humanos, promovendo tanto a valorização de refugiados quanto o combate à xenofobia? A partir dessa questão, desenvolveu-se o jogo de tabuleiro *Minha Vida em Refúgio*, concebido como parte integrante desta dissertação — *Antropologia e Educação em Direitos Humanos: estratégias pedagógicas a partir de etnografia com famílias refugiadas venezuelanas* —, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência (Promestre) da Faculdade de Educação da UFMG.

O jogo foi desenvolvido visando explorar caminhos pedagógicos para abordar os direitos humanos, especialmente a temática de refúgio e migração, nas aulas de Sociologia, Geografia, História, Filosofia, ou seja, disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, considerando os conhecimentos de Antropologia, para alunos do ensino médio. A pesquisa e o desenvolvimento deste produto educacional foram concebidos objetivando fomentar reflexões sobre as vivências de pessoas em migração forçada, a fim de promover o respeito, a empatia, a valorização da multiculturalidade e o combate à xenofobia.

Inicialmente inspirado no clássico *Jogo da Vida*, o jogo *Minha Vida em Refúgio* busca oferecer aos participantes a oportunidade de vivenciar, por meio de uma experiência educativa, os desafios enfrentados pela população refugiada ao chegar a um novo país. Situações como a busca por direitos básicos (emprego, estudo, integração social, acesso a serviços humanitários) e as dificuldades enfrentadas (barreira linguística, xenofobia, risco de ser cooptado para o trabalho análogo à escravidão) são exemplos de vivências narradas nesta pesquisa e espelhadas no jogo *Minha Vida em Refúgio*. A dinâmica do jogo ocorre por meio de escolhas que promovem um envolvimento ativo dos jogadores na construção de cenários diversos e reflexivos e por cartas de sorte ou azar.

O embasamento teórico para o desenvolvimento deste jogo apoia-se na obra clássica *Homo Ludens*, de Huizinga (2010), que define o jogo como uma atividade anterior à própria cultura, essencial para o desenvolvimento humano. Huizinga (2010) atribui ao jogo um papel formativo e educativo que vai além do mero entretenimento, destacando sua capacidade de moldar comportamentos e valores sociais. Essa perspectiva reforça o potencial dos jogos como ferramentas pedagógicas eficazes para promover a reflexão crítica sobre questões sociais complexas, como o refúgio e a migração.

Complementarmente, a metodologia aplicada na construção do jogo baseou-se nas orientações de La Carretta (2018). Em seu livro, *Como Fazer Jogos de Tabuleiro: Manual Prático*, o autor sugere utilizar as ideias de Jeff Howard (2008) para estruturar os jogos, utilizando quatro elementos fundamentais: espaço, atores, itens e desafios. Esses componentes foram integrados à concepção do *Minha Vida em Refúgio*, a fim de assegurar que as mecânicas e dinâmicas do jogo proporcionassem uma simulação envolvente das experiências de pessoas refugiadas, destacando a importância da ação e da tomada de decisão no processo de aprendizagem.

A escolha do jogo de tabuleiro como ferramenta pedagógica justifica-se por sua capacidade de promover um aprendizado ativo e experiencial (Vygotsky, 1988). Diferentemente de metodologias tradicionais, como aulas expositivas ou leituras dirigidas, os jogos permitem que os alunos se envolvam emocionalmente com o conteúdo (Sousa, 2019), vivenciando dilemas e tomadas de decisão que refletem a realidade dos refugiados, sujeitos da presente pesquisa. Esse envolvimento não apenas facilita a compreensão de conceitos complexos, mas também promove o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, cooperação e pensamento crítico, essenciais para a Educação em Direitos Humanos.

Foi elaborado, além do manual do jogo, uma “Orientação para Educadores(as)” para auxiliá-los em sala de aula, contendo: a) um glossário com termos-chave sobre refúgio e migração, para subsidiar o docente no aprofundamento teórico; b) propostas de discussão com a turma, relacionadas aos possíveis cenários ao final do jogo, como subsídio ao professor para o fomento da análise crítica das experiências vivenciadas ao jogar.

É importante ressaltar que o produto educacional aqui apresentado foi planejado conforme os objetivos de aprendizagem do ensino médio descritos na BNCC (2018), considerando especialmente a orientação sobre a importância da mobilização de diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, entre outras) e a promoção de atitudes éticas e cooperativas (Brasil, 2018, p. 562). Além disso, também foram consideradas as habilidades propostas pela autora desta dissertação, no item 3.2, no capítulo 3, sobre refúgio e migração. Nesse sentido, o jogo permite trabalhar os conteúdos e habilidades interdisciplinarmente, utilizando elementos lúdicos para conectar os jovens às vivências e desafios de grupos historicamente marginalizados.

O jogo de tabuleiro *Minha Vida em Refúgio* não apenas reflete a essência desta pesquisa, mas também concretiza um dos principais objetivos do mestrado profissional: devolver à sociedade um recurso educacional que promova transformações significativas no processo de

ensino-aprendizagem, conforme apontado por Zaidan, Ferreira e Kawasaki (2018). Assim, espera-se que este produto inspire educadores a ampliar o repertório de metodologias ativas e a integrar temas de relevância social em suas práticas pedagógicas.

4.2 Considerações Teóricas

Inspirado no conceito formulado por Huizinga (2010), de que o jogo não apenas compõe a cultura, mas a constitui em sua essência, podemos afirmar que a ludicidade se apresenta como um mecanismo legítimo para promover a aprendizagem e o desenvolvimento de uma consciência ética e crítica sobre o fenômeno do refúgio e da migração. Huizinga (2010) destaca que o jogo não é apenas um passatempo, mas um dos pilares estruturantes da cultura. Ele está presente nos rituais religiosos, na poesia, na guerra e no desenvolvimento da justiça e da filosofia. Conforme afirma o autor, "a cultura surge no jogo, e enquanto jogo, para nunca mais perder esse caráter" (Huizinga, 2010, p. 193).

A BNCC orienta o desenvolvimento de metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, a fim de "trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem" (Brasil, 2018, p. 17). Isso nos faz refletir que o *Minha Vida em Refúgio* pode ser compreendido não apenas como um recurso didático, mas também como um espaço simbólico no qual os jogadores experienciam uma realidade alternativa, análoga à vivência dos refugiados. Esse "círculo mágico" (Huizinga, 2010) permite que os participantes se envolvam ativamente no processo de aprendizagem, ao invés de apenas receberem informações passivamente. Assim, o jogo não apenas representa a cultura, mas se insere nela como ferramenta de transformação e reflexão crítica.

A estrutura de *Minha Vida em Refúgio* subverte a lógica tradicional dos jogos de tabuleiro, como *O Jogo da Vida*, em que o objetivo é acumular bens e status social para vencer. No jogo aqui desenvolvido, o sucesso não se dá pela acumulação de riquezas, mas pela superação das adversidades impostas pelo deslocamento forçado. Essa inversão dialoga com a crítica de Huizinga (2010) à racionalização extrema da cultura moderna, que reduziu o jogo a um espaço de competição estrita e eficiência calculada. Em contraste, *Minha Vida em Refúgio* busca resgatar a dimensão simbólica do jogo como experiência cultural significativa, na qual os participantes não apenas competem, mas também cooperam, refletem e internalizam novos saberes e perspectivas sobre a realidade.

Ao considerar o jogo não apenas como ferramenta didática, mas como um fenômeno cultural estruturante, reafirma-se a importância da ludicidade na Educação em Direitos

Humanos. Dessa forma, *Minha Vida em Refúgio* se apresenta como uma proposta inovadora, que se alinha às diretrizes da BNCC e amplia o repertório metodológico dos educadores comprometidos com uma prática pedagógica crítica e transformadora.

Essa proposta dialoga diretamente com a visão ética e educativa de Humberto Maturana (2002), especialmente no que se refere à ideia de que a ética não nasce de argumentações racionais, mas da emoção do amor, da incorporação do outro em nosso mundo de aceitação: "A preocupação ética, como preocupação com as consequências que nossas ações têm sobre o outro, é um fenômeno que tem a ver com a aceitação do outro e pertence ao domínio do amor." (Maturana, 2002, p. 72)

Nesse sentido, o jogo se apresenta como uma estratégia pedagógica alinhada à visão de Maturana (2002), ao promover uma experiência emocionalmente engajada e vivencial, que estimula a empatia e a reflexão. Ao se colocar no lugar de uma pessoa refugiada, o jogador é provocado a sentir, ainda que simbolicamente, os desafios da migração forçada, ampliando seu domínio de aceitação mútua. Essa abordagem experiencial ultrapassa os limites da racionalidade argumentativa e propicia o florescimento de uma consciência ética, como propõe Maturana.

Embora La Carretta (2018) proponha que o processo de criação de jogos de tabuleiro seja orientado inicialmente pela definição de mecânicas e dinâmicas, para posteriormente integrar uma narrativa, o desenvolvimento do jogo *Minha Vida em Refúgio* seguiu um caminho inverso. A concepção do jogo partiu das narrativas etnográficas construídas durante a pesquisa de campo com famílias refugiadas venezuelanas, as quais foram transformadas em percursos simbólicos para a experiência lúdica. Assim, a prioridade foi respeitar a densidade e a complexidade das trajetórias humanas documentadas, buscando traduzir seus desafios, escolhas e experiências em elementos de jogo que pudessem promover a reflexão crítica e o desenvolvimento de competências socioemocionais. Dessa forma, ainda que o método de La Carretta ofereça contribuições importantes para a sistematização da criação de jogos, no contexto desta dissertação o processo de design foi orientado por princípios éticos e educativos próprios da pesquisa antropológica e da Educação em Direitos Humanos.

4.3 Construção do Jogo “Minha Vida em Refúgio” como Ferramenta Educativa

No início do desenvolvimento deste recurso educacional, a ideia era criar um jogo de RPG (*Role-Playing Game*) que permitisse aos alunos assumirem papéis de pessoas refugiadas, explorando suas histórias e desafios em uma experiência imersiva. No entanto, ao considerar as

demandas práticas e pedagógicas do ambiente escolar, especialmente no ensino médio, tornou-se evidente que o formato do RPG apresentava limitações significativas para sua replicação em sala de aula.

O RPG é um jogo de interpretação de papéis no qual os participantes criam personagens e desenvolvem narrativas colaborativas, mediadas por um mestre (ou narrador) que guia a história e controla os desafios. Esse formato oferece uma liberdade criativa rica, mas também demanda tempo prolongado para o desenvolvimento das histórias, além de exigir uma preparação prévia complexa. A necessidade de um mestre experiente, capaz de gerenciar a dinâmica e adaptar os desafios em tempo real, representa outra barreira para a implementação do RPG em contextos escolares, onde os professores já enfrentam limitações de tempo e recursos.

Diante desses desafios, a escolha pelo jogo de tabuleiro *Minha Vida em Refúgio* foi orientada pela busca de uma metodologia que facilitasse sua replicação em diferentes contextos escolares. Os jogos de tabuleiro, ao contrário dos RPGs, possuem regras mais estruturadas e dinâmicas mais controladas, o que permite sua aplicação em tempos de aula limitados, sem a necessidade de um facilitador especializado. A simplicidade relativa das mecânicas do jogo de tabuleiro também garante que os alunos possam participar ativamente, independentemente de suas habilidades prévias, promovendo um ambiente inclusivo e colaborativo.

Com o jogo de tabuleiro, é possível atingir os mesmos objetivos pedagógicos de maneira mais eficiente e adaptável ao cotidiano escolar. Essa escolha reforça o compromisso com a criação de recursos educacionais que não apenas estimulem a reflexão crítica sobre questões sociais complexas, mas que também sejam acessíveis e viáveis para uso em sala de aula, contribuindo para a formação cidadã dos alunos no Ensino Médio.

A escolha pelo jogo de tabuleiro veio acompanhada do desejo de criar um grande cenário (60cm X 60cm), de tecido, com ilustração dos mapas do Brasil e Venezuela, e elementos que remetem à cultura, culinária e locais relevantes, dos dois países, sendo essa a ideia inicial para a composição do tabuleiro do jogo. No verso deste tecido ilustrado, planejei costurar uma colcha de retalho, produzida a partir de retalhos trabalhados pelas várias mãos das interlocutoras que dão vida a essa dissertação. Os peões do jogo seriam criados de amigurumi (técnica de artesanato que combina crochê ou tricô para criar personagens).

Essa composição alimentou minhas ideias até o momento em que tive contato com o livro de Marcelo La Carretta (2018), *Como Fazer Jogos de Tabuleiro: Manual Prático*. Após estudar o manual, percebi que a composição inicialmente pensada dificultaria sua aplicação

com eficiência no cotidiano escolar. Essa opção não se mostra muito acessível e viável para uso em sala de aula, considerando a complexidade da produção dos componentes do jogo. La Carretta (2018) afirma que os jogos devem ser fáceis de serem reproduzidos, dessa forma o design do jogo foi repensado para de fato ser acessível ao ter um formato de "*print and play*", de modo que a professora possa facilmente imprimir as peças do jogo e levar para sala de aula. A complexidade do tabuleiro, inicialmente idealizado, também foi simplificado e esse ajuste não comprometeu a profundidade da experiência lúdica, mas a tornou mais compatível com a realidade dos professores e alunos do ensino médio.

Embora o formato RPG tenha sido abandonado, a essência do *storytelling* foi preservada no desenvolvimento do jogo de tabuleiro. Contudo, diferentemente da narrativa linear presente em livros ou filmes, os jogos permitem que as histórias se desenvolvam a partir das decisões dos próprios jogadores, criando o que Jeff Howard define como *Quests*. Segundo Howard (2008), uma *Quest* é uma jornada em que o jogador, ao interagir com o ambiente e enfrentar desafios, constrói sua própria trajetória em busca de um objetivo significativo. Essa estrutura foi adaptada para o *Minha Vida em Refúgio*, onde cada jogador escolhe entre diferentes percursos que simulam as vivências de pessoas refugiadas.

Cada trajetória do jogo é composta por cartas de decisões que apresentam dilemas reais enfrentados por migrantes, como barreiras linguísticas, acesso a direitos básicos, ou xenofobia. As escolhas feitas durante o jogo não apenas alteram o curso da narrativa de cada personagem, mas também geram impactos coletivos, promovendo discussões em grupo sobre solidariedade e estratégias de sobrevivência e superação. Assim, espera-se que o jogo *Minha Vida em Refúgio* seja uma ferramenta que leve os jogadores a tomarem decisões estratégicas, conduzindo-os a uma reflexão crítica, permitindo-os vivenciar, de forma lúdica, os desafios enfrentados por refugiados e migrantes.

Para uma melhor compreensão da estrutura do jogo e de seu funcionamento em sala de aula, apresenta-se a seguir um resumo da dinâmica geral de “Minha Vida em Refúgio”, destacando a interação entre tabuleiro, cartas, fichas e decisões dos jogadores.

4.3.1 Dinâmica e Funcionamento do Jogo Minha Vida em Refúgio

O jogo *Minha Vida em Refúgio* é estruturado para simular a jornada de famílias refugiadas venezuelanas em direção ao Brasil, promovendo a reflexão crítica sobre direitos humanos, xenofobia, multiculturalismo e integração social. Cada jogador assume o papel de um

personagem ou família e inicia sua trajetória a partir do território venezuelano, avançando pelo tabuleiro que representa os dois países.

Durante a partida, cada jogador escolhe uma entre duas trajetórias possíveis, compostas por 11 cartas de percurso, que narram eventos e dilemas reais inspirados nas vivências de refugiados. A cada rodada, o jogador lê a carta correspondente à sua trajetória, faz uma escolha, podendo avançar ou não no tabuleiro, enfrentando situações que exigem escolhas estratégicas. Cada decisão pode resultar em ganhos ou perdas de fichas, que representam elementos como saúde, recursos financeiros, apoio social, dentre outros. O jogo termina quando todos os jogadores chegam ao destino final no Brasil e vence aquele que acumular a maior quantidade de fichas positivas.

Essa dinâmica busca promover a internalização crítica dos dilemas enfrentados pelas pessoas em situação de refúgio, estimulando a empatia, a tomada de decisão ética e o debate sobre direitos humanos no ambiente escolar.

4.4 *Playtest* do Jogo Minha Vida em Refúgio

A importância do *playtest* no processo de criação de jogos de tabuleiro é amplamente discutida por La Carretta (2018), que o define como uma etapa essencial para a identificação de inconsistências mecânicas, problemas de design e necessidades de ajustes nas dinâmicas propostas. Segundo o autor, o *playtest* deve ocorrer tanto em fases iniciais, com protótipos simples testados entre os próprios criadores, quanto em momentos mais avançados, com a aplicação do jogo em grupos representativos do público-alvo. Após a impressão inicial dos componentes (fase denominada *Print Playtest*), é necessário verificar se o jogo suporta uma partida completa e se proporciona a experiência desejada.

La Carretta (2018) ressalta, ainda, que a diversidade de perfis entre os jogadores-testes, incluindo crianças, jogadores casuais e especialistas, contribui para um diagnóstico mais robusto, trazendo perspectivas complementares e críticas valiosas para a melhoria do jogo. Assim, o processo interativo de testagem e aprimoramento se apresenta como elemento central para assegurar que o jogo não apenas entretenha, mas também cumpra seus objetivos pedagógicos e sociais.

A etapa de *playtest* constituiu uma fase fundamental para a validação e o aprimoramento do jogo de tabuleiro *Minha Vida em Refúgio* como recurso educacional voltado à Educação em Direitos Humanos. O *playtest* foi realizado com alunos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Faculdade de Educação (FaE),

no âmbito do projeto de extensão “Ateliê de Ciências Sociais e Ensino”, coordenado pela professora Grazielle Schweig. Ele teve como objetivo principal verificar a clareza das regras, a coerência das mecânicas e a capacidade do jogo de estimular a reflexão crítica acerca das experiências de refúgio e migração forçada.

Durante a sessão de testes, os participantes jogaram utilizando o material desenvolvido: tabuleiro, cartas de percurso, peões e fichas —, seguindo as instruções apresentadas no manual do jogo. O acompanhamento direto da partida permitiu observar o nível de engajamento dos jogadores, as interpretações das cartas, a dinâmica das decisões e a fluidez geral da experiência lúdica. Posteriormente, foi realizada uma roda de conversa com os participantes para a coleta de impressões qualitativas sobre o conteúdo temático e a experiência de jogo.

As observações e os relatos obtidos revelaram que o Jogo *Minha Vida em Refúgio* favorece a construção de empatia em relação às trajetórias de pessoas refugiadas, proporcionando uma vivência simbólica dos desafios enfrentados no deslocamento forçado. No entanto, os participantes também apontaram aspectos que necessitavam ajustes, como a necessidade de maior clareza em algumas cartas de percurso e o reequilíbrio na quantidade inicial de fichas atribuídas aos personagens, a fim de tornar a experiência mais fluida e realista. Essas contribuições foram incorporadas ao aprimoramento final do jogo.

A prática do *playtest* reforçou o papel do jogo como mediador simbólico da aprendizagem, em consonância com a perspectiva de Vygotsky (1988). Para o autor, as funções psicológicas superiores se desenvolvem por meio de interações sociais mediadas por instrumentos culturais. Embora tenha tratado prioritariamente do brinquedo na infância, sua teoria sustenta que jogos simbólicos, como *Minha Vida em Refúgio*, ao articular narrativas e decisões estratégicas, favorecem a internalização de novos saberes e o desenvolvimento do pensamento crítico, ao colocar os participantes em interação com signos, regras e outros jogadores.

A experiência do *playtest* também evidenciou a materialização do “círculo mágico” descrito por Huizinga (2010). Ao se envolverem na dinâmica lúdica, os participantes adentraram um espaço simbólico separado da realidade cotidiana, no qual puderam experimentar situações de vulnerabilidade, tomada de decisão e solidariedade de forma segura e reflexiva. Essa suspensão momentânea da realidade, característica dos jogos enquanto fenômenos culturais, permitiu aos jogadores compreenderem de maneira mais profunda as dificuldades enfrentadas por pessoas refugiadas.

Por fim, o *playtest* reafirmou o potencial de *Minha Vida em Refúgio* para a formação crítica e cidadã dos estudantes, ao estimular a problematização de temas como xenofobia, desigualdade, direitos humanos e acolhimento. A prática lúdica mediada no ambiente educacional demonstrou ser uma estratégia eficaz para promover não apenas o aprendizado cognitivo, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, cooperação e responsabilidade social — pilares essenciais para uma educação em direitos humanos transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo investigar de que modo a compreensão antropológica e etnográfica das trajetórias de famílias refugiadas venezuelanas no Brasil pode subsidiar uma Educação em Direitos Humanos na escola básica. A pesquisa se desenvolveu a partir de uma abordagem qualitativa, etnográfica e autoetnográfica, valendo-se de observação participante, entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e bibliográfica, me permitindo uma aproximação sensível e aprofundada com os sujeitos da investigação.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa evidenciam que a escuta das experiências de vida de refugiados e migrantes, bem como a análise das marcas subjetivas da migração forçada, contribuem significativamente para a construção de práticas pedagógicas mais empáticas, críticas e comprometidas com os direitos humanos. Ao mobilizar os referenciais teóricos da Antropologia, em especial os aportes de autoras como Veena Das, Gloria Anzaldúa e Esther Pineda, foi possível compreender como as violências sofridas por essas populações se inscrevem no cotidiano e nos corpos, exigindo abordagens educativas que reconheçam as múltiplas formas de sofrimento e resistência.

A investigação também revelou a importância de desconstruir visões assimilacionistas e unilaterais sobre o refúgio, reafirmando a necessidade de uma integração que respeite as singularidades culturais, linguísticas e subjetivas dos sujeitos. A partir das narrativas etnográficas e autoetnográficas construídas com os interlocutores da pesquisa, foram visibilizadas trajetórias marcadas por exclusões, mas também por estratégias de reinvenção e reexistência.

Como produto educacional, a pesquisa apresentou um quadro de habilidades articuladas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o jogo de tabuleiro *Minha Vida em Refúgio*, voltado à Educação em Direitos Humanos no Ensino Médio. O jogo, inspirado nas histórias reais das famílias acompanhadas, foi concebido como ferramenta lúdica capaz de fomentar a empatia, a escuta ativa e o pensamento crítico entre os estudantes, promovendo o respeito à diversidade e o combate à xenofobia.

A trajetória da pesquisa evidenciou, ainda, o papel formativo da Antropologia na prática pedagógica e na atuação profissional junto a populações em situação de vulnerabilidade. Esta dissertação foi construída com especial atenção à atuação de professoras e professores da educação básica, na medida em que se reconhece o papel fundamental dessa etapa da escolarização na formação crítica e cidadã dos estudantes. Espera, portanto, contribuir com

práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos e acessíveis ao cotidiano docente. Além disso, o percurso investigativo resultou, também, em uma revisão da minha própria postura frente às práticas de acolhimento, profissional e de pesquisadora, reafirmando a importância de uma escuta comprometida e de ações que considerem as dimensões éticas, políticas e subjetivas do refúgio.

Sugere-se, para pesquisas futuras, o desenvolvimento de investigações que explorem a aplicação do jogo de tabuleiro em diferentes contextos escolares, bem como estudos que ampliem o uso de metodologias participativas e etnográficas na educação em direitos humanos. Além disso, destaca-se o potencial de novas pesquisas sobre a atuação de professores e da gestão escolar frente à crescente presença de crianças e adolescentes refugiados nas escolas brasileiras.

Conclui-se, assim, que a compreensão antropológica das experiências de refúgio pode constituir uma via potente para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às desigualdades e mais comprometidas com a dignidade humana. Ao valorizar as narrativas, a escuta e o reconhecimento do outro, reafirma-se o papel da escola como espaço de formação ética, cidadã e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Acnur no Brasil**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **ACNUR Brasil fornece Unidades de Habitação Emergencial para apoiar enfrentamento à COVID-19 na América Latina**. [S. l.], 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-brasil-fornece-unidades-de-habitacao-emergencial-para-apoiar>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR)**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/autonomia-e-integracao-local-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-acolhidos-nos-abrigos-em> Acesso em: 10 ago. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Aumento do número de mulheres e crianças venezuelanas vindo para o Brasil ressalta necessidade de políticas públicas inclusivas**. [S. l.], 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/aumento-do-numero-de-mulheres-e-criancas-venezuelanas-vindo-para-o>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Conheça os abrigos que acolhem refugiados e migrantes em Roraima**. [S. l.], 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-em-roraima> . Acesso em: 10 ago. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Crise de refugiados da Síria explicada**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.unrefugees.org/news/syria-refugee-crisis-explained/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Diante da crise de deslocamento sem precedentes, países das Américas seguem oferecendo exemplos de solidariedade e integração**. [S. l.], 2025a. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-a-imprensa/diante-da-crise-de-deslocamento-sem-precedentes-paises-das-americas>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Global trends: forced displacement in 2022**. Geneva: UNHCR, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>. Acesso em: 5 maio 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil**: Sumário de um Policy Research Working paper do Banco Mundial. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://share.google/qcNa1Y9QRzTo55XDS> Acesso em: 10 ago. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Painel de Interiorização**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-acnur-e-oim-lancam-painel-sobre-integracao-e-interiorizacao-de-venezuelanos-no-brasil> Acesso em: 10 ago. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Perfil dos abrigos em Roraima**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTlk2MS00YmY3LWYyY2tMGm1Y2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBJLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Acesso em: 23 set. 2024.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Tendências Globais: deslocamento forçado em 2024**. Copenhague: ACNUR, 2025b. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2024>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ANZALDÚA, Gloria E. Como domar uma língua selvagem. Tradução: Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 39, p. 297-309, 2009. Disponível em: <https://share.google/DNBJBIZCVNABBSWPQ> Acesso em: 20 set. 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). **Base Nacional Comum Curricular: uma visão antropológica**. [S. l.]: ABA, 2017. Disponível em: https://portal.abant.org.br/images/Noticias/Base_Nacional_Comum_Curricular_ABA-1.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

BBC. **Por que Trump revogou status legal de mais de meio milhão de imigrantes de países da América Latina**. BBC News Brasil, 22 mar. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c7vzggrlq58o>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 9.285, de 15 de fevereiro de 2018**. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9285&ano=2018&ato=8e8QzZq5UeZpWT9c9>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 9.970, de 14 de agosto de 2019**. Altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017 [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9970.htm. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.684, de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113684.htm. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 820, de 15 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/132234>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Acolhida**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias/operacao-acolhida>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC, 1999. Disponível em: <https://share.google/y8rKTENC2m0MpnQaL>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério do Trabalho e Emprego. Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). **Refúgio em Números 2023**: dados de 2022. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: <https://share.google/SP9w7J8DqlBBqlvXG>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Painel de Interiorização**. Brasília, DF: MDS, 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: [informar a data do seu último acesso].

BRASIL. Ministério Público Federal. **DPU e MPF acionam poder público por desativação repentina de abrigo em Roraima**. MPF, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rr/sala-de-imprensa/noticias-rr/dpu-e-mpf-acionam-poder-publico-por-desativacao-repentina-de-abrigo-em-roraima>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 maio 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CAETANO, Bianca R. A. **O reconhecimento pelo Brasil de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela**. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI: 10.11606/D.101.2023.tde-24102023-112857. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-24102023-112857/pt-br.php>.

Acesso em: 15 ago. 2024.

CARRETTA, Marcelo La. **Como fazer jogos de tabuleiro: manual prático**. Curitiba: Appris, 2021.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. (Série Migrações). Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em:

<https://share.google/7Kx0aN9OsaZrsrDWG> Acesso em: 4 jun. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. (Série Migrações). Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-anuais/obmigra-10-anos-pesquisa-dados-e-contribicoes-para-politicas-relatorio-anual-2023>. Acesso em: 11 maio 2025.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2024**. (Série Migrações). Brasília, DF: OBMigra, 2024. Disponível em:

<https://share.google/4B1hPLpEEMTM1AAWL> Acesso em: 11 maio 2025.

CHOULIARAKI, Lilie. **Wronged: The Weaponization of Victimhood**. New York: Columbia University Press, 2024. Disponível em> <https://share.google/cNbSvDblhbO4xoutR> Acesso em 20 ago. 2025.

CIBERCUBA. **Trump revoca estatus legal a beneficiarios de ‘parole’ humanitario**.

Cibercuba, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://pt.cibercuba.com/noticias/2025-03-21-u1-e43231-s27061-nid299352-trump-revoca-estatus-legal-beneficiarios-parole>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. Disponível em:

<https://share.google/hPmUmtHC6o9KCqNWS> Acesso em 20 ago. 2025.

CNN BRASIL. **Governo Trump revoga status legal de 530 mil imigrantes nos EUA**. CNN Brasil, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-trump-revoga-status-legal-de-530-mil-imigrantes-nos-eua/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

DAS, Veena. **Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA SOBRE REFUGIADOS. Colóquio sobre a Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá. Cartagena das Índias, Colômbia, 19-22 nov. 1984. Disponível em:

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.) *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. Disponível em: <https://share.google/SIPHKmPjeQ6xh8BPs> Acesso em 22 ago. 2025

ENTRE TERRAS. Direção: Amanda Schettino. Produção: Amanda Schettino. Belo Horizonte: [s. n.], 2023. Documentário (12 min). Disponível em: [https://www.behance.net/gallery/129833089/Entre-Terras-Curta-Documentario-\(Teaser\)](https://www.behance.net/gallery/129833089/Entre-Terras-Curta-Documentario-(Teaser)) Acesso em: 9 mar. 2025.

FERNANDES DE CARVALHO JUNIOR, Eládio. ANTROPOLOGIA DA MORTE: Uma ficção etnográfica que habita as fronteiras entre o real e o imaginário. **Novos Debates**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 1–30, 2024. DOI: 10.48006/2358-0097/V9N2.E9206. Disponível em: <https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/376>. Acesso em: 2 set. 2024.

FERREIRA, Simone Santana; RIBEIRO, Alan Augusto. Educação em trânsito: os desafios para inclusão de imigrantes indígenas na rede de ensino. In: COLARES, Ana; RODRIGUES, Gleidson; COLARES, Maria Imbiriba Sousa (org.). **Educação e realidade amazônica**. v. 5. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2020. p. 207-232. Disponível em: https://www.academia.edu/82798509/Educa%C3%A7%C3%A3o_Em_Tr%C3%A2nsito_Os_Desafios_Para_Inclus%C3%A3o_De_Imigrantes_Ind%C3%ADgenas_Na_Rede_De_Ensino. Acesso em: 26 jun. 2025.

FONSECA, Cláudia. Preparando-se para a vida: reflexões sobre escola e adolescência em grupos populares. **Em aberto**, Brasília, DF, ano 14, n. 61, p. 144-155, jan./mar. 1994. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2260/1999>. Acesso em: 4 jun. 2023.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-71, jan./abr. 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

FONSECA, Claudia. Deslocando o Gene: o DNA entre outras tecnologias de identificação familiar. **Mana**, v. 22, n. 1, p. 133–156, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/PtytHZxj5qvRMwdzLLjL4Mq/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: UNICEF, 2022. Disponível em: <https://share.google/B0caqoA49I4dCsTiv> Acesso em: 27 mar. 2025.

GEERTZ, Clifford. **Estar lá**: a antropologia e o cenário da escrita. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012003000200012>

HOWARD, Jeff. **Quest**: design, theory, and history in games and narratives. Boca Raton: A K Peters/CRC Press, 2008.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

INGOLD, Tim; ALMEIDA, Rafael Antunes. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 222–228, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/140192>. Acesso em: 2 ago. 2024.

ISER, Wolfgang. **O Fictício e o Imaginário**: Perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996.

JUNGER DA SILVA, Gustavo *et al.* **Refúgio em Números**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

LAFER, Celso. A ONU e os direitos humanos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 169-185, 1995. DOI: 10.1590/S0103-40141995000300016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8895>. Acesso em: 19 set. 2025.

LAZZARIN, Luís Fernando. **Pesquisa em educação**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15782/Licenciatura_Educacao_Especial_Pesquisa_em_educacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jul. 2023.

MAIA, J. G. B.; OLIVEIRA, Jovanil; MARTINS, M. D. Democracia participativa na Venezuela contemporânea. **Tensões Mundiais**, v. 16, p. 93-118, 2020. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v16i30.1543. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/152177>.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Julia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017–2019). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 106, p. 1–19, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006009>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. *In*: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 83-107.

MOREIRA, Julia Bertino. O Papel das Cátedras Sérgio Vieira de Mello no Processo de Integração Local dos Refugiados no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais**

da **UFGD**, Dourados, MS, v. 4, n. 8, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/4314>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, p. 145–155, jun. 2011. DOI: 10.1590/S0102-69092011000200010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FKbc9SJpHF48XRqKzSdRjdN/>. Acesso em: 19 set. 2025.

NOVAES, Regina Célia Reyes; LIMA, Roberto Kant de (org.). **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói: EDUFF, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13–37, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 2 ago. 2024.

ONU MULHERES. **Aumento do número de mulheres e crianças venezuelanas vindo para o Brasil ressalta necessidade de políticas públicas inclusivas**. Brasília, DF, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/aumento-do-numero-de-mulheres-e-criancas-venezuelanas-vindo-para-o-brasil-ressalta-necessidade-de-politicas-publicas-inclusivas/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra, 28 jul. 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Entidades das Nações Unidas no Brasil**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/about/un-entities-in-country>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos**. Nova Iorque: ONU, 1998. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos_aos_deslocados_internos_1998.pdf. Acesso em: 7 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados**. Nova Iorque, 31 jan. 1967. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM); BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Atendimento à População Migrante no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, DF: OIM; MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt->

br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/publicacoes-para-atendimento-de-migrantes-e-refugiados-sao-lancadas-na-13a-conferencia-nacional-de-assistencia-social/guia_suas_oim_mds.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Dados e informações**. Brasília, DF: OIM Brasil, 2025. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/dados-e-informacoes> Acesso em: 11 maio 2025.

PAEZ, Thomas; PENALVER, Leonardo Vivas. The Venezuelan Diaspora, Another Impending Crisis? **Freedom House**, p. 2-32, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317099053_The_Venezuelan_Diaspora_Another_Impending_Crisis. Acesso em: 8 ago. 2023.

PAIVA, A. R.; DIAS, A. C. S.; MOULIN, C. Migrações e refúgio: travessias interdisciplinares, desafios globais. **O Social em Questão**, Ano XXI, n. 41, p. 9-22, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://share.google/IHwJI6HyZ5zeQuZoV> Acesso em 19 set. 2025.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. DOI: 10.1590/S0104-71832014000200015. Disponível em: <https://share.google/8ObtRNavuvKtFvHRK> Acesso em 19 set. 2025.

PEREIRA, Anderson; THEODORO, Erica (org.). **Legislação Migratória Compilada**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Legisla%C3%A7%C3%A3o_Migrat%C3%B3ria_Compilada/2021_12_20_Compilado_rev_atu.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

PHILLIMORE, Jenny. Refugee-Integration-Opportunity Structures: Shifting the Focus From Refugees to Context. **Journal of Refugee Studies**, v. 34, n. 1, p. 238-258, 2021. DOI: 10.1093/jrs/feaa012. Disponível em: <https://share.google/OTVqZBWy9w2kQIDEt> Acesso em 19 set. 2025.

PINEDA G., E.; ÁVILA, K. Abordagens à migração colombiano-venezuelana: desigualdade, preconceito e vulnerabilidade. **Clivagem: Estudos e testemunhos de conflito e mudança social**, [S. l.], n. 7, 2019. DOI: 10.1344/CLIVATGE2019.7.3. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/clivatge/article/view/CLIVATGE2019.7.3>. Acesso em: 29 mar. 2025.

PLATAFORMA R4V. **Análise de Necessidades de Refugiados e Migrantes (Regional e Capítulo Brasil)**. [S. l.]: R4V, 2023. Disponível em: <https://rmp.r4v.info/rmna2023/> Acesso em: 31 jul. 2024.

PLATAFORMA R4V. **Refugiados y migrantes de Venezuela en Brasil - Informe de Movimientos - Tercer Trimestre 2024**. [S. l.]: R4V, 2024. Disponível em: <https://share.google/Nq03BDXv2TIYB5cls> Acesso em: 27 mar. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **PBH abre cadastro para famílias interessadas em acolher crianças e adolescentes**. Belo Horizonte, [s. d.]. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-abre-cadastro-para-familias-interessadas-em-acolher-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 5 maio 2025.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANJURJO, L. **Estudo de Caso: Governança e capacidade institucional do Brasil na resposta à migração venezuelana (2016-2022)**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2023. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7590>. Acesso em: 1 maio 2024.

SANTOS, Rayne Reis; SOUSA, Adilson Amorim de. O PETRÓLEO NA VENEZUELA: RELAÇÕES DE PODER, RENTISMO E SUBDESENVOLVIMENTO. **Colóquio do Museu Pedagógico**, v. 13, n. 1, p. 2114-2119, 2019. Disponível em: <https://share.google/5MOIOb5Z9BvvRRGAh> Acesso em: 19 set 2025.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/113972> Acesso em: 8 ago. 2023.

SCHWEIG, Grazielle Ramos. A etnografia como modo de ensinar e aprender na escola. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 28, n. 56, p. 136–149, 2019. DOI: 10.21879/faeaba2358-0194.2019.v28.n56.p136-149. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/7841>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SILVA, Filipe de Pádua Fernandes. **Vulnerabilidade dos países exportadores de petróleo à própria riqueza: o caso dos países-membros da OPEP**. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://share.google/epw1aY02rRLReUX5P> Acesso em: 20 jun. 2025.

SOARES, Matheus Augusto; FARRET, Nerissa Krebs. Resposta brasileira à crise humanitária venezuelana: A Operação Acolhida como uma política de esperança. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 1-29, jan./abr. 2023. DOI: 10.1590/S0102-8529.20234501e20210134. Disponível em: <https://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=991&sid=145> . Acesso em: 8 ago. 2024.

SOUSA, Micael. Educação emocional através do storytelling com jogos de tabuleiro modernos. *In*: ALMEIDA, A.; SANTOS, E. (org.). **Brincar: dos conceitos às práticas**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2019. p. 38-44. Disponível em: <https://share.google/G9GbqHg1jvPISoTGP> Acesso em 19 set. 2025.

SOUZA, Rosinaldo Silva de. Direitos humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. *In*: NOVAES, Regina Reyes; LIMA, Roberto Kant de (org.). **Antropologia e direitos humanos**. Niterói: EdUFF, 2001. p. 47-79. Disponível em: <https://share.google/I5PBxtIkCf807k5aB> Acesso em 19 set. 2025.

SUBCOMITÊ FEDERAL PARA RECEPÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E TRIAGEM DOS IMIGRANTES; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Migração Venezuelana, Janeiro 2017 - Março 2024**. [S. l.]: OIM; Operação Acolhida, 2024. Disponível em: <https://share.google/Ux5BrwohwT6CB92fp> Acesso em: 18 set. 2025.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalisme: Différence et démocratie**. Paris: Champs Flammarion, 1994.

TOSI, Giuseppe (org.). **Direitos humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora UFPB, 2005.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, n. 11, p. 1-13, 2012. DOI: 10.4000/pontourbe.300. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/300?lang=es>. Acesso em: 8 ago. 2023.

VASCONCELOS, Iana. **Desejáveis? e ?indesejáveis?:** diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/716785830/VASCONCELOS-Iana-Desejaveis-e-Indesejaveis> Acesso em 19 set. 2025

VASCONCELOS, Iana. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR. In: MACHADO, Igor Renó (org.). **Etnografias do Refúgio no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2020. p. 104-117. Disponível em: <https://share.google/PAtufooSOmiM7FMg5> Acesso em 10 set. 2025.

VASCONCELOS, I. dos S.; MACHADO, I. J. de R. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-RR. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 107–122, set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/4hzGrGZdnbGsgsch6SCLgpw/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto et al. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela**. Washington, DC: Center for Economic and Policy Research, maio 2019. Disponível em: <https://cepr.net/pt/publications/sancoes-economicas-como-punicao-coletiva-o-caso-da-venezuela/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

WHITE HOUSE. **Fact Sheet: President Donald J. Trump Imposes Tariffs on Countries Importing Venezuelan Oil**. Washington, D.C., 24 mar. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/03/fact-sheet-president-donald-j-trump-imposes-tariffs-on-countries-importing-venezuelan-oil/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ZAIDAN, S.; FERREIRA, M. C. C.; KAWASAKI, T. F. A PESQUISA DA PRÓPRIA PRÁTICA NO MESTRADO PROFISSIONAL. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 88–103, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/5251>. Acesso em: 5 maio 2024.

ZAPATA, Gisela P. (coord.) *et al.* **A estratégia de interiorização para refugiadas, refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil: construindo evidências para informar a formulação de políticas responsivas ao gênero – relatório final**. Belo Horizonte: ONU Mulheres; ACNUR; UNFPA, 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-moverse/>. Acesso em: 26 out. 2024.

APÊNDICE



MINHA VIDA EM REFÚGIO

Jogo de Tabuleiro

Minha Vida em Refúgio é um jogo educativo criado a partir da dissertação de mestrado “**Antropologia e Educação em Direitos Humanos: estratégias pedagógicas a partir de etnografia com famílias refugiadas venezuelanas**”, defendida em maio de 2025 no Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência (Promestre) da Faculdade de Educação da UFMG.

**Autoras: Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori
Graziele Ramos Schweig**

© 2025 Câmara Brasileira do Livro Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori e Grazielle Ramos Schweig

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. Todos os direitos reservados às autoras: Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori e Grazielle Ramos Schweig.

Ilustrações: Julia Lara Franca Silva

S129m

Sagnori, Lilian Cordeiro Bernardes, 1981-

Minha vida em refúgio [recurso eletrônico] : jogo de tabuleiro / Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori, Grazielle Ramos Schweig. -- Belo Horizonte : UFMG / FaE, 2025.
1v. : il., color.

[Obra produzida em conjunto com a dissertação de mestrado da autora com o título: Antropologia e educação em direitos humanos [manuscrito] : estratégias pedagógicas a partir de etnografia com famílias refugiadas venezuelanas / Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori. -- Belo Horizonte, 2025. -- 119, [22] f. : enc., il., color. -- Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. -- Orientadora: Grazielle Ramos Schweig.].

1. Educação. 2. Crianças -- Venezuela. 3. Estudantes estrangeiros -- Venezuela. 4. Imigrantes -- Venezuelanos -- Brasil. 5. Direitos humanos. 6. Educação intercultural. 7. Jogos educativos.

I. Título. II. Schweig, Grazielle Ramos, 1984-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 325

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

**Jogo de Tabuleiro Minha Vida em Refúgio - Produto Educacional da dissertação:
Antropologia e Educação em Direitos Humanos: estratégias pedagógicas a partir de etnografia com
famílias refugiadas venezuelanas**

**Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori
Graziele Ramos Schweig**

Como um jogo de tabuleiro pode se utilizar da abordagem antropológica para ensinar sobre direitos humanos, promovendo tanto a valorização de refugiados quanto o combate à xenofobia?

A partir dessa questão, desenvolveu-se o jogo de tabuleiro *Minha Vida em Refúgio*, concebido como parte integrante da dissertação *Antropologia e Educação em Direitos Humanos: estratégias pedagógicas a partir de etnografia com famílias refugiadas venezuelanas*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência (Promestre) da Faculdade de Educação da UFMG.

O jogo de tabuleiro *Minha Vida em Refúgio* busca sensibilizar os alunos para os desafios enfrentados por pessoas refugiadas e migrantes, com foco em suas jornadas, suas perdas e seus recomeços. A proposta se ancora na compreensão de que o ensino dos direitos humanos demanda não apenas a transmissão de conteúdos conceituais, mas também o desenvolvimento da empatia, da reflexão crítica e da capacidade de dialogar com o outro a partir de sua alteridade. O jogo foi desenvolvido visando explorar caminhos pedagógicos para abordar os direitos humanos, especialmente a temática de refúgio e migração, nas aulas de Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Português e demais disciplinas que se interessarem pela temática, considerando os conhecimentos de Antropologia, para alunos do Ensino Médio. Nesse sentido, o jogo atua como uma ferramenta de mediação que estimula o pensamento ético e a valorização da diversidade cultural.

Importa ressaltar que o jogo não se encerra em si mesmo. Ele é acompanhado de uma “Orientação para Educadoras(es)”, que funciona como suporte pedagógico e amplia as possibilidades de uso do material em sala de aula. Essa orientação inclui um glossário com os principais termos relacionados à temática do refúgio, além de sugestões de perguntas, dinâmicas e caminhos para promover reflexões e trocas entre os estudantes. Dessa forma, reconhece-se o papel central do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem e como sujeito ativo na promoção da Educação em Direitos Humanos.

A proposta foi pensada para ser sensível à realidade das escolas públicas, com linguagem acessível, recursos de fácil impressão e adaptação, e a possibilidade de ser aplicada em diferentes contextos, respeitando o tempo e a autonomia de cada docente. Assim, o jogo se apresenta como um instrumento prático e reflexivo, capaz de contribuir com a construção de um espaço escolar mais acolhedor, plural e comprometido com a dignidade humana.

O jogo *Minha Vida em Refúgio* foi estruturado para ser impresso em formato A4, facilitando o acesso e a replicação por educadoras(es) em diferentes contextos escolares. O material é composto por seis elementos principais: a **Orientação para Educadoras(es)**, que oferece subsídios pedagógicos e sugestões de atividades; o **Manual**, com instruções detalhadas sobre o funcionamento do jogo; o **Tabuleiro**, que representa simbolicamente a trajetória das personagens refugiadas; as **Cartas**, que descrevem as histórias dos quatro personagens/famílias, decisões a serem tomadas e suas consequências; os **Peões** e as **Fichas**, que servem como elementos importantes que podem impactar de forma positiva ou negativa a jornada do jogador. Essa organização visa garantir que o produto educacional seja completo, funcional e facilmente utilizável, mesmo em contextos com poucos recursos.

ORIENTAÇÕES PARA EDUCADORAS/ES

O jogo *Minha Vida em Refúgio* é estruturado para simular a jornada de famílias refugiadas venezuelanas em direção ao Brasil, promovendo a reflexão crítica sobre essas trajetórias. Cada jogador assume o papel de um personagem ou família e inicia seu caminho a partir do território venezuelano, avançando pelo tabuleiro que representa os dois países.

Durante a partida, cada jogador deve fazer escolhas a partir da leitura das cartas de percurso, que narram eventos e dilemas reais inspirados nas vivências de refugiados. A cada rodada, o jogador lê a carta correspondente à sua trajetória, enfrenta uma situação desafiadora e faz uma escolha, podendo avançar ou não no tabuleiro. Cada decisão pode resultar em ganhos ou perdas de fichas, que representam elementos como saúde, recursos financeiros, apoio social, dentre outros. O jogo termina quando todos os jogadores chegam ao destino final no Brasil e vence aquele que acumular a maior quantidade de fichas positivas.

Essa dinâmica busca não apenas proporcionar uma experiência lúdica, mas também promover a internalização crítica dos dilemas enfrentados pelas pessoas em situação de refúgio, estimulando a empatia, a tomada de decisão ética e o debate sobre direitos humanos no ambiente escolar. Pensando na construção deste ambiente educacional mais inclusivo e acessível, proponho uma reflexão acerca da disciplina de Antropologia e como ela pode contribuir com a Educação em Direitos Humanos. Para isso, desenvolvo a ideia de que a Antropologia e a sensibilidade etnográfica podem ser caminhos para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acessível para pessoas refugiadas e migrantes.

Schweig (2019) em seu artigo *A Etnografia como modo de ensinar e aprender na escola*, afirma que a Antropologia tem se tornado mais presente na educação básica, integrando o componente curricular de Sociologia, que abrange também a Sociologia e a Ciência Política, especialmente no Ensino Médio. De acordo com a autora, a essa presença curricular, soma-se um contexto onde movimentos sociais e políticas públicas destacaram a importância da diversidade na educação, impulsionados por políticas de ações afirmativas e pela Lei n.º 11.645/2008, que incorporou o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos. Como consequência, temas tradicionalmente de interesse para a Antropologia, como relações étnico-raciais, identidade cultural, gênero e direitos humanos passaram a ser incorporados em documentos oficiais, práticas escolares e na formação de professores.

O documento intitulado *Considerações da Associação Brasileira de Antropologia para a Base Nacional Comum Curricular*, elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), destaca que a Antropologia pode contribuir para o aprendizado no ambiente educacional no que se refere à diversidade sociocultural da sociedade brasileira, por meio da elaboração de conteúdos capazes de expressar a dimensão pluriétnica e multilíngue, muitas vezes suprimidas na consciência nacional por violências de diversas ordens (ABA, sem data).

Sob essa ótica, podemos compreender que a Antropologia pode se constituir como uma importante ferramenta para promover a Educação em Direitos Humanos na escola. Em seu ensino, dentro do componente curricular Sociologia, são discutidos conceitos centrais, tais como cultura, etnocentrismo e marcadores sociais da diferença. Ressalta-se que já nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 1999, a Antropologia consta como disciplina que fornece elementos teórico-metodológicos para se pensar as sociedades complexas, a partir de noções como experiências culturais, rede de relações, papéis sociais, que informam o processo de constituição das identidades sociais, num constante fluxo, na maioria das vezes etnocêntrico, de diferenciações, entre nós e os outros (Brasil, 1999, p.40). É neste contexto que a temática de migração e refúgio pode ser trabalhada na ótica dos direitos humanos.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes do Ensino Médio “desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos entre indivíduos,

grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas” (Brasil, 2018, p. 548). Essa orientação possibilita ao professor provocar debates sobre aspectos importantes para a integração local de pessoas refugiadas e migrantes no ambiente escolar. Dentre esses aspectos, está a necessidade de se assumir um caráter dialético, de via dupla, em relação à adaptação tanto da pessoa refugiada e migrante, quanto à adequação da comunidade local, se ajustando e abrindo espaço para recebê-las com tolerância e com a aceitação dos seus repertórios culturais, linguísticos e religiosos, como foi enfatizado por Moreira (2015).

GLOSSÁRIO

- **Refugiado:** Pessoa que foi forçada a deixar seu país de origem devido a perseguições, conflitos armados ou violação de direitos humanos.
- **Pessoa em Deslocamento Interno (PDI):** Uma pessoa em deslocamento interno é alguém forçada a fugir de sua casa por motivos semelhantes aos de um refugiado, como conflitos, violência ou desastres naturais, mas que permanece dentro das fronteiras do próprio país, sem cruzar uma fronteira internacional.
- **Migrante:** Indivíduo que se desloca de um local para outro, seja dentro do próprio país ou para outro, por razões econômicas, sociais ou ambientais.
- **Xenofobia:** Medo, aversão ou preconceito contra pessoas de outras nacionalidades.
- **Integração Cultural:** Processo pelo qual indivíduos ou grupos de diferentes culturas convivem e compartilham valores, práticas e tradições próprias.
- **Direitos Humanos:** Conjunto de direitos fundamentais garantidos a todos os seres humanos, independentemente de sua origem, nacionalidade ou condição.
- **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):** Documento fundamental que proclama os direitos inalienáveis de todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, gênero ou origem étnica.
- **Convenção de Genebra (1951):** Tratado que define o status de refugiado e estabelece os direitos e proteções para essas pessoas.
- **Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/1997):** Legislação brasileira que regulamenta a concessão de refúgio no país.
- **Operação Acolhida:** Ação do governo brasileiro para receber, abrigar e integrar migrantes e refugiados venezuelanos.
- **ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados):** Principal agência da ONU responsável por proteger e apoiar refugiados em todo o mundo.
- **OIM (Organização Internacional para as Migrações):** Atua na promoção de migração segura, ordenada e regular.
- **UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância):** Atua na proteção de crianças refugiadas e migrantes.
- **ONU Mulheres:** Atua na proteção de mulheres migrantes e refugiadas, especialmente em contextos de vulnerabilidade.
- **CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados):** Órgão ligado ao Ministério da Justiça que analisa pedidos de refúgio no Brasil.
- **Polícia Federal:** Responsável pelo controle de fronteiras e emissão de documentos para migrantes e refugiados.
- **Ministério da Justiça e Segurança Pública:** Atua na formulação de políticas relacionadas à imigração e refúgio.
- **Caritas Arquidiocesana:** Presta assistência social e jurídica a refugiados em várias regiões do Brasil.

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS E DE DISCUSSÃO A PARTIR DO JOGO

Reflexão sobre Experiências de Migração e Refúgio: Peça aos alunos que compartilhem as experiências de seus personagens no jogo. Pergunte como eles se sentiram ao enfrentar desafios como xenofobia, falta de recursos ou dificuldades de integração cultural. Reflita como marcadores de gênero e classe influenciam nas jornadas. Relacione essas experiências com situações reais.

Análise Crítica dos Direitos Humanos: Discuta como os direitos fundamentais foram respeitados ou violados durante o jogo. Relacione essas situações com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Estatuto do Refugiado. Pergunte se os alunos acham que os personagens tiveram acesso igualitário a esses direitos.

Discussão sobre Xenofobia e Integração Cultural: Explore como a xenofobia apareceu nas experiências dos personagens. Pergunte como a integração cultural pode ser facilitada tanto para os migrantes quanto para as comunidades locais. Debata formas de combater a xenofobia na sociedade atual.

Conexão com a Realidade Local: Investigue se há comunidades de migrantes ou refugiados na região da escola. Proponha atividades de interação, como entrevistas ou projetos conjuntos com essas comunidades.

Avaliação Crítica do Jogo: Peça aos alunos que avaliem como o jogo representou as experiências dos refugiados. Pergunte o que poderia ser melhorado para tornar o jogo mais realista ou educativo.

MANUAL DO JOGO - MINHA VIDA EM REFÚGIO

OBJETIVO DO JOGO

Guiar uma família ou personagem venezuelano em sua jornada de migração da Venezuela para o Brasil, enfrentando desafios, tomando decisões e acumulando ou perdendo fichas ao longo do caminho. O objetivo final é se estabelecer de forma estável no Brasil, superando obstáculos como falta de recursos, a violação de direitos, a exploração e a xenofobia.

COMPONENTES DO JOGO

TABULEIRO: Um mapa representando a Venezuela e o Brasil, com locais por onde as famílias farão seus trajetos.

CARTAS DE PERCURSO: Quatro conjuntos de 11 cartas que descrevem as histórias dos quatro personagens/famílias, decisões a serem tomadas e suas consequências.

FICHAS: Representam situações e itens importantes que podem impactar de forma positiva ou negativa a jornada do jogador.

PEÕES: Quatro peões, um para cada jogador, representando seu personagem ou família.

COMO JOGAR

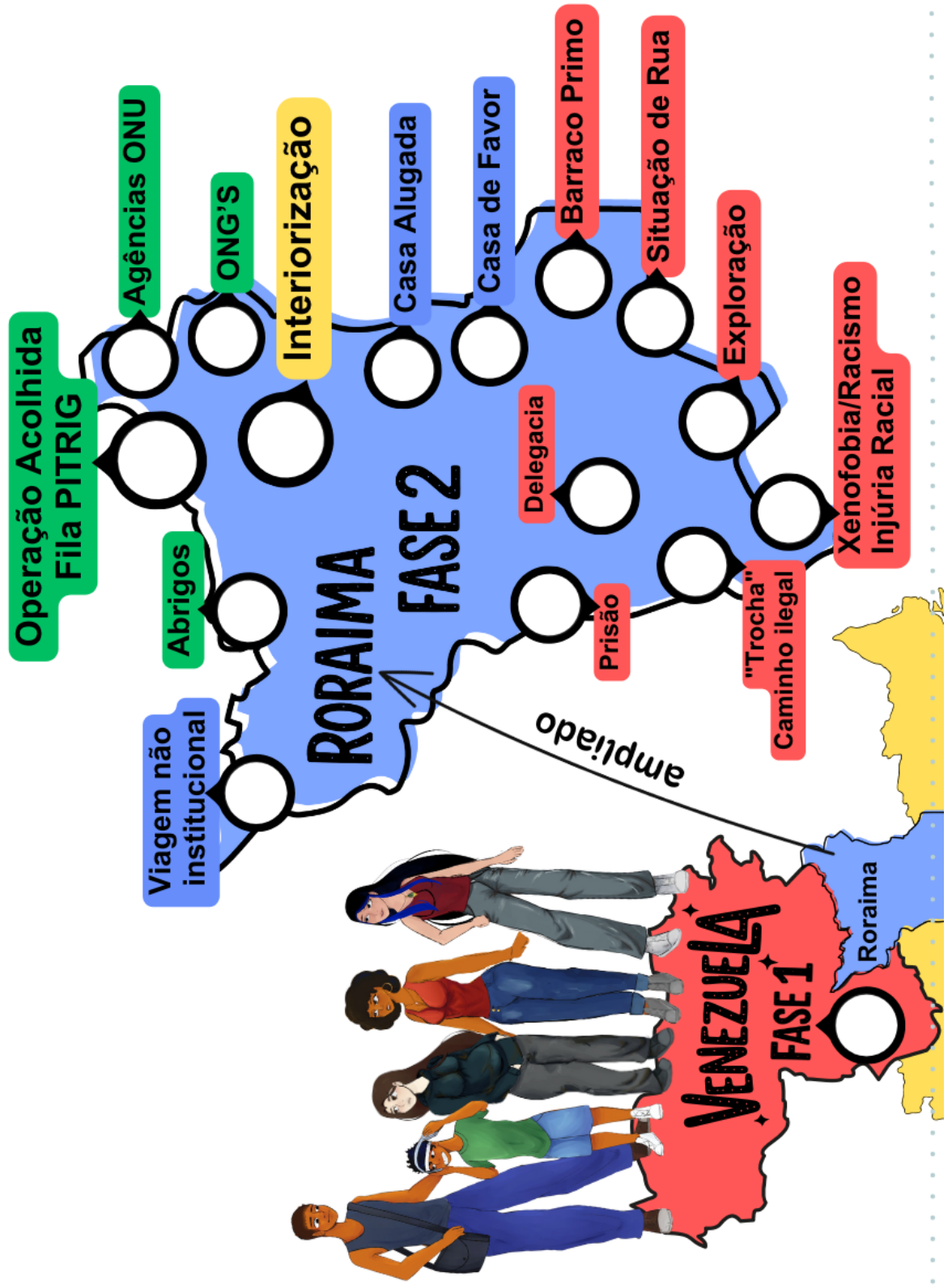
PREPARAÇÃO: Cada jogador escolhe ou é designado a um personagem/família (Juana, Maribel, Martín ou Carmem). Cada personagem possui duas opções de trajetória, compostas por onze cartas de Percurso que serão acessadas em sequência. Coloque os peões no ponto de partida, na Venezuela. Distribua a carta de número um para cada jogador. Cada jogador inicia lendo sua carta e recebendo as Fichas iniciais descritas nela.

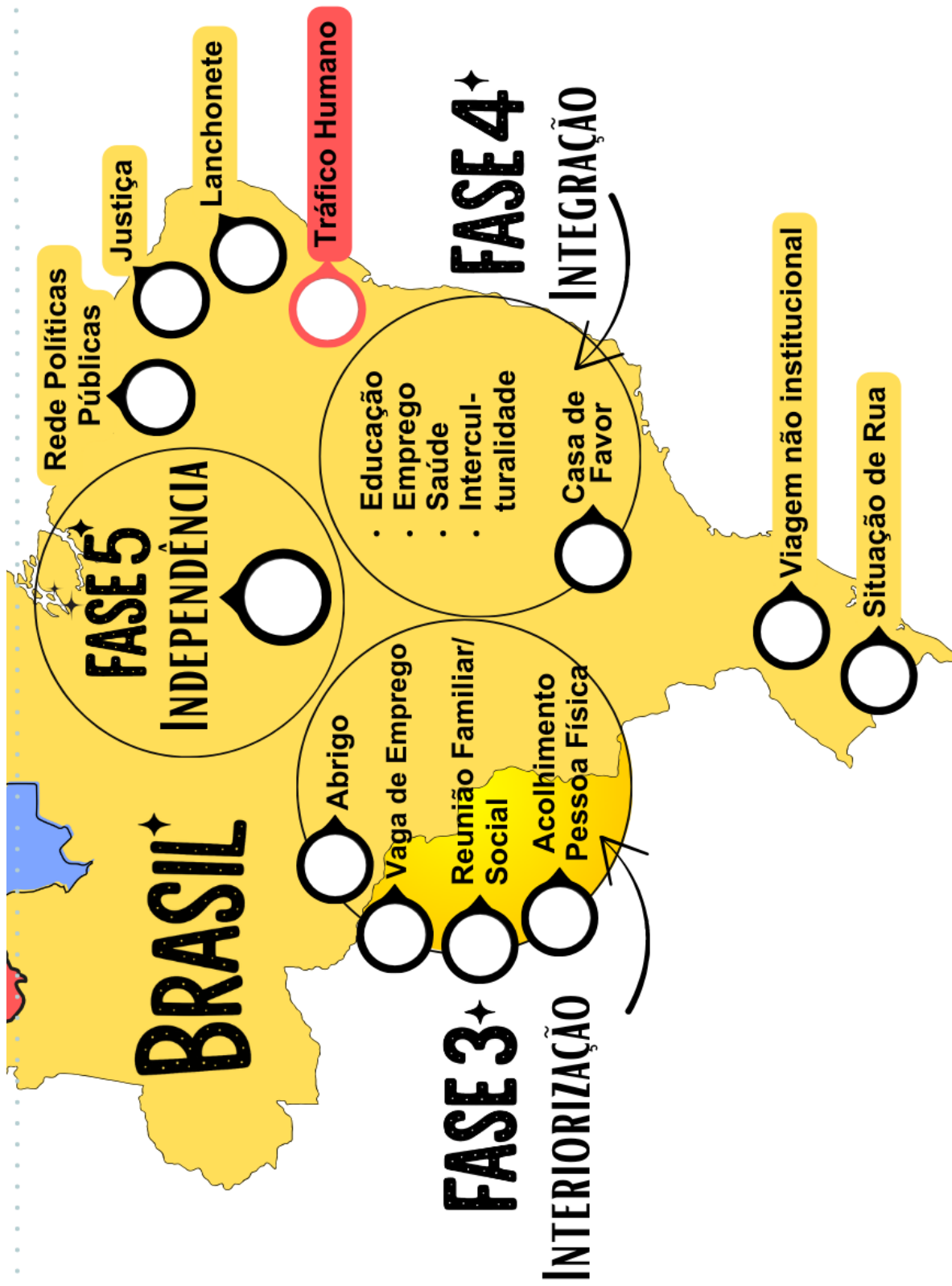
RODADAS: O jogo ocorre em rodadas. Cada jogador, na sua vez, lê a carta em ordem crescente e avança no tabuleiro de acordo com as orientações da carta. A cada rodada, o jogador lê a próxima carta de seu Percurso, que conterà uma escolha a ser feita (como aceitar um trabalho, procurar abrigo, ou enfrentar uma situação de perigo). Cada escolha pode resultar em ganho ou perda de Fichas.

FICHAS: As Fichas são organizadas em combos e representam diferentes aspectos da vida cotidiana, dos direitos humanos e das violações enfrentadas por pessoas em situação de refúgio, e são utilizadas como marcadores simbólicos de eventos, emoções, direitos ou obstáculos ao longo da trajetória dos personagens do jogo. As fichas estão organizadas em pares antagônicos ou eixos temáticos, revelando dualidades simbólicas, com o objetivo de fomentar reflexões críticas e empatia dos jogadores.

FIM DO JOGO: O jogo termina quando todos os jogadores chegarem na carta onze. O jogador que acumular mais Fichas positivas ao longo da jornada, ganha. Além disso, os jogadores devem discutir suas experiências e comparar as histórias de seus personagens, avaliando quem teve uma jornada mais desafiadora, com mais acesso a direitos ou com mais sorte, a partir das perguntas que constam na carta onze.

JOGO MINHA VIDA EM REFÚGIO





© 2025 Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori e Grazielle Ramos Schweig
 Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
 Todos os direitos reservados às autoras: Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori e Grazielle Ramos Schweig
 Ilustração personagens: Julia Lara Franca Silva



Juana Carta 1

Juana é uma jovem de 18 anos e vive em El Tigre, na Venezuela com seu pai, sua mãe e sua irmã caçula. A crise em seu país está impactando a vida da população e muitos não conseguem alimentos básicos. O pai de Juana tem ficado sem comer para deixar para as filhas. Ele costuma dizer que já comeu na rua, ao chegar com o alimento que conseguiu no dia. Às vezes ele volta sem nada. Numa tarde, infelizmente, o pior acontece: o pai de Juana morre. A família fica extremamente abalada. Mãe e filhas decidem vender os móveis, fechar a casa e ir buscar uma vida melhor no Brasil.

Posicione seu peão na Fase 1 no tabuleiro, na Venezuela, e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro
- Saúde
- Esperança
- Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social

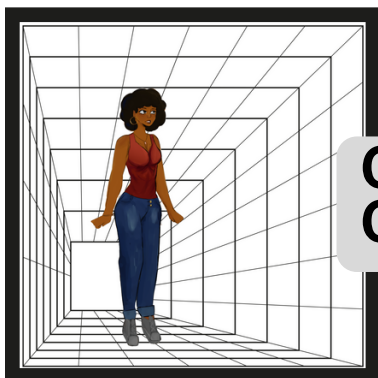


Maribel Carta 1

Maribel é uma jovem de ascendência indígena, cabelos negros e espírito revolucionário. Ela vive com sua filha e seus pais no estado de Bolívar, na Venezuela. Maribel e milhares de jovens protestam nas ruas por uma Venezuela livre, muitos estão presos ou foram mortos. Sua mãe adoeceu. Maribel e seu pai arriscam a vida nas ruas, em busca de alimento nos mercados. As pessoas disputam as prateleiras e tentam pegar algum alimento, em meio a uma grande confusão, movida pela escassez de produtos nos mercados. Ela decide deixar seu país após a morte do avô. Maribel deixa sua filha pequena e parte, sem dinheiro, em busca de emprego no Brasil.

Posicione seu peão na Fase 1 no tabuleiro, na Venezuela, e receba as seguintes Fichas:

- Saúde
- Esperança
- Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social



Carmem Carta 1

Carmem é uma mulher negra, jovem e determinada. Vive com seu esposo e 3 filhos, em Maturín, na Venezuela. A crise política e econômica se agravou e a população não encontra alimentos para comprar, a violência nas ruas aumentou e os serviços públicos estão seriamente comprometidos. Carmem decide encontrar uma amiga para irem juntas trabalhar no Brasil. Ela vende o carro e a moto da família e divide o valor: uma parte para o esposo cuidar das filhas até ela enviar mais dinheiro, e outra para ela comprar a passagem. Ela irá até Santa Elena de Uiarén, onde encontrará a amiga, e depois seguirão de carro até Roraima.

Posicione seu peão na Fase 1 no tabuleiro, na Venezuela, e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro
- Saúde
- Esperança
- Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social



Martín Carta 1

Martín é um homem negro, engenheiro civil e pai solo de uma criança de 9 anos. Ele e o filho vivem com seus pais, em Sucre, na Venezuela. Ele está preocupado com a situação econômica e política de seu país. O engenheiro não consegue mais emprego em sua área e o pouco que ganha não é suficiente para manter a família. Martín se prepara para viajar, vende alguns objetos, separa documentos e parte com seu filho para o Brasil. O plano é trabalhar em Roraima, enquanto busca outras vagas melhores, em São Paulo. Seu desejo é garantir uma qualidade de vida melhor para o filho.

Posicione seu peão na Fase 1 no tabuleiro, na Venezuela, e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro
- Saúde
- Esperança
- Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social



Juana - Carta 2

Ao chegarem no Brasil, Juana e sua família conseguem os documentos brasileiros, tomam as vacinas obrigatórias e são abrigadas pela Operação Acolhida. A convivência no abrigo não é fácil, além delas não se adaptarem com a comida brasileira. Após alguns dias, Juana recebe uma oportunidade de trabalho. Uma empresa parceira de uma ONG seleciona jovens mulheres para trabalhar em Curitiba-PR, para divulgar produtos de sua marca de cosméticos. A empresa oferece o emprego e a ONG oferece abrigo feminino. Juana, ainda em luto, não deseja ficar longe da sua família, mas pensa sobre a possibilidade de ir e depois recebê-las na casa nova que ela alugaria. ESCOLHA:

1) Não aceitar viajar e aguardar outra oportunidade em que a família não precise se separar.

Posicione seu peão na Fase 2, no abrigo e receba as seguintes Fichas:

- Operação Acolhida, Imposição Cultural e Desemprego

2) Aceitar viajar e economizar o salário enquanto está abrigada na ONG para alugar uma casa e receber a mãe e a irmã em Curitiba.

Posicione seu peão na Fase 2, em interiorização e receba as seguintes Fichas:

- Operação Acolhida, Imposição Cultural, Emprego e Esperança



Maribel - Carta 2

Ao chegar na fronteira entre Brasil e Venezuela, Maribel encontra as barreiras fechadas devido à Pandemia do Covid-19. Só entram gestantes, pais com crianças, doentes ou idosos. Ela entra algumas vezes na fila, mesmo não atendendo aos requisitos, mas sempre é impedida de passar. Sem poder entrar legalmente, Maribel tenta atravessar pelas trochas (caminhos ilegais). Ela adentra o mato, entre desconhecidos, para tentar fazer a travessia, mas aparece a polícia e as pessoas que estavam mais adiante, são presas. Maribel corre chorando e consegue escapar. Deitada no chão, olhando as estrelas, ela pede uma resposta, não sabe o que fazer, sente muita fome e não tem mais forças pra seguir. ESCOLHA:

1) Continuar tentando pelas trochas.

Posicione seu peão na Fase 2, em trochas - caminhos ilegais e receba as seguintes Fichas:

- Desesperança, Menos Saúde e Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social

2) Continuar tentando pela fronteira.

Posicione seu peão na Fase 1, na fronteira entre Venezuela e Brasil e receba as seguintes Fichas:

- Esperança e Menos Saúde



Carmem - Carta 2

Carmem entrou no ônibus com o coração apertado de deixar a família, mas com a esperança de conseguir emprego em Roraima. Ela deseja juntar uma boa quantia e voltar para casa com dinheiro suficiente para se manterem por alguns meses. Ao chegar em Santa Elena de Uaiarén, cidade venezuelana fronteira com o Brasil, Carmem soube que a amiga partiu sem ela. O dinheiro que ela tem está reservado para pagar o primeiro mês de aluguel em Roraima. Ela sabe que se ficar no abrigo, terá mais dificuldade para conseguir trabalho nas redondezas, uma vez que soube que aquela região está explorando a mão de obra venezuelana. DECIDA:

1) Fazer diárias em Santa Elena de Uaiarén para juntar dinheiro e comprar a passagem para Roraima.

Posicione seu peão na Fase 1, na fronteira entre Venezuela e Brasil, **fique a próxima rodada sem jogar** e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro

2) Usar parte do dinheiro do aluguel para comprar a passagem para Roraima.

Posicione seu peão na Fase 1, na fronteira entre Brasil e Venezuela.

- Menos dinheiro



Martín - Carta 2

Martín e seu filho chegam ao Brasil, após uma exaustiva viagem e encontram uma grande fila de pessoas em busca do atendimento da Operação Acolhida para solicitar a documentação brasileira e tomar as vacinas obrigatórias. Ao pedir informação na rua sobre onde alugar um quarto, Martín e o filho sofreram racismo e xenofobia: "Não alugamos para venezuelanos, muito menos preto." Pai e filho ficaram indignados. Outro brasileiro que presenciou o crime, chamou Martín, ofereceu água e pirulito para a criança, a fim de animá-la um pouco, após o terrível acontecido. O homem contou a Martín que ele e o filho têm preferência nas vagas do abrigo. Embora a ideia inicial era alugar um quarto, ele pensa na possibilidade de buscar um abrigo por um período, mesmo sabendo que o ambiente é muito impactante para seu filho. ESCOLHA:

1) Permanecer no abrigo para economizar, até que consiga um emprego.

Posicione seu peão na Fase 2, no abrigo e receba as seguintes Fichas:

- Operação Acolhida, Xenofobia/Racismo/ Injúria Racial.

2) Alugar um quarto, confiando que em breve, conseguirá emprego.

Posicione seu peão na Fase 2, em casa alugada e receba as seguintes Fichas:

- Operação Acolhida, Moradia, Saúde, Esperança, Xenofobia/Racismo/ Injúria Racial.



Juana - Carta 3

SE ESCOLHEU FICAR EM RORAIMA:

No abrigo, Juana se vê envolvida em conflitos, devido a dificuldades de convivência. A família pensa em buscar uma casa para alugar, mas querem economizar o dinheiro da venda dos móveis e ainda não conseguiram emprego.

Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Menos Saúde

SE ESCOLHEU IR PARA CURITIBA:

Após uma conversa com sua mãe e irmã, Juana decide aceitar viajar e planeja, em breve, receber sua família. Porém, ao chegar em Curitiba é decretada a Pandemia de Covid-19 e a empresa suspende as contratações. Juana fica em choque, e como se não bastasse, percebe que o abrigo está lotado e que não é um abrigo somente feminino. Juana não sabe o que fazer, a Operação Acolhida não oferece retorno para Roraima. Ela deseja buscar outro emprego, mas recebe a notícia de que se sair do abrigo, não pode retornar, devido ao risco de contágio da Covid-19.

Posicione seu peão na Fase 3, em interiorização abrigo para abrigo e receba as seguintes Fichas:

- Moradia, Menos Saúde, Desemprego e Desesperança



Maribel - Carta 3

SE VOCÊ TENTOU PELAS TROCHAS:

Maribel foi presa, **fique duas rodadas sem jogar**.

Posicione seu peão na Fase 2, na Prisão e receba as seguintes fichas:

- Violação de Direitos / Vulnerabilidade Social

SE VOCÊ CONTINUOU PELA FRONTEIRA:

Maribel, enfim, consegue passar pela fronteira. Um militar que negou várias vezes sua entrada nos dias anteriores, dessa vez, fez “vista grossa”. Provavelmente ele notou seu enfraquecimento, devido aos vários dias de privação alimentar. Ao entrar em Roraima, Maribel ficou perplexa com a quantidade de pessoas, crianças e idosos esperando na fila ou acampados nos arredores. Ela recebeu uma pulseira vermelha e foi orientada a entrar em uma enorme fila para receber o atendimento da Operação Acolhida. No entanto, ela está muito fraca, desnutrida e desidratada. Terá que esperar chegar sua vez na fila, para ter acesso à alimentação. Maribel não tem dinheiro e nem forças para trabalhar.

Posicione seu peão na Fase 2, na fila do PITRIG e receba a seguinte Ficha:

- Menos Saúde



Carmem - Carta 3

Carmem chega ao Brasil. Ela está exausta da longa viagem. Para receber o atendimento da Operação Acolhida, é necessário ficar de pé em uma grande fila, por horas e, às vezes, dias. Nesta fila ela conseguirá solicitar para a Polícia Federal, refúgio no Brasil. Além disso, Carmem poderá pedir abrigo e tomar as vacinas obrigatórias do país de acolhida. Com os novos documentos, ela tem os mesmos direitos que os cidadãos brasileiros. Ao pedir um copo de água em uma pequena venda da cidade, Carmem observa uma jovem brasileira, branca e com cabelos cor de mel ser atendida com gentileza. Quando chega sua vez, é ignorada e convidada a se retirar. Sem entender por que foi tratada de forma diferente, sai do local com sentimentos de tristeza, raiva e humilhação. Carmem entra na fila e avista a amiga que a deixou para trás. Ela se aproxima e oferece a Carmem uma “vantagem” na fila (venda de lugar na fila), onde ela conseguirá atendimento em poucas horas. ESCOLHA:

1) Seguir na fila sem comprar um lugar e ter uma “vantagem”.

Posicione seu peão na Fase 2, na fila do PITRIG, **fique uma rodada sem jogar** e receba as seguintes Fichas:

- Saúde e Xenofobia/Racismo/Injúria Racial

2) Comprar um lugar na fila e ter uma “vantagem”.

Posicione seu peão na Fase 2, na fila do PITRIG e receba as seguintes Fichas:

- Menos Dinheiro, Xenofobia/Racismo/Injúria Racial



Martín - Carta 3

SE ESCOLHEU FICAR NO ABRIGO:

Martín descobre que em Roraima está sem vaga para sua formação profissional e que o português é mais difícil do que ele pensava. Ele não entende e não consegue ser entendido. Seu filho está muito abalado, pois embora a Venezuela esteja em crise, ele frequentava a escola, tinha os amigos, jogava seu videogame e recebia os cuidados e carinho da avó. Martín está aproveitando que ainda não está pagando aluguel, para buscar oportunidades melhores do que aquelas que ele encontra nos arredores do abrigo, onde a exploração da mão de obra venezuelana é muito grande.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

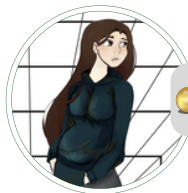
- Imposição Cultural, Menos Saúde e Desesperança

SE ESCOLHEU ALUGAR UM QUARTO:

Após gastar quase todo o seu dinheiro com o aluguel do quarto e com a alimentação, Martín está muito preocupado com a falta de emprego na cidade. Seus planos não estão dando certo e ele está recebendo um valor muito abaixo do mercado, para trabalhar descarregando caminhões de sacos de café. Em um claro cenário de Xenofobia, que motiva a exploração laboral, Martín teme não ter o dinheiro para o próximo aluguel.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Menos Dinheiro, Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social, Menos Saúde e Emprego



Juana - Carta 4

SE ESTÁ EM RORAIMA:

Juana e sua irmã se envolvem em uma discussão no abrigo para defender a mãe, acusada injustamente de inventar histórias. A mãe havia presenciado uma situação e, ao ser questionada, confirmou o que viu, sendo assim hostilizada pelo grupo de mulheres envolvidas na situação. DECIDA:

1) Alugar uma casa, confiando que conseguirão trabalho. Posicione seu peão na Fase 2, em casa alugada e receba as seguintes Fichas:

- Moradia, Saúde e Menos Dinheiro

2) Continuar no abrigo, até conseguir trabalho. Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Menos Saúde

SE ESTÁ EM CURITIBA:

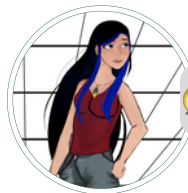
No abrigo, Juana sofre assédio de dois homens. Ela teme que as esposas a culpem ao tomarem conhecimento. DECIDA:

1) Denunciar o assédio. Posicione seu peão em justiça e receba as seguintes Fichas:

- Acesso a Direito/Proteção e Saúde

2) Não denunciar por receio da impunidade e de ser julgada pelas mulheres. Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social, Menos Saúde e Desesperança



Maribel - Carta 4

SE SAIU DA PRISÃO:

Posicione seu peão na fila do Pitrig e leia o texto abaixo para fazer uma ESCOLHA:

SE ENTROU PELA FRONTEIRA:

Após um tempo na fila, chega a vez de Maribel, ela solicita refúgio, os documentos brasileiros, consegue abrigo, toma as vacinas obrigatórias e recebe atendimento médico, por se encontrar desidratada e desnutrida. Ao se recuperar, ela sai em busca de trabalho, mas com a chegada da pandemia, as vagas e possibilidades de emprego diminuíram. Maribel tem notícias estonteantes da família, a situação está cada vez mais difícil na Venezuela. Surge então uma oportunidade de conseguir um pouco de dinheiro contrabandeando algumas cestas básicas de alimento do Brasil para a Venezuela. Maribel precisa enviar recurso para sua mãe mas teme ser pega. DECIDA:

1) Aceitar fazer a entrega e garantir o dinheiro para sua mãe.

Posicione seu peão na Fase 2, no abrigo, pois ela não foi descoberta e receba as seguintes Fichas:

- Operação Acolhida, Dinheiro e Menos Saúde

2) Não aceitar realizar o contrabando e continuar buscando trabalho.

Posicione seu peão na Fase 2, no abrigo e receba as seguintes Fichas:

- Operação Acolhida, Esperança e Menos Saúde



Carmem - Carta 4

Carmem consegue o refúgio, os documentos, tomar as vacinas e ser acolhida no abrigo. Ela está assustada com o cenário que encontrou nas ruas de Roraima: a cidade está cheia de pessoas venezuelanas em busca de abrigo, comida e, principalmente, de trabalho. Após muita procura por emprego, sem sucesso, só resta a Carmem trabalhos que pagam por diária, com valores muito abaixo do que se paga para uma pessoa brasileira. Um dia de trabalho lavando louças em um restaurante lhe rende vinte reais, valor insuficiente para pagar um marmiteiro no mesmo restaurante, que custa vinte e dois reais. Para diaristas brasileiras, o dono do restaurante paga quarenta e cinco reais. Este é um caso claro de xenofobia. A família de Carmem está quase sem alimento na Venezuela e ela não consegue juntar dinheiro suficiente para ajudar. Nos dias que ela faz as diárias degradantes, ela perde a alimentação no abrigo e fica sem se alimentar. ESCOLHA:

1) Se sujeitar à exploração laboral.

Posicione seu peão na Fase 2, em abrigo e receba as seguintes Fichas:

- Operação Acolhida, Dinheiro, Menos Saúde e Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social

2) Não aceitar ser explorada.

Posicione seu peão na Fase 2, em abrigo e receba a seguinte Ficha:

- Operação Acolhida e Saúde



Martín - Carta 4

Martín liga para sua mãe e recebe um recado de um primo que está vivendo em Roraima há dois anos. Ele passa seu endereço para a mãe e pede para ela avisar ao filho que eles são bem-vindos na sua casa. Além disso, o primo afirma que na região onde mora, tem mais oportunidades de emprego, por ser distante da região onde estão os abrigos. Martín não confia muito neste primo, mas não vê uma perspectiva de melhora onde está. Por outro lado, ele visitou uma ONG que ofereceu um curso de português. Ele ouviu dizer que após a conclusão do curso, as chances de conseguir emprego em outros estados, é maior. DECIDA:

1) Ir para a casa do primo, como uma solução mais imediata para a falta de emprego.

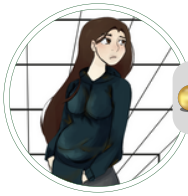
Posicione seu peão na fase 2, em viagem não institucional e receba as seguintes Fichas:

- Menos Dinheiro e Esperança

2) Fazer o curso de português, com a expectativa de se comunicar melhor e ter um emprego melhor em outro estado.

Posicione seu peão na fase 2, em ONG's, **fique uma rodada sem jogar** e receba a seguinte Ficha:

- Educação



Juana - Carta 5

SE ESTÁ EM RORAIMA (independente do local de moradia):

Juana conhece uma brasileira que a convida para trabalhar como vendedora em uma grande loja de roupas em São Paulo, prometendo um excelente salário. Juana fica animada com a oferta e aceita a proposta. A mulher oferece, ainda, um empréstimo para ajudar a mãe de Juana. A brasileira arca com os custos da viagem e diz a Juana que ela pode pagá-la após receber o excelente salário prometido.

Posicione seu peão na Fase 3, em viagem não institucional e receba a seguinte Ficha:

- Esperança

SE ESTÁ EM CURITIBA:

Juana observa um rapaz no ponto do ônibus, em frente ao abrigo, todos os dias, por volta das 10h. Um dia, ela está na janela e não percebe a aproximação dele. Ela se assusta com um “bom dia, moça!” Juana sorri e ali inicia uma amizade. Ao saber da situação de Juana, um tempo depois, o rapaz oferece acolhida em sua casa. Ela vê o convite como uma solução feliz para os problemas que estava enfrentando no abrigo, pega sua mala, e vai com ele. Na companhia do rapaz, ela conhece a cidade, busca por emprego, aprende o idioma e vai se integrando gradualmente.

Posicione seu peão na Fase 4, em casa de favor e receba as seguintes Fichas:

- Esperança e Moradia



Maribel - Carta 5

Maribel está muito preocupada com sua filha e seus pais na Venezuela. No Brasil tudo é mais difícil do que ela imaginava. Ao buscar trabalho fora do abrigo, ela reencontra um rapaz que conheceu na Venezuela. Ele já está há algum tempo no Brasil, bem estabelecido em Roraima. Ao entender a situação de Maribel, ele oferece uma ajuda para a família dela e propõe um relacionamento. Maribel acredita que pode ser uma oportunidade de recomeço e de uma vida mais feliz. Como a convivência no abrigo não é fácil, o rapaz vê aí uma oportunidade de convencê-la a ir morar com ele. Maribel está em dúvida. É um acalento receber o carinho e o cuidado dele, principalmente quando se está num país onde não se conhece ninguém e a solidão é constante, no entanto, ela sabe que ainda não o ama e ir morar com ele é uma decisão importante. DECIDA:

1) Aceitar o relacionamento e o convite para ir morar com o rapaz.

Posicione seu peão na Fase 2, em casa de favor e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro, Moradia e Esperança

2) Não aceitar o relacionamento.

Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Desesperança



Carmem - Carta 5

A família de Carmem na Venezuela fica sem condições de sobrevivência. O marido faz diárias, mas o dinheiro não dá nem para se alimentarem. Carmem envia pouco dinheiro e a inflação na Venezuela não para de subir. O pai, então, decide vender todos os móveis e ir com as crianças ao encontro de Carmem, no Brasil. Ela ainda não alugou uma moradia para receber a família. O abrigo está muito cheio e a convivência não é fácil. Ela ainda não gastou todo o dinheiro que trouxe. DECIDA:

1) Permanecer no abrigo e tentar vaga para a família, mesmo com a superlotação.

Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Menos Saúde

2) Alugar uma moradia para a família por uns dias, com a esperança de conseguir um emprego e conseguir continuar pagando o aluguel.

Posicione seu peão na Fase 2, em casa alugada e receba as seguintes Fichas:

- Menos Dinheiro, Moradia, Saúde e Esperança



Martín - Carta 5

SE ESCOLHEU IR PARA A CASA DO PRIMO:

Ao descer do ônibus, Martín vê uma pequena igreja evangélica, num grande lote pantanoso, e alguns barracos de palafita na parte de trás. Ao aproximar do barraco ele avista o primo, a esposa, o cunhado e 3 crianças. O barraco tem um cômodo insalubre. Antes mesmo dele se recuperar da decepção de ter sido enganado, escuta gritos de um homem furioso. Era o pastor, dono do terreno, enfurecido com a presença de “mais venezuelanos” no seu lote. Ele grita “saiam daqui, saiam daqui, não tem mais espaço!” Martín fica atordoado, seu filho se esconde atrás do pai e chora de medo.

Posicione seu peão na fase 2, casa do primo e receba as seguintes Fichas:

- Menos Saúde, Xenofobia/Racismo/Injúria Racial e Desesperança

SE ESCOLHEU FICAR NO ABRIGO:

Desde que Martín iniciou o curso de português, seu filho passou a frequentar os “espaços amigáveis e de aprendizado” da Unicef*, onde ele realiza atividades lúdicas e aulas de português. Martín percebe que o filho está mais alegre, pois fez novas amizades. O pai avança nas aulas de português e está interessado em ser voluntário no abrigo. Ao ver a transformação de seu filho, surge o desejo de contribuir de alguma maneira.

Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Esperança

* Unicef: Agência da ONU criada para promover os direitos e o bem-estar de crianças e adolescentes em todo o mundo.



Juana - Carta 6

SE FOI PRA SÃO PAULO:

Ao chegar em São Paulo, Juana percebe que foi enganada. A mulher retira todos os seus pertences e a leva para uma casa onde funciona uma oficina de costura. O local é degradante e esconde muitas mulheres vítimas de trabalho análogo à escravidão. Juana passa a ser obrigada a trabalhar jornadas de 14 horas por dia, com a justificativa de que precisa pagar a dívida da sua mãe e do custo da viagem até São Paulo. A mulher ameaça matar a mãe de Juana e trazer sua irmã para a oficina, caso ela não trabalhe para pagar a “dívida” que contraiu.

Posicione seu peão em Tráfico Humano e receba as seguintes Fichas:

- Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social, Menos Saúde e Desesperança

SE ESTÁ EM CURITIBA:

Não demora muito e a amizade entre Juana e o jovem vira um romance e ela se entrega a essa paixão. Tão rápido quanto o envolvimento da menina venezuelana com o rapaz brasileiro, é a gravidez não planejada que chega na vida dos dois. Assustado com a descoberta, naquela noite, ele não quis dormir no quatinho com ela, justificando que precisava pensar. Juana passou a noite apreensiva com a reação do rapaz.

Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Desesperança



Maribel - Carta 6

SE ESCOLHEU IR MORAR COM O RAPAZ:

Nos primeiros dias tudo parecia bem, Maribel acreditou que poderia amá-lo, pois ele era atencioso e amável. No entanto, ao perceber a personalidade independente de Maribel, o rapaz se mostra controlador e abusivo. Ao se ver contrariado, se torna agressivo. Em uma discussão, ela sofre violência doméstica e chama a polícia. Ela está muito abalada e com medo.

Posicione seu peão na Fase 2, na Delegacia e receba as seguintes Fichas:

- Desesperança, Menos Saúde, Sem Moradia, Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social e Acesso a Direitos /Proteção

SE ESCOLHEU PERMANECER NO ABRIGO:

Maribel consegue trabalho no abrigo, no qual ela recepciona as famílias que chegam e explica sobre o funcionamento. A convivência no abrigo melhorou bastante após iniciar nesta função. Ela já consegue enviar algum dinheiro para a mãe.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Esperança, Dinheiro e Saúde



Carmem - Carta 6

A família de Carmem chega ao Brasil. Carmem, após um tempo, consegue alugar um quarto para recebê-los, mas continua sem emprego. As diárias rendem o valor de uma refeição por dia. Ela se cadastra em uma ONG para oportunidade de acolhimento. Pouco tempo depois, a família recebe uma oferta de acolhimento em Minas Gerais. Os acolhedores voluntários da ONG oferecem ajuda às famílias refugiadas, durante seis meses, com auxílio no pagamento do aluguel da casa, da alimentação, além de ajudar a família a conseguir emprego, matricular as crianças na escola e se integrarem na cidade. Carmem fica assustada com a distância do estado de Minas Gerais em relação à Venezuela e teme não conseguir voltar ocasionalmente à sua casa, em Maturín, para tentar garantir que ela não seja invadida. ESCOLHA:

1) Aceitar a oportunidade.

Posicione seu peão na Fase 2, em Interiorização e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro, Acolhimento, Saúde e Esperança

2) Não aceitar a oportunidade.

Mantenha seu peão onde está, **fique uma rodada sem jogar** e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro e Esperança



Martín - Carta 6

SE ESTÁ NO BARRACO DO PRIMO:

Martín está indignado com o primo. Por acreditar nele, está agora sem dinheiro, longe do abrigo, sem perspectiva do trabalho prometido, e nem no barraco insalubre ele pode passar a noite com o filho. Martín foi atrás do pastor, por sorte ele fala espanhol, e explicou que não havia sido informado pelo primo sobre a insatisfação que causaria com sua presença. Explicou ser Engenheiro Civil e que não contava com a dificuldade de encontrar emprego no Brasil. Propôs contribuir com seu trabalho por uns dias, caso ele permitisse que ele e seu filho ficassem, somente até ele conseguir algum trabalho. O pastor viu uma oportunidade na oferta e perguntou se ele faria um banheiro para a igreja, Martín aceitou realizar o serviço e assim conseguiu o consentimento para ficar.

Posicione seu peão na fase 2, em casa de favor e receba as seguintes Fichas:

- Moradia, Menos Saúde e Menos Dinheiro

SE ESTÁ NO ABRIGO:

Martín conseguiu emprego em uma ONG, como instrutor de um curso profissionalizante de mestre de obra, para alunos venezuelanos. O salário é o melhor que já teve, desde que chegou no Brasil, mas o contrato de trabalho é temporário. Pai e filho foram morar em uma pensão, próximo à ONG. A criança ainda não conseguiu vaga na escola, mas tem a companhia da dona da pensão e fez algumas amizades.

Posicione seu peão na fase 2, em ONG e receba as seguintes Fichas:

- Emprego, Dinheiro, Moradia, Saúde e Esperança.



Juana - Carta 7

SE ESTÁ EM SÃO PAULO:

Juana está incomunicável. A quadrilha é violenta e ela presencia punições a quem tenta fugir. Com muito medo, um dia Juana se arrisca, cria coragem e conta tudo que está vivendo a um entregador que, periodicamente, leva mercadorias na casa. O homem promete ajudar, mas nos dias seguintes, não aparece mais. Ela começa a desconfiar que o homem sabe o que acontece no interior da casa, e que é cúmplice. DECIDA:

1) Continuar trabalhando para pagar a dívida e ser liberta. Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Desesperança

2) Planejar uma fuga sem a ajuda do entregador. Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

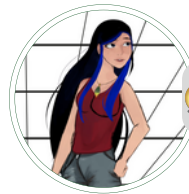
- Esperança

SE ESTÁ EM CURITIBA:

O brasileiro não deseja ter um filho e acusa Juana de ter engravidado com a intenção de garantir uma vida boa às custas dele. Ele a manda embora de sua casa. Juana se sente humilhada, pega sua mala e vai embora, sem nem saber para onde.

Posicione seu peão em situação de rua e receba as seguintes Fichas:

- Sem Moradia, Menos Saúde e Desesperança



Maribel - Carta 7

SE ESTÁ NA DELEGACIA:

Maribel denuncia o agressor e pede uma medida protetiva. O homem é preso em flagrante. Os policiais levam Maribel de volta ao abrigo. Ela se cadastra para a interiorização com vaga de emprego e espera a oportunidade chegar. Sua família está precisando de ajuda, mas Maribel não tem recursos. Ela sente muitas saudades de sua filha e a preocupação só aumenta.

Posicione seu peão na Fase 2, no abrigo e receba as seguintes Fichas:

- Desesperança, Menos Saúde, Moradia e Acesso a Direitos/Proteção

SE ESTÁ TRABALHANDO NO ABRIGO:

Maribel consegue guardar dinheiro e também enviar mais para sua mãe. Se sente feliz por auxiliar a família e planeja trazê-los assim que possível. Ela sente muita saudade da filha e teme que a criança a esqueça. Maribel se cadastra para a interiorização com vaga de emprego e espera a oportunidade chegar. Ela tem aprendido português com as colegas de trabalho brasileiras.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Esperança, Saúde, Dinheiro e Educação



Carmem - Carta 7

SE A ESCOLHA FOI INTERIORIZAR:

A família de Carmem é recebida no aeroporto pelos acolhedores com muita alegria e doces para as crianças. Eles são levados para a casa nova, alugada pelo grupo acolhedor, e ficam emocionados ao ver que tudo foi preparado com muito carinho para recebê-los.

Posicione seu peão na Fase 3, em Interiorização por acolhimento de pessoa física e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro, Moradia, Saúde, Esperança e Emprego

SE A ESCOLHA FOI FICAR EM RORAIMA:

O casal utiliza o valor que ainda resta da venda dos móveis para o aluguel da casa e continua a busca por emprego formal.

Posicione seu peão na Fase 2, em casa alugada e receba as seguintes Fichas:

- Menos Dinheiro, Menos Saúde e Desesperança



Martín - Carta 7

SE ESTÃO NO BARRACO DO PRIMO:

Martín consegue um emprego formal preparando frango para assar. No primeiro pagamento, Martín aluga uma moradia num bairro distante do barraco do seu primo. Ao entrar na casa limpa e mobiliada, seu filho chora de emoção. O pai também o presenteia com uma velha bicicleta. Martín deseja sair de Roraima, seja para voltar à Venezuela ou para outro estado do Brasil, onde ele tenha oportunidade de emprego. Posicione seu peão na fase 2, em casa alugada e receba as seguintes Fichas:

- Emprego, Moradia, Saúde, Dinheiro e Esperança

SE ESTÃO NA PENSÃO:

O contrato de trabalho de Martín na ONG se encerra. Ele volta a buscar emprego e já consegue se comunicar com clareza. Enfim, saiu a vaga do menino na escola, ele está com medo e, ao mesmo tempo, ansioso para fazer amizade. Pai e filho ainda pensam em voltar para casa, mas Martín ainda acredita que em outro estado, as oportunidades podem ser melhores. Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Educação

SE ESCOLHEU SAIR DO BARRACO DO PRIMO OU SE ESTÁ NA PENSÃO, ESCOLHA:

1) Se cadastrar para interiorizar para outro estado. Mantenha seu peão onde está.

2) Trabalhar em Roraima e tentar juntar dinheiro, uma vez que é mais perto para retornar para a Venezuela. Mantenha seu peão onde está.



Juana - Carta 8

SE ESTÁ EM SÃO PAULO E ESCOLHEU 1:

Em conversa com outra vítima, Juana descobre que a dívida é impagável, pois, na verdade, elas são vítimas de tráfico humano, para fins de trabalho forçado. Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Desesperança e Menos Saúde

SE ESTÁ EM SÃO PAULO E ESCOLHEU 2:

Juana observa a mulher ao telefone. Ela aproveita a distração da aliciadora e passa pelo portão de saída, correndo o quanto pode. A poucos metros, um homem pilotando uma moto a agarra pelos cabelos e a deixa de volta, em um cômodo sujo e sem janelas. Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Desesperança e Menos Saúde

SE ESTÁ EM CURITIBA:

Juana volta ao abrigo e conta que está gestante. A coordenadora permite o seu retorno, mas ela não é bem-vinda pelas outras abrigadas. Elas fazem provocações sobre a gravidez. DECIDA:

1) Entrar em contato com a mãe e pedir ajuda. Posicione seu peão no abrigo da Fase 3 e receba a seguinte Ficha:

- Moradia

2) Ficar no abrigo, pois o rapaz poderá procurá-la. Posicione seu peão no abrigo da Fase 3 e receba as seguintes Fichas:

- Moradia e Esperança



Maribel - Carta 8

Maribel é selecionada para uma oportunidade no Rio de Janeiro, longe da fronteira com a Venezuela. A multinacional que pretende contratá-la oferece salário justo, plano de saúde, transporte e alimentação. Além disso, um grupo de pessoas da cidade que acolhe famílias refugiadas se disponibilizou para ajudar Maribel a locar um apartamento e conseguir alguns móveis. Se ela decidir ir, terá que adiar o plano de trazer sua família, pois no abrigo ela pode guardar todo dinheiro que consegue, uma vez que não paga moradia e alimentação. Ao ter uma vida independente, terá despesas com aluguel, supermercado, água, luz, demorando mais para economizar o valor necessário para trazê-los. No entanto, ela poderá dar mais estabilidade, conforto e segurança para a família. DECIDA:

1) Ir para o Rio de Janeiro, trabalhar na Multinacional e ser acolhida por voluntários.

Posicione seu peão na Fase 2, em Interiorização e receba as seguintes Fichas:

- Acolhimento, Esperança e Saúde

2) Ficar em Roraima.

Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Esperança



Carmem - Carta 8

SE ESTÁ EM MINAS GERAIS:

A família de Carmem recebe ajuda do grupo de acolhedores em todas as fases: busca por emprego, matrícula das crianças na escola, cadastro no SUS e no SUAS. A família de Carmem está feliz com o recomeço.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Educação e Acesso a Direitos/Proteção

SE ESTÁ EM RORAIMA:

A situação da família de Carmem não melhora. O dinheiro acabou e eles voltam a passar necessidades básicas. O pai decide voltar para a Venezuela, vender a única propriedade da família para manter a alimentação e o aluguel em Roraima por mais um tempo.

Mantenha seu peão onde está, **fique uma rodada sem jogar** e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro e Esperança



Martín - Carta 8

SE A ESCOLHA FOI SE CADASTRAR NA ONG PARA INTERIORIZAR, A OPORTUNIDADE CHEGOU!

Martín foi selecionado por uma empresa mineira e vai trabalhar na indústria. Nos primeiros 3 meses eles ficarão em um hotel pago pela empresa. Pai e filho estão muito felizes e com esperança de conseguir, enfim, construir uma nova jornada no Brasil.

Posicione seu peão na fase 3, em interiorização por vaga de emprego e receba as seguintes Fichas:

- Emprego, Moradia, Saúde, Dinheiro e Esperança

SE A ESCOLHA FOI FICAR EM RORAIMA:

Pai e filho continuam como estão, sem muita perspectiva de mudança. O desejo de retorno para casa aumenta em Martín, mas as condições financeiras não permitem. Além disso, sua mãe disse que a situação em seu país está pior.

Mantenha seu peão onde está e receba a seguinte Ficha:

- Desesperança



Juana - Carta 9

SE ESTÁ EM SÃO PAULO:

Após o relato de Juana, o entregador fez uma denúncia anônima pelo Disque 100 e, pouco tempo depois, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego e a Polícia Federal, chegam na casa. Juana e outras 22 mulheres são resgatadas. Sete pessoas são presas. Juana e as mulheres são encaminhadas para atendimentos especializados de acolhimento, suporte psicológico e orientação jurídica. Posicione seu peão em justiça e receba as seguintes Fichas:

- Acesso a Direitos/Proteção, Esperança e Saúde

SE ESTÁ EM CURITIBA E ESCOLHEU (1) ENTRAR EM CONTATO COM A MÃE E PEDIR AJUDA:

A mãe de Juana foi acolhida por voluntárias em Campinas-SP. Ela conta para uma das acolhedoras sobre a situação da filha. A voluntária aciona um amigo de Curitiba e o pede para entregar a Juana um pouco de dinheiro, máscaras e as passagens de avião para Campinas. Posicione seu peão, na Fase 3, em acolhimento pessoas físicas e receba as seguintes Fichas:

- Acolhimento, Saúde e Esperança

SE ESCOLHEU (2) FICAR EM CURITIBA:

A situação de Juana não muda. O pai da criança nunca apareceu. Ela foi isolada pelas mulheres do abrigo, após o caso de assédio e foi acusada de provocar a situação. Juana está deprimida e não reage mais. Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Desesperança e Menos Saúde



Maribel - Carta 9

SE ESCOLHEU IR PARA O RIO DE JANEIRO:

Maribel é recebida no aeroporto pelo grupo de pessoas que alugaram o apartamento para ela. Ela é levada para conhecer a empresa e depois para o seu novo lar. Depois de tudo que passou, ter uma casa, uma cama, um chuveiro quente, um emprego, é acalentador. Desde o primeiro salário recebido, Maribel economiza o quanto pode. Em breve ela conseguirá trazer sua família. Ela está focada no trabalho e não teve tempo de se integrar na cidade.

Posicione seu peão na Fase 3, em Interiorização com vaga de emprego e receba as seguintes Fichas:

- Moradia, Emprego e Dinheiro

SE ESCOLHEU PERMANECER EM RORAIMA:

Maribel está trabalhando no abrigo, recepcionando as famílias que chegam. Ela envia dinheiro para a mãe e guarda o que pode para alugar uma moradia e trazer a família o quanto antes. Ela se matriculou no curso de português em uma ONG.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro, Educação e Saúde



Carmem - Carta 9

SE ESTÁ EM MINAS GERAIS:

Carmem e seu esposo conseguem emprego em um restaurante. Apesar da barreira da língua, todos já estão se comunicando melhor, principalmente as crianças com a convivência escolar. O filho mais velho foi contemplado com uma bolsa de Ensino Superior em um prestigiada Universidade de Belo Horizonte. O casal está economizando dinheiro para abrir um restaurante venezuelano com a ajuda dos amigos acolhedores.

Posicione seu peão na Fase 4, em Integração e receba as seguintes Fichas:

- Emprego, Educação, Dinheiro, Esperança e Imposição Cultural

SE ESTÁ EM RORAIMA:

O casal está muito preocupado com a falta de vaga nas escolas para as crianças. Além disso, a exploração da mão de obra de pessoas venezuelanas está cada dia maior. Pouco a pouco a família utiliza o dinheiro da venda da casa.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Violação de Direitos/Vulnerabilidade Social, Menos Dinheiro e Desesperança



Martín - Carta 9

SE ESTÁ EM MINAS GERAIS:

Martín está se adaptando bem ao trabalho como montador de refrigeradores. O filho logo foi matriculado na escola e está fazendo um curso de programação de jogos, no contra turno da escola. Martín está economizando o salário dos meses que está hospedado no hotel para alugar uma moradia próxima ao trabalho. O RH da empresa mobilizou os colaboradores e conseguiu algumas doações de móveis para Martín.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Educação, Dinheiro, Saúde e Esperança

SE ESTÁ EM RORAIMA:

Martín está trabalhando de frentista, mas sem carteira assinada. Seu filho teve dificuldades na escola, mas fez amizade com outras crianças venezuelanas e está mais adaptado. O pai está conseguindo economizar e em breve vai retornar ao seu país. O seu plano é deixar seu filho com seus pais e voltar ao Brasil com destino a São Paulo, onde ele acredita ter as oportunidades que ele procura.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Emprego, Saúde, Dinheiro e Esperança



Juana - Carta 10

SE ESTÁ EM SÃO PAULO:

A mãe de Juana havia sido acolhida por voluntárias em Campinas-SP e Juana é levada até ela pela Polícia Federal. Ao rever a mãe, não tem coragem de contar tudo que viveu. Quis poupá-la e evitar mais sofrimento. Juana deseja recomeçar, e isso inclui buscar esquecer os horrores que passou. Posicione seu peão, na Fase 3, em acolhimento pessoa física e receba as seguintes Fichas:

- Esperança e Saúde

SE FOI DE CURITIBA PARA CAMPINAS (ESCOLHEU 1):

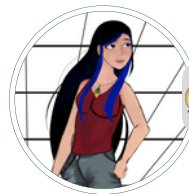
Juana chegou em Campinas fragilizada e magra. O grupo buscou revesar no auxílio e nas consultas de pré-natal. Um ano após o nascimento do bebê, Juana consegue emprego em uma multinacional e ganha uma bolsa de estudos em uma Universidade. A família está independente. Posicione seu peão, na Fase 5, em Independência e receba as seguintes Fichas:

- Esperança, Saúde, Educação e Emprego

SE FICOU EM CURITIBA (ESCOLHEU 2):

A mãe de Juana é acionada pelo abrigo. Ao saber do seu estado, ela pede o apoio das acolhedoras que ajudam a Jovem chegar em Campinas. Ela chega com um quadro de depressão, devido a tudo que passou. Posicione seu peão, na Fase 3, em acolhimento pessoas físicas e receba as seguintes Fichas:

- Esperança e Menos Saúde



Maribel - Carta 10

SE ESTÁ NO RIO DE JANEIRO:

Maribel é promovida de cargo e ganha uma bolsa de estudo em uma prestigiada Universidade, o que a deixa muito feliz! Já está tudo pronto para receber sua família. No dia tão esperado, Maribel enfim enlaça sua filha nos braços e chora de emoção ao sentir seu calor novamente. Como ela cresceu! Sua mãe e seu pai estão felizes com as conquistas da filha e sabiam que ela conseguiria. Com o passar do tempo, Maribel decide lançar um livro sobre suas memórias e reflexões sobre o refúgio. O livro se tornou um dos mais vendidos nas plataformas digitais.

Posicione seu peão na Fase 5, em Independência e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro, Educação, Esperança e Saúde

SE ESTÁ EM RORAIMA:

Maribel recebe uma oferta de trabalho como tradutora com um salário melhor. Ela recebe ajuda, como cesta básica e assistência governamental, mas consegue, enfim, alugar uma casa para receber sua família. Maribel carrega sua filha no colo e chora de emoção. Sua mãe e seu pai estão felizes com o reencontro. Maribel escreve sobre sua trajetória em um diário e pensa na possibilidade de escrever um livro.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Moradia, Emprego, Dinheiro e Saúde



Carmem - Carta 10

SE ESTÁ EM MINAS GERAIS:

A inauguração do **Sifontes Cocina Venezolana** é um sucesso! A cultura da Venezuela pulsa na decoração, na música, na língua e na culinária, mas o espaço vai além: transforma-se em um ponto de encontro entre culturas, onde sotaques se cruzam, saberes se misturam e novas histórias são contadas.

Posicione seu peão na Fase 5, na Independência e receba as seguintes Fichas:

- Dinheiro, Emprego, Saúde e Esperança

SE ESTÁ EM RORAIMA:

As crianças, enfim, conseguiram vaga na escola. Carmem conseguiu emprego de cuidadora de idosa, mas recebe meio salário mínimo, mesmo trabalhando em horário integral. Seu esposo permanece fazendo diárias.

Mantenha seu peão onde está e receba as seguintes Fichas:

- Emprego, Educação, Dinheiro, Esperança



Martín - Carta 10

SE ESTÁ EM MINAS GERAIS:

Martin é hospitalizado após sentir uma dor intensa na coluna. Devido ao peso dos refrigeradores, ele desenvolve hérnias de disco na coluna. Ele é orientado pelo médico a trocar de setor, mas após a recusa da empresa, Martin pede demissão. Rapidamente ele consegue um novo emprego, na construção civil, como mestre de obra. A família já está integrada, vivendo em uma casa alugada, seu filho já tem muitas amizades na escola e está empolgado com um novo curso: Tecnologia da Informação.

Posicione seu peão na fase 5, em independência e receba as seguintes Fichas:

- Desemprego, Emprego, Moradia, Menos Saúde, Dinheiro e Educação

SE ESTÁ EM RORAIMA:

Pai e filho enfim voltam para Venezuela. O abraço da avó é apertado e demorado. A criança cresceu, é um adolescente e já entende melhor a situação de seu país. Por lá as coisas não melhoraram, mas voltar pra casa é um alívio para que viveu tantas dificuldades no país de refúgio. Martín percebe que a casa está mais vazia, provavelmente seus pais precisaram vender móveis e outros itens de valor. Ele entende que precisa colocar o seu plano em prática rápido e enviar recurso para a família, até poder levá-los com ele.

Posicione seu peão na fase 1, na Venezuela e receba as seguintes Fichas:

- Saúde, Menos Dinheiro e Esperança

Juana Carta Final

Você chegou no fim da jornada no Jogo Minha Vida em Refúgio, sua tarefa agora é esperar seus conterrâneos chegarem na Carta 11 também.

Quando todos os jogadores chegarem, a tarefa de vocês é observar como foi a jornada de cada personagem.

Analise:

- (1) Que direitos básicos foram negados e quais foram conquistados no caminho?**
- (2) Como o pertencimento de gênero, raça e classe condicionou a jornada dos personagens?**
- (3) Qual jornada lhes pareceu mais desafiadora?**
- (4) Some as fichas positivas e as negativas e compare com seus colegas. Ganha o jogo quem termina com mais fichas positivas.**



Maribel Carta Final

Você chegou no fim da jornada no Jogo Minha Vida em Refúgio, sua tarefa agora é esperar seus conterrâneos chegarem na Carta 11 também.

Quando todos os jogadores chegarem, a tarefa de vocês é observar como foi a jornada de cada personagem.

Analise:

- (1) Que direitos básicos foram negados e quais foram conquistados no caminho?**
- (2) Como o pertencimento de gênero, raça e classe condicionou a jornada dos personagens?**
- (3) Qual jornada lhes pareceu mais desafiadora?**
- (4) Some as fichas positivas e as negativas e compare com seus colegas. Ganha o jogo quem termina com mais fichas positivas.**



Carmem Carta Final

Você chegou no fim da jornada no Jogo Minha Vida em Refúgio, sua tarefa agora é esperar seus conterrâneos chegarem na Carta 11 também.

Quando todos os jogadores chegarem, a tarefa de vocês é observar como foi a jornada de cada personagem.

Analise:

- (1) Que direitos básicos foram negados e quais foram conquistados no caminho?**
- (2) Como o pertencimento de gênero, raça e classe condicionou a jornada dos personagens?**
- (3) Qual jornada lhes pareceu mais desafiadora?**
- (4) Some as fichas positivas e as negativas e compare com seus colegas. Ganha o jogo quem termina com mais fichas positivas.**



Martín Carta Final

























Você chegou no fim da jornada no Jogo Minha Vida em Refúgio, sua tarefa agora é esperar seus conterrâneos chegarem na Carta 11 também.

Quando todos os jogadores chegarem, a tarefa de vocês é observar como foi a jornada de cada personagem.

Analise:

- (1) Que direitos básicos foram negados e quais foram conquistados no caminho?**
- (2) Como o pertencimento de gênero, raça e classe condicionou a jornada dos personagens?**
- (3) Qual jornada lhes pareceu mais desafiadora?**
- (4) Some as fichas positivas e as negativas e compare com seus colegas. Ganha o jogo quem termina com mais fichas positivas.**



<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 
<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 
<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 
<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 
<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 	<p>Dinheiro</p> 
<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental 	<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental 	<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental 	<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental 

Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Saúde

- Física
- Mental



Esperança

- Família
- Dignidade
- Solidariedade
- Amor



Esperança

- Família
- Dignidade
- Solidariedade
- Amor



Esperança

- Família
- Dignidade
- Solidariedade
- Amor









Esperança

- Família
- Dignidade
- Solidariedade
- Amor



<p>Esperança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Família • Dignidade • Solidariedade • Amor 	<p>Esperança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Família • Dignidade • Solidariedade • Amor 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio
<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio
<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio
<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Violação de Direito Vulnerabilidade Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração Laboral • Tráfico Humano • Negação de Direito • Assédio 	<p>Operação Acolhida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos • Vacina • Abrigo • Alimentação 	<p>Operação Acolhida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos • Vacina • Abrigo • Alimentação 
<p>Operação Acolhida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos • Vacina • Abrigo • Alimentação 	<p>Operação Acolhida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos • Vacina • Abrigo • Alimentação 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 
<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 

<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 
<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Português • Cursos Profissionalizantes • Ensino Básico • Ensino Superior 	<p>Imposição Cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua • Culinária • Costumes • Religião 	<p>Imposição Cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua • Culinária • Costumes • Religião 	<p>Imposição Cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua • Culinária • Costumes • Religião
<p>Desemprego</p>	<p>Desemprego</p>	<p>Desemprego</p>	<p>Sem Moradia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situação de Rua • Ocupação
<p>Sem Moradia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situação de Rua • Ocupação 	<p>Menos Dinheiro</p>	<p>Menos Dinheiro</p>	<p>Menos Dinheiro</p>
<p>Menos Dinheiro</p>	<p>Menos Dinheiro</p>	<p>Menos Dinheiro</p>	<p>Menos Dinheiro</p>
<p>Menos Dinheiro</p>	<p>Menos Dinheiro</p>	<p>Menos Dinheiro</p>	<p>Acolhimento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casa Alugada e Mobiliada • Apoio Financeiro • Apoio Integração Local 

Acolhimento

- Casa Alugada e Mobiliada
- Apoio Financeiro
- Apoio Integração Local



Acolhimento

- Casa Alugada e Mobiliada
- Apoio Financeiro
- Apoio Integração Local



Acesso a Direito/Proteção

- Resgate
- Proteção
- Orientação Jurídica
- Denúncia



Acesso a Direito/Proteção

- Resgate
- Proteção
- Orientação Jurídica
- Denúncia



Acesso a Direito/Proteção

- Resgate
- Proteção
- Orientação Jurídica
- Denúncia



Acesso a Direito/Proteção

- Resgate
- Proteção
- Orientação Jurídica
- Denúncia



Acesso a Direito/Proteção

- Resgate
- Proteção
- Orientação Jurídica
- Denúncia



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



Emprego

- Formal
- Negócio Próprio
- Informal



~~Xenofobia
Racismo
Injúria Racial~~






~~Xenofobia
Racismo
Injúria Racial~~

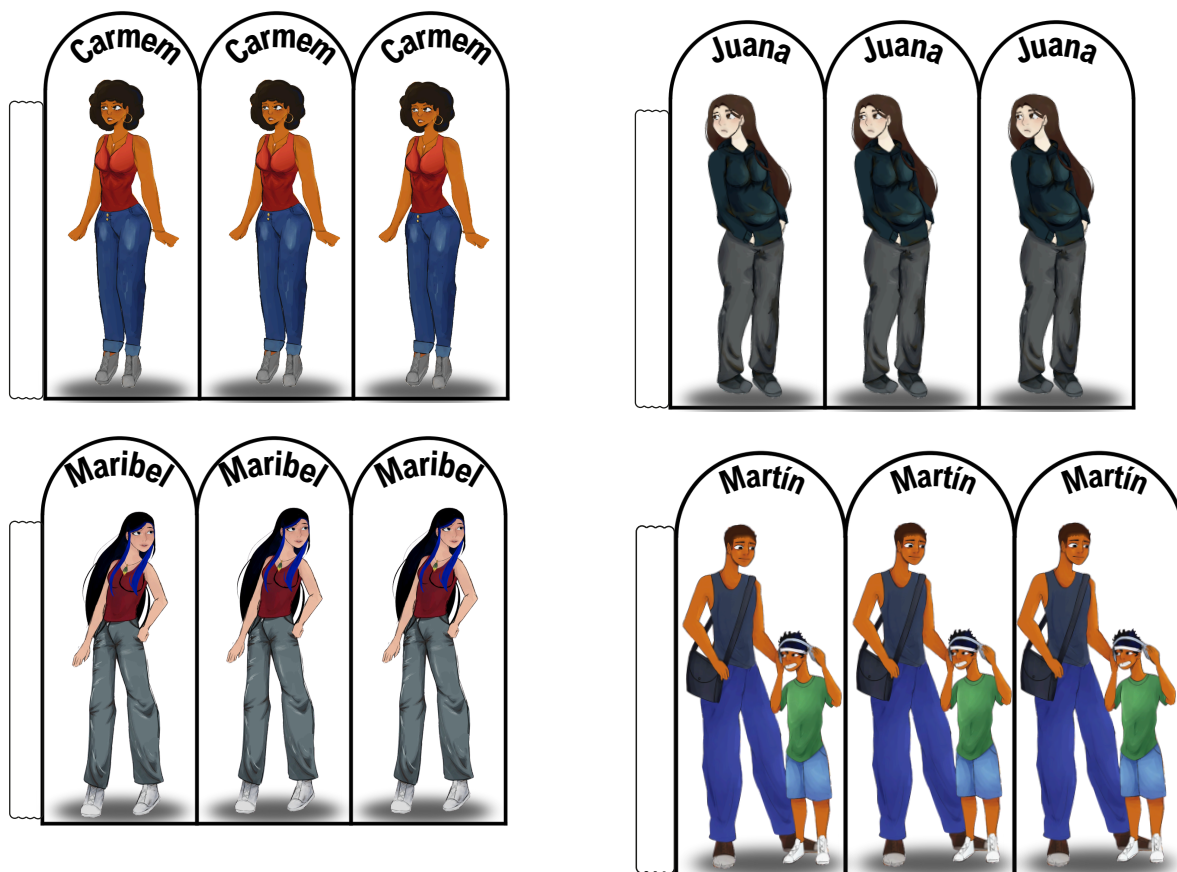
~~Xenofobia
Racismo
Injúria Racial~~

~~Desesperança~~

- Solidão
- Exclusão
- Humilhação
- Saudade

<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade
<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade
<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade
<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Desesperança</p> <ul style="list-style-type: none">• Solidão• Exclusão• Humilhação• Saudade	<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 
<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 
<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Moradia</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 

<p>Morada</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Morada</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Morada</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Morada</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 
<p>Morada</p> <ul style="list-style-type: none">• Abrigo• Casa de Favor• Casa Alugada 	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental
<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental
<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental
<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental
<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental
<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental	<p>Menos Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• Física• Mental



REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Base Nacional Comum Curricular: uma visão antropológica. [S. l.]: ABA, 2017. Disponível em: https://portal.abant.org.br/images/Noticias/Base_Nacional_Comum_Curricular._ABA-1.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

MOREIRA, Julia Bertino. O Papel das Cátedras Sérgio Vieira de Mello no Processo de Integração Local dos Refugiados no Brasil. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, MS, v. 4, n. 8, p. 84-119, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/4314>. Acesso em: 19 set. 2025.

SCHWEIG, Grazielle Ramos. A etnografia como modo de ensinar e aprender na escola. Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 28, n. 56, p. 136-149, 2019. DOI: 10.21879/faeaba2358-0194.2019.v28.n56.p136-149. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/7841>. Acesso em: 19 set. 2025.